

**UFRJ**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**Periódicos na comunicação científica: produção e difusão de periódicos e panorama dos veículos brasileiros da área de Comunicação na base Qualis**

**Carolina Guimarães de Souza Dias**

**Rio de Janeiro**

**2006**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**Periódicos na comunicação científica: produção e difusão de periódicos e panorama dos veículos brasileiros da área de Comunicação na base Qualis.**

**Carolina Guimarães de Souza Dias**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, linha de Mídias e Mediações Sócio-Culturais, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessário à obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto

Rio de Janeiro

2006

**Periódicos na comunicação científica: produção e difusão de periódicos e panorama dos veículos brasileiros da área de Comunicação na base Qualis.**

Carolina Guimarães de Souza Dias

Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, linha de Mídias e Mediações Sócio-Culturais, da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Comunicação e Cultura.

**Aprovada por:**

---

**Prof. Dr. Milton José Pinto**

---

**Profa. Dra. Maria das Graças Targino**

---

**Profa. Dra. Tânia Gastão Salies**

Rio de Janeiro

2006

## **RESUMO**

Os periódicos científicos e técnico-científicos constituem um dos principais veículos da comunicação formal entre pesquisadores, desempenhando inúmeras funções dentro do universo social de produção da ciência, desde a disseminação de informações à legitimação e consagração de pesquisas e pesquisadores. Por conta disso, a produção e a disseminação dessas publicações encontram-se estreitamente relacionadas com as atividades de pesquisa que caracterizam e diferenciam áreas de conhecimento e disciplinas. Este trabalho é um estudo teórico-descritivo sobre a produção e a difusão dos periódicos no Brasil e no mundo contemporâneos e contém pesquisa exploratória sobre os títulos brasileiros dedicados a temáticas de comunicação listados na base Qualis-CAPES nos anos de 2001 a 2003.

## **ABSTRACT**

Scientific and technical journals are some of the most important formal communication channels used by researchers in contemporary science. Journal literature serves multiple functions in scientific-social context. They range from the dissemination of useful information to the legitimation of researchers and research results. However, producing and disseminating scientific and technical journals cannot be dissociated from the scientific praxis of reasearching that characterizes fields of knowledge and disciplines. This study is a theoretical-descriptive study on the social context of the production and dissemination of journals in contemporary science in Brazil and overseas. It also includes a exploratory research about the Brazilian journals dedicated to themes in the area of Communication which are part of the 2001-2003 QUALIS-CAPES list of journals.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>1 Ciência, pesquisa e comunicação</b>	14
1.1 Ciência: conceituação e considerações iniciais	14
1.2 O pesquisador e as organizações que pesquisam	20
1.3 As pesquisas e alguns produtos	22
1.4 Estrutura social, concorrência e comunicação	30
<b>2 Os periódicos na comunicação científica</b>	36
2.1 Comunicação científica	36
2.2 O meio eletrônico e a comunicação científica	43
2.3 Periódicos: definições, histórico, usos e funções	51
<b>3 Produzindo e difundindo os periódicos</b>	60
3.1 As instituições editoras	61
3.2 Periódicos: conteúdos e formatos de comercialização	67
3.3 Público-alvo e consumidores	71
3.4 Estrutura de produção	76
3.5 Custos e estratégias de preço	89
3.6 Distribuição e disseminação	92
3.7 Financiamento	101
3.8 Barreiras de entrada no mercado	106
3.9 Fatores críticos de sucesso da produção e difusão de periódicos	107
<b>4 Periódicos brasileiros de Comunicação na base Qualis</b>	111
4.1 Periodismo científico em Comunicação	111
4.2 Qualis / CAPES: conceituação e funcionamento	119
4.3 Metodologia e critérios de seleção da amostra de títulos	123
4.4 Resultados e discussão	130
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	148
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	153
<b>ANEXOS</b>	165

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Escola de Comunicação da UFRJ e ao CNPq, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa e o fundamental apoio financeiro; aos professores Mohammed Elhajji e Sandra Korman Dib, pelas excelentes leituras, idéias e motivações; aos meus pais, meu irmão e meus amigos, pela paciência, a compreensão e o apoio incondicional; aos meus colegas de mestrado, pelas trocas de experiências e as risadas, tão fundamentais quanto os conteúdos produzidos intelectualmente. Agradeço também aos professores convidados à banca e ao meu orientador, sobretudo por me oferecer a oportunidade de participar em um grupo de pesquisa.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fomento à pesquisa / CNPq – ano 2005	26
Tabela 2: Censo das telecomunicações / UIT – ano 2004	48
Tabela 3: Programa de Apoio à Editoração / CNPq – 2001-2003	103
Tabela 4: Publicações da área de comunicação / Qualis 2001-2003	130
Tabela 5: Publicações classificadas – por tipo de instituição	131
Tabela 6: Publicações classificadas – por natureza da instituição	135
Tabela 7: Publicações classificadas – por UF e região	135
Tabela 8: Publicações classificadas – por suporte	136
Tabela 9: Publicações classificadas – por periodicidade	137
Tabela 10: Publicações classificadas – por ano de criação	138
Tabela 11: Publicações classificadas – por assunto	139
Tabela 12: Publicações classificadas – por circulação	139
Tabela 13: Publicações Classificadas – por Conceito obtido no Qualis	142



## LISTA DE SIGLAS

ABEC	Associação Brasileira de Editores Universitários
ABEPRO	Associação Brasileira de Engenharia de Produção
ABEU	Associação Brasileira de Editores Universitários
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANER	Associação Nacional de Editores de Revistas
ANPOCS	Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais
BIREME	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BJMBR	Brazilian Journal of Medical and Biological Research
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CCN	Catálogo Coletivo Nacional
CEBELA	Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos
CELACC	Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
CEPPI	Centro de Pesquisa e Poética da Imagem
CISC	Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ECA	Escola de Comunicações e Artes
EMPRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FACASPER	Faculdades Cásper Líbero
FAENAC	Faculdade Editora Nacional
FAP	Fundação de Amparo à Pesquisa
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica
IEEE	Institute of Electric and Electronic Engineers
IELUSC	Instituto Superior e Centro Educacional Luterano "Bom Jesus"
INTERCOM	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
ISI	Institute for Scientific Information
ISSN	International Standard Serial Number
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
LUSOCOM	Federação Lusófona em Ciências da Comunicação
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MEDIATEC	Laboratório de Mídia e Tecnologias de Comunicação
NECOM	Núcleo de Estudos da Comunicação
NTC	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Novas Tecnologias, Comunicação e Cultura

OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAAP	Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos
PORTCOM	Rede de Informação em Comunicação dos Países de Língua Portuguesa
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REVCOM	Coleção Eletrônica de Revistas em Ciências da Comunicação
SBC	Sociedade Brasileira de Cardiologia
SBQ	Sociedade Brasileira de Química
SCIELO	Scientific Library On-Line
SEER	Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SNEL	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UIT	União Internacional das Telecomunicações
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho"
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFACS	Universidade Salvador
UNIMAR	Universidade de Marília
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

## INTRODUÇÃO

Os periódicos científicos e técnico-científicos constituem um dos principais veículos de comunicação entre pesquisadores, desempenhando inúmeras funções dentro do universo social de produção da ciência. Por conta disso, a produção e a disseminação dessas publicações encontram-se estreitamente relacionadas com as atividades de pesquisa que caracterizam e diferenciam as áreas de conhecimento e disciplinas. Este trabalho é um estudo teórico-descritivo sobre a produção e a difusão dos periódicos no Brasil e no mundo, acompanhado de uma pesquisa exploratória sobre os títulos brasileiros dedicados à comunicação listados na base Qualis-CAPES entre os anos de 2001 e 2003. Tem, por isso, dois objetivos principais: de um lado, investigar e analisar as condições de produção dos periódicos na ciência contemporânea, tanto no contexto nacional quanto no internacional; e, de outro, contribuir para a construção de um panorama dos títulos nacionais dedicados a temáticas da área de comunicação.

Falar sobre os periódicos, inventariar sua trajetória na ciência, seus usos e funções, investigar sua estrutura de produção e disseminação na contemporaneidade, supõem a contextualização do universo em que esses veículos são, na prática, produzidos e difundidos. Esse universo é primordialmente o da ciência e o primeiro capítulo dedica-se à consideração desse universo. Em sua primeira seção, traz uma discussão conceitual sobre a ciência e a *práxis* científica; na segunda, investiga quem é o pesquisador e que organizações os abrigam atualmente. As pesquisas e os produtos que geram, sobretudo no âmbito da comunicação, são matéria da terceira parte do primeiro capítulo, que se encerra com discussão sobre a estrutura social da ciência e as repercussões que a estratificação social produz nas práticas de comunicação.

Nesse universo em que os pesquisadores cooperam para produzir e concorrem por reconhecimento, recompensas e facilidades, os processos de comunicação têm papel central. O segundo capítulo dedica-se ao tema da comunicação científica, buscando explicitar e discutir as práticas de comunicação em que os pesquisadores geralmente se envolvem no decorrer da realização das pesquisas. Traz também uma discussão sobre os impactos que o meio eletrônico e as tecnologias de comunicação e informação vêm produzindo sobre as atividades de pesquisa e as práticas da comunicação científica. Encerra com uma seção exclusivamente dedicada aos periódicos, debatendo suas definições e

conceitos, inventariando sua trajetória histórica no universo da ciência e arrolando suas funções e seus usos.

Os periódicos são veículos de comunicação do conhecimento que estruturam o intercâmbio de informações entre os pesquisadores nas diversas áreas e disciplinas, exercendo inúmeras funções, que vão desde a disseminação de informações a públicos pertinentes à legitimação de pesquisas e pesquisadores. Nem todas as áreas e disciplinas valorizam e utilizam os periódicos da mesma maneira; ainda assim, os periódicos são formas bastante importantes da comunicação na ciência. Vêm, por conta disso, sendo objeto constante de instrumentos de avaliação por parte dos gestores e financiadores das atividades científicas, interessados em obter, mediante a avaliação dessas publicações, indicadores sobre a produtividade que facilitem a tomada de decisão quanto à distribuição e alocação de recompensas e recursos. Todas essas características têm repercussões nas estruturas institucionais e mercadológicas em que os periódicos são produzidos e disseminados.

O terceiro capítulo dedica-se à investigação da estrutura de produção e disseminação dos periódicos no Brasil e no mundo, levando em consideração todas as funções que essas publicações exercem no contexto social de produção da ciência, bem como as diversas pressões a que se encontram submetidas. Dividido em nove seções, esse capítulo apresenta uma tipologia das instituições editoras de periódicos e dos conteúdos geralmente veiculados nessas publicações, trazendo também uma discussão sobre o mercado consumidor, os formatos de comercialização, os processos e a estrutura de produção, distribuição e disseminação dos títulos. Apresenta os custos implicados na edição dos veículos e também dados sobre preços e práticas de comercialização dessas publicações no mundo e no país. Finaliza com a consideração das barreiras de entrada de novos títulos no mercado de periódicos e dos fatores críticos de sucesso para a produção e a difusão dessas publicações.

O quarto e último capítulo apresenta a pesquisa exploratória dos periódicos brasileiros especializados nas temáticas da comunicação classificados pelo Qualis, que é o processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação brasileiros, empreendido pela CAPES, principal agência fomentadora e reguladora da pós-graduação no país. O capítulo está distribuído em quatro partes. Na primeira, oferece-se uma visão geral dos veículos especializados nas temáticas da comunicação no mundo e no Brasil; na

segunda, discute-se o Qualis, seus objetivos, critérios e procedimentos; na terceira, são apresentados a metodologia e os critérios adotados para a seleção dos dados e caracterização dos veículos e discutidas as questões e os problemas encontrados nessa tarefa. Na quarta e última parte, são apresentados e comentados os resultados da pesquisa, levando em consideração tudo o que foi visto sobre a produção e disseminação dos periódicos científicos e técnico-científicos no Brasil e no mundo.

## 1 Ciência, pesquisa e comunicação

A ciência dirige-se à natureza, à sociedade, ao próprio homem, buscando os conhecer, desvendar, explicar, melhorar. Manifesta-se em conceitos, esquemas de pensamento, teorias, métodos, tecnologias, bens de consumo, que contribuem tanto para a construção de um sentido para o mundo, quanto para a estruturação da realidade prática, concreta. Não apenas se dirige às *coisas*; a ciência as constrói através do conhecimento, intervindo na forma como as compreendemos, nas relações que estabelecemos com elas e uns com os outros. Ao mesmo tempo, em face das constantes transformações por que passam os homens (indivíduos e coletivos), a natureza e a cultura – inclusive devido à própria intervenção dos conhecimentos científicos nas relações que aí se estabelecem –, a ciência se apresenta como um processo contingente, uma instituição dinâmica, sempre em transformação. Mesmo porque não existe isolada da sociedade. Está engendradora na cultura, na educação, nas tecnologias; está nos laboratórios de pesquisa, nas salas de aula das instituições de ensino, na pauta das políticas públicas. Definir a ciência não é tarefa fácil.

Podemos encará-la como um uso particular da razão, que converte o “real”, isto é, a realidade a que se endereça, em objetos cognoscíveis que precisam ser observados, apreendidos, demonstrados, verificados. Para Isabelle Stengers (2002), tal uso da razão tanto prescreve um olhar e uma maneira de tratar as *coisas*, como pontos de vista, métodos, técnicas e práticas (todos acrescidos do adjetivo “científico”), quanto distribui as responsabilidades e as competências que cabem nesse tratamento, distinguindo entre os sujeitos legítimos de o fazer e os ilegítimos, os cientistas e os não-cientistas, a comunidade científica e “o resto” (op.cit., p. 103-117). A ciência fundou-se, para Stengers, na crença de que a obediência a determinada conduta, determinados métodos, determinadas práticas que se encontram acreditados, garante a verdade produzida e a distingue de uma “mera ficção” (ibidem).

Isso não significa, contudo, que os cientistas sejam donos da “verdade”, ainda que a persigam, investigando. Para Popper (1975), a ciência se desenvolve por meio da refutação e corroboração de teorias e hipóteses; enquanto conseguem mantê-las ao abrigo da falsificação, os cientistas estão com a verdade. Mas nenhuma hipótese, teoria ou conhecimento está ao abrigo de uma falsificação; nenhum resultado é permanente. Thomas Kuhn (2003), de uma perspectiva diferente, observou que a ciência movimenta-se por meio

da troca de paradigmas, que são aglutinadores de crenças, esquemas conceituais, métodos, práticas, realizações. À medida que se desenvolvem novos pontos de vista, novas idéias, novas teorias suficientemente fortes e consistentes, novos paradigmas emergem, fazendo os antigos caducarem (como, por exemplo, o que fez a teoria astronômica de Copérnico) ou simplesmente juntando-se aos demais (como o estruturalismo e o pós-estruturalismo nas ciências sociais).

Para John Ziman (1984), a ciência apresenta-se simultaneamente como um meio de resolver problemas e fornecer soluções, se observada na perspectiva instrumental; como um corpo organizado de conhecimentos, em que pese seu aspecto informacional ou “arquivístico”; como um método específico para produzir informações com credibilidade, se enfatizado seu aspecto metodológico; e como uma categoria de profissionais distinta, em que se valorizam seus elementos psicológicos e sociológicos. Para o autor, o propósito da ciência é produzir conhecimentos, de maneira que a atividade científica orienta-se para a aquisição de informações e a geração de conhecimentos por meio da pesquisa, como a investigação ou o estudo de circunstâncias envolvendo fatos e idéias.

Os conhecimentos produzidos pelas gerações de cientistas, no tempo e no espaço, não são, contudo, simplesmente acumulados. Estão fragmentados e organizados em áreas de conhecimento e disciplinas; e encontram-se também encadeados entre si, referindo-se uns aos outros, fundamentando-se uns nos outros. Lyotard (1979) chamou isso de recursividade e a observou como condição de aceitabilidade da produção de conhecimentos científicos. Esses precisam estar acessíveis recursivamente para que sirvam de base ou matéria comprobatória a novas produções, ou para que possam ser eles mesmos comprovados ou refutados. Para Ziman (op.cit., p. 49) essa característica enseja a metáfora da rede: “os conhecimentos científicos consistem numa rede de múltiplos de conceitos interligados entre si”. A validade de um depende da dos outros. Para Lyotard (op.cit., p. 48), tal característica faz com que a pesquisa implique “uma temporalidade diacrônica, isto é, uma memória e um projeto”.

O processo de investigação é contingente e ininterrupto, e sua continuidade depende, assim, do registro dos conhecimentos previamente produzidos e de sua recuperação pelas gerações de pesquisadores, no tempo e no espaço. Para William Garvey (1979) isso se traduziu na necessidade de meios e práticas de comunicação organizados e consensuais

entre os pesquisadores. O autor observou que a comunicação é fundamental na ciência não apenas por isso; fazendo uso de seus meios e canais, os cientistas apresentam os resultados de suas pesquisas à comunidade de pares e esses os avaliam, reconhecem e legitimam. Cole e Cole (1973) ressaltaram que o sistema de validação dos conhecimentos científicos está fundado no princípio da revisão pelos pares, operacionalizado por meio de comissões que atuam em publicações especializadas, concursos, prêmios e eventos, selecionando trabalhos e impondo as normas e os critérios de aceitabilidade das pesquisas. Já Ziman (1984) argumentou que a validação dos resultados das pesquisas e o reconhecimento das contribuições feitas pelos cientistas são necessariamente processos sociais. Iniciam-se nos canais de comunicação, com a aceitação dos resultados para a publicação, e estendem-se no tempo e no espaço envolvendo o uso que a comunidade faz desses resultados e a forma como recompensa os cientistas pelas contribuições reconhecidas.

Arthur Meadows (1999) observou que a comunicação torna-se ainda mais importante na medida em que as atividades científicas demandam altos investimentos e, a menos que os resultados das pesquisas sejam comunicados a seus públicos pertinentes, esses investimentos serão desperdiçados. Ainda que, como salientou Romancini (2005), hoje se relativize a idéia de que ciência é ciência publicada, é fundamental ao empreendimento e à continuidade das pesquisas que seus resultados sejam processados nos meios de comunicação e transmitidos aos públicos interessados, quer à comunidade de pares, quer ao Estado e à sociedade, que investem na ciência. Daí Spinak (1998) ter considerado a ciência um sistema de produção de informação e particularmente informação na forma de publicações.

Para Merton (1979, 1977), a ciência não se restringe a determinados métodos acreditadamente científicos e tampouco aos conhecimentos produzidos mediante sua aplicação. Remete, também, a certo conjunto de valores, crenças e normas que, compartilhados pela comunidade científica, orientam as investigações e governam a prática científica. Kuhn (2003), por exemplo, percebeu crenças e valores incorporados ao paradigma, cujo compartilhamento pela comunidade científica produz um tipo de consenso que se apresenta como indispensável à continuidade das tradições investigativas. Já Bourdieu os viu relacionados ao que o autor chamou de *habitus*. Esse remete a certo conjunto de pré-disposições adquiridas (2003b), a um legado histórico do qual o indivíduo



se apropria para agir criativamente (2001). O *habitus* específico da ciência, argumentou o autor,

não é outra coisa senão um modo de pensamento científico (um *eidos*), princípio de uma construção específica da realidade, fundado numa crença pré-reflexiva no valor indiscutível dos instrumentos de construção e dos objetos assim construídos (um *ethos*). (BOURDIEU, 2001, p. 121).

Merton resumiu as crenças e as normas da ciência em quatro preceitos: universalidade, compartilhamento, desapego material e ceticismo organizado. A **universalidade** (*universalism*) diz que toda e qualquer contribuição científica deve ser avaliada mediante critérios rigorosos, objetivos e impessoais, e sobre sua aceitação ou rejeição não devem interferir atributos individuais ou sociais dos autores, tais como nacionalidade, gênero, classe social, etc. O **compartilhamento** (*communism*) prescreve a ciência como conhecimento público, fonte de saber disponível a todos livremente. Os resultados devem ser partilhados com todos, já que são produtos da colaboração social; não são de propriedade (mas de autoridade) do indivíduo ou grupo de indivíduos que o produziu, o que não impede de serem mantidos em sigilo por um determinado período de tempo. O **ceticismo organizado** (*organized skepticism*) diz que os resultados devem ser submetidos à comunidade de pares para seu escrutínio, avaliação e verificação contínua. Os cientistas não devem aceitar “de boa fé”, mas verificar rigorosamente os conhecimentos científicos, buscando inconsistências, incoerências, erros. Já o **desapego material** (*disinterestedness*) sugere que a motivação dos cientistas para empreender pesquisas deve ser a busca ou a expansão dos conhecimentos, o amor genuíno à ciência, e não interesses pessoais ou ambições profissionais. Ziman (1984) acrescentou outro preceito aos quatro mertonianos, o da originalidade, que sugere que os cientistas devem buscar produzir contribuições originais à ciência, evitando plágios e a disseminação indevida dos resultados.

Para Bourdieu (2003a, 2001), a aceitação de crenças como essas cria o que o autor chamou de *illusio*. Ingressar na ciência supõe a suspensão dos pressupostos oriundos do senso comum e a adesão tácita a determinado ponto de vista e conjunto outro de pressupostos e regras. A *illusio* é essa adesão tácita; gera um horizonte de consenso entre os cientistas “que torna possível a concorrência entre eles e lhes impõe seu limite” (2001, p. 120-124). A *illusio* inerente à ciência manifesta-se, para esse autor, principalmente como a

crença no “interesse desinteressado e interesse pelo desinteresse”, “um interesse que com relação às formas de interesse correntes na existência cotidiana (em particular no campo econômico) aparece como desinteressado, gratuito”, mas um “desinteresse que compensa” (2003a, p. 30-31).

Outros dois aspectos importantes a respeito da ciência são sua institucionalização e profissionalização. A pesquisa é hoje uma atividade planejada e organizada, assim como a docência; tem sede em organizações formais, tais como instituições de ensino, órgãos do governo e empresas do setor produtivo, onde é objeto de planos de desenvolvimento e políticas públicas. Ser um cientista, um pesquisador, tornou-se uma profissão. Para Bourdieu (2003b), os produtores da ciência (indivíduos e instituições) constituíram-se como categorias de profissionais e organizações socialmente distintas e tendem a reconhecer apenas normas próprias da profissão e do meio. No mercado de trabalho formal, ser pesquisador tornou-se profissão que exige competências e habilidades específicas, traduzidas em anos ou níveis de educação formal, especialmente pós-graduação. Não há, contudo, muito consenso a respeito dos parâmetros que definem profissionalmente um pesquisador, como veremos mais adiante no texto. Como coletivos, pesquisadores e instituições estão organizados em associações e sociedades, que funcionam, na visão de Bourdieu (ibidem), como instâncias de legitimação e consagração, impondo padrões, regras e critérios de seleção, produção e avaliação.

Como qualquer outra atividade produtiva, o empreendimento de pesquisas implica necessidades materiais concretas: instalações, recursos humanos e financeiros, equipamentos, publicações. Às vezes essas necessidades são bem altas (por exemplo, a pesquisa espacial ou de defesa). Para Bourdieu (2003b, 2001), os produtores da ciência, tanto os pesquisadores quanto as instituições, se financiam ou beneficiam com a “venda” direta ou indireta dos conhecimentos e aplicações que produzem a um público diversificado de consumidores interessados – pessoas, empresas privadas, o Estado. Assim, conseguem acumular recursos, tais como dinheiro (remunerações, financiamentos, bolsas), instalações, equipamentos, títulos honoríficos, cargos, cadeiras em comissões e conselhos, prestígio e autoridade, que lhes permitem afirmar sua autonomia individual e coletiva (idem, 2001).

Mas essa autonomia é apenas relativa, pois depende de que esses consumidores sigam interessados em financiar a produção científica. Simon Schwartzman (1980) sugeriu que os

financiadores da pesquisa podem influenciar os rumos das investigações, por meio dos instrumentos de fomento e financiamento que oferecem, das políticas que implementam através desses instrumentos e dos interesses que governam essas políticas. Por outro lado, supõem que a produção das pesquisas possa ser controlada e monitorada, de forma a verificar a eficiência do planejamento e dos investimentos realizados. Para esse autor, isso não ocorre sem problemas: o planejamento científico no âmbito político ameaça a autonomia de cientistas e áreas de pesquisa para engendrar seus próprios problemas e a mensuração dos resultados da atividade científica supõe a aplicação de critérios de racionalidade e utilidade à ciência. Em face de tais condições, vêm crescendo em importância os meios de comunicação, já que conferem visibilidade à produção científica e possibilitam sua avaliação pelos públicos interessados (Meadows, 1999).

Bourdieu (2003a) estudou a produção da ciência na perspectiva do *campo*, que designa esse espaço *relativamente* autônomo onde os produtores da ciência se relacionam objetivamente, onde produzem, concorrem entre si e se auto-avaliam, orientados por valores culturais próprios e normas sociais mais ou menos específicas. O campo é também um espaço de constantes lutas, negociações e tensões. Os cientistas buscam constantemente afirmar sua autonomia e impor seus princípios e normas de auto-regulação em face das determinações, demandas ou pressões externas, oriundas, por exemplo, do Estado e do mercado. Para o autor (ibidem), essa autonomia (de uma ciência, uma disciplina, por exemplo) depende tanto da dimensão de suas necessidades materiais, e correlatamente de sua capacidade de atrair investimentos para supri-las, quanto de sua capacidade de mobilizar os recursos acumulados para refratar as pressões ou demandas externas conforme sua lógica própria de funcionamento, protegendo-se ou impondo sanções.

A ciência remete, assim, simultaneamente a um conjunto de valores, crenças, pontos de vista, condutas e métodos coletivamente partilhados e acreditados; ao conjunto de conhecimentos produzidos pela aplicação desses métodos; a uma forma de produzir e organizar conhecimentos que se desenvolve pela pesquisa e o ensino e tem nas práticas de comunicação uma componente essencial; a uma instituição dinâmica e em permanente transformação; a uma categoria de profissionais e instituições socialmente distintas; a um espaço de produção relativamente autônomo, governado por leis sociais mais ou menos específicas, mas que está permanentemente sujeito a determinações, pressões ou demandas

externas. Posto isso, já que nosso objetivo é investigar os **periódicos**, enquanto **veículo de comunicação** e **mediador** da concorrência entre cientistas, torna-se necessário definir quem é esse sujeito, o cientista, o pesquisador; identificar as organizações que os abrigam e na qual produzem; e explicitar que pesquisas produzem, como o fazem e que produtos geram. Na sequência, discute-se a estrutura social da ciência. O objetivo é verificar que leis sociais mais ou menos específicas são essas que regem a produção das pesquisas e determinar que desdobramentos produzem nas relações sociais e na comunicação entre pesquisadores e, especialmente, na produção e disseminação dos periódicos.

## 1.2 O pesquisador e as organizações que pesquisam

A pesquisa é uma atividade profissionalizada que envolve a investigação sistematizada e minuciosa, visando a produção de novos conhecimentos e o desenvolvimento experimental resultante de sua aplicação. Quem é o profissional da pesquisa? É o pesquisador? E o que define um pesquisador?

Meadows (1999), por exemplo, o definiu por sua ocupação e qualificação: trata-se de alguém que tem na pesquisa sua principal ocupação remunerada e que tem um doutorado, sendo este um processo de certificação da aptidão para executar pesquisas. Também é com base na ocupação e na qualificação que a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) o definiu: é alguém com terceiro grau e que trabalha desenvolvendo projetos de pesquisa, incluindo-se aí tanto graduados, quanto mestres e doutores (OCDE, 1995). Para definir o pesquisador brasileiro, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) recorreu à terminologia do Diretório dos Grupos de Pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que, nesse aspecto, é semelhante à da OCDE. Os pesquisadores designam os indivíduos graduados ou pós-graduados envolvidos em projetos de pesquisa, incluindo-se aí os estagiários pós-doutores; mas se distinguem dos estudantes, tanto dos de iniciação científica quanto dos de pós-graduação.

Essa é, contudo, uma questão polêmica, pois tais parâmetros nem sempre são suficientemente claros ou adequados. Um estudante de doutorado não pode ser considerado um pesquisador? E o docente universitário que faz pesquisas apenas para satisfazer determinações administrativas? O que dizer do pessoal técnico e dos estudantes de

graduação que participam em equipes de pesquisa em universidades e empresas, lado a lado com mestres e doutores? E os pesquisadores que trabalham nos meios de comunicação, fora do circuito acadêmico? Questões como essas permanecem irresolúveis em face dos parâmetros utilizados por autores como Meadows e agências reguladoras e de fomento. Mas por outro lado uma definição universal do pesquisador torna-se impraticável, devido às inúmeras diferenças entre as organizações que abrigam os muitos profissionais que atuam em pesquisas, bem como entre os diferentes tipos de pesquisas que empreendem.

Num cenário de ciência institucionalizada, os pesquisadores são geralmente encontrados trabalhando em organizações, e há vários tipos de organizações envolvidas com pesquisas. As instituições de ensino superior são uma delas. Para Meadows (1999), elas não apenas deram início à formação profissional de pesquisadores, mas também foram as primeiras a absorver essa mão-de-obra, a empreender pesquisas de maneira profissional, ainda no século XIX. Posteriormente, com a crescente industrialização, os pesquisadores encontraram cada vez trabalho no setor produtivo e no Estado.

Na visão da OCDE (2003), as instituições de ensino superior e as empresas (indústria, bens e serviços) são dois dos quatro tipos de organizações que desenvolvem pesquisas e empregam pesquisadores; outras duas são os órgãos governamentais (por exemplo, secretarias e ministérios) e as instituições privadas sem fins lucrativos, tais como fundações, organizações não-governamentais, sociedades e associações científicas e profissionais, etc. A mesma categorização segue o MCT (2004), que distingue entre instituições de ensino superior, governo, empresas e organizações privadas sem fins lucrativos.

Em cada país, o trabalho de pesquisa está dividido e organizado de uma determinada forma. A OCDE (2004) constatou que em países como os Estados Unidos, a Finlândia, a Suécia, o Japão, a França, a República da Coreia, a Alemanha, a Dinamarca, o Reino Unido – os países mais ricos do bloco –, o setor produtivo costuma concentrar mais da metade dos pesquisadores e das pesquisas, especialmente nas áreas tecnológicas. Verificou também uma tendência de crescimento nessa concentração, com o número de pesquisadores nas empresas aumentando na maioria dos membros do bloco. As empresas representam, nesses países, um ator muito importante no sistema de ciência e tecnologia, muito mais do que as instituições de ensino ou os órgãos do governo. Já no Brasil, segundo o MCT (2004),

ocorre o contrário: são as instituições de ensino superior que concentram a maior parte dos pesquisadores ativos. Não apenas isso, são também as que executam a maior parte do financiamento feito em atividades de pesquisa no país.

Essas observações são interessantes porque, nem sempre, os pesquisadores se dedicam exclusivamente à pesquisa, desenvolvendo outras atividades paralelas como parte de suas atribuições nas organizações em que atuam. A docência não é rara; muitos pesquisadores de instituições de ensino são também professores em cursos de graduação e pós-graduação. Aqui no Brasil, dada a grande concentração de pesquisadores e pesquisas nas instituições de ensino superior, pesquisadores-docentes são bastante comuns. Muitas vezes os pesquisadores são gestores de unidades administrativas, como departamentos, laboratórios e centros de pesquisa, tanto em instituições de ensino quanto em empresas do setor produtivo e órgãos do governo.

Há, como se viu anteriormente, inúmeras dificuldades para se elaborar uma definição universal do pesquisador. Ainda assim, em se considerando a diversidade de indivíduos e organizações envolvidos com a realização de pesquisas, faz algum sentido pensar o pesquisador como alguém que tem na pesquisa uma de suas atividades regulares e para a qual possui qualificação ou experiência condizente. Longe de encerrar a questão, pois se reconhece a dureza da tarefa, tal definição torna-se aqui necessária porque o pesquisador é o autor e o leitor por excelência dos periódicos. Ademais, essas publicações estão envolvidas em diversas fases do processo de pesquisa. Sobre esse assunto trata a próxima seção.

### **1.3 As pesquisas e seus produtos**

A ciência orienta-se, essencialmente, para a produção de conhecimentos. Esses podem compreendidos como conjunto de informações sistematizadas e organizadas; o ser humano, por meio da compreensão, transforma informações em conhecimento (Targino, 1998). A atividade científica supõe a produção e a sistematização de informações, mas também a utilização, nesse processo, de determinadas categorias e esquemas de pensamento e ação. Quando acreditados pela comunidade científica, conferem validade às informações produzidas e sistematizadas. A pesquisa designa, genericamente, esse esforço.

Por outro lado, a ciência não é um todo homogêneo, nem em termos dos conhecimentos

produzidos nem de sua estrutura social de produção. Está dividida e fragmentada em diversas áreas e disciplinas, que se diferenciam em inúmeros aspectos e definem comunidades mais ou menos distintas de produtores. E está amplamente estratificada, devido às diferenças intrínsecas, embora nunca estáveis, entre as áreas de produção, mas também à acumulação desigual de recursos por parte dos produtores nas diversas áreas.

Se a pesquisa designa o esforço de produção e sistematização de informações, áreas e disciplinas divergem quanto à maneira que desempenham essa atividade. Não necessariamente partilham das mesmas categorias e esquemas de pensamento e ação, e assim não produzem, processam, organizam e sistematizam as informações da mesma forma. Distinguindo três grandes áreas de produção – as humanidades, as ciências sociais e as ciências – Meadows (1999, p. 47-56) observa que há diferenças quanto às estruturas conceituais que governam a realização das pesquisas em cada uma delas. Tais estruturas remetem a crenças, pontos de vista, pressupostos, métodos e práticas que historicamente constituíram e instituíram o “modo de estudar” de cada área ou disciplina, seu *olhar* sobre as coisas. Incluiriam, por exemplo, o que Kuhn (2003) chamou de paradigmas.

Ziman (1984) listou certo número de esquemas e procedimentos que a seu ver caracterizam a produção, o processamento e a sistematização das informações nas pesquisas das ciências naturais. São eles: a descrição, a generalização, a classificação, a investigação, a instrumentação, a mensuração, a experimentação, o estabelecimento de relações de causa e efeito, a formulação de hipóteses e leis, a concepção de modelos e teorias. Não são, obviamente, exclusivos das ciências naturais; mas também não são empregados da mesma maneira por todas as áreas. Meadows (1999, p. 56) observou que “a pesquisa em humanidades e ciências sociais caracteriza-se muitas vezes por não envolver – na realidade, não permitir – uma nítida separação entre o mundo que nos cerca e a pessoa que o descreve”. Segue-se daí que a pesquisa nessas áreas parte de pressupostos distintos dos que tradicionalmente conduziriam ao uso do método científico tradicional, com seu enfoque hipotético-dedutivo, suas regras de experimentação e validação, seus critérios de objetividade. Na visão do autor (ibidem, p. 66), “um enfoque altamente quantitativo constitui um dos sinalizadores da fronteira que em geral é traçada entre as ciências naturais e as ciências sociais”.

As pesquisas não produzem apenas conhecimento factual; produzem também

conhecimento conceitual. Segundo Meadows (op.cit.), a produção de conhecimento teórico cresceu significativamente em importância, sobretudo nas humanidades e nas ciências sociais. Nessas áreas, o esforço de pesquisa vem se direcionando não apenas para a produção teórica, mas também ao trabalho crítico sobre suas próprias teorias. Mas isso não significa que não haja produção de conhecimentos factuais nessas áreas. Há nelas disciplinas com forte tradição em pesquisa empírica, como a sociologia, a antropologia e a lingüística. Da mesma forma, não significa que não haja produção teórica nas ciências naturais; a física, por exemplo, é uma área de intensa produção teórica e forte tradição experimental.

As diferenças na estrutura conceitual, no enfoque e nas metodologias resultam, por sua vez, em diferentes padrões e critérios para aceitação e avaliação das pesquisas. Uma pesquisa aceitável em antropologia é bastante distinta de uma em engenharia. Para Meadows (1999), também o nível de consenso sobre os padrões de aceitabilidade diverge entre ciências sociais e humanidades e as demais ciências. Isso decorre, sobretudo, do processo histórico de desenvolvimento e especialização das disciplinas, processo esse que remete ao desenvolvimento mesmo das estruturas conceituais que governam as investigações.

Schwartzman (1988) reconheceu que as ciências naturais possuem “uma organicidade interna dada por tradições de trabalho intelectual compartilhadas” que as ciências sociais não têm. Tal organicidade derivaria, na visão de Meadows (op.cit.), dos paradigmas, ou melhor, do compartilhamento deles. Naquelas áreas, o desenvolvimento de uma enfoque unificado estabelece um horizonte de consenso quanto aos objetos, métodos, práticas e normas de pesquisa e também de avaliação. Nem nas ciências sociais, nem nas humanidades, há tal estrutura unificada, mas estruturas coexistentes; não apresentam uma “organicidade interna” tal como as demais ciências e, havendo “paradigmas” divergentes e coexistentes, não há um nível alto de consenso sobre as normas e os critérios de aceitabilidade das pesquisas.

Uma outra diferença entre áreas e disciplinas diz respeito à cooperação entre pesquisadores na realização das pesquisas. A atividade cooperativa manifesta-se de diversas maneiras. Um projeto de pesquisa em torno de um tema interdisciplinar exige uma equipe de pesquisadores de diferentes especialidades (o que é cada vez mais comum com a



crescente fragmentação dos conhecimentos). Esse projeto pode, por exemplo, fazer parte das atividades de uma linha de pesquisa em um programa de pós-graduação e envolver pesquisadores e estudantes orientados por eles. Pode também contar com a colaboração de pesquisadores de outras instituições. Meadows (1999) e Le Coadic (1996) observaram que as pesquisas nas humanidades e nas ciências sociais tendem a apresentar índices menores de cooperação entre pesquisadores, sendo as pesquisas mais comumente executadas por pesquisadores individuais. Nas demais ciências, ocorreria justamente o contrário, sendo a cooperação mais comum. Para o autor isso se deve ao tipo de investigação realizada, remetendo às diferenças anteriormente mencionadas.

Uma maneira bastante difundida de verificar a cooperação é pela mensuração do número de autores das contribuições publicadas (artigos, livros, relatórios, etc). Seguindo a tendência observada por Meadows e Le Coadic, nas ciências sociais e nas humanidades a autoria individual é comum do que a autoria coletiva, sendo esta praticamente a regra nas publicações de outras áreas, como da saúde e tecnológicas. Em sua tese de doutoramento, Graça Targino (1998) analisou a autoria de 333 artigos publicados por pesquisadores-docentes brasileiros de todas as áreas do conhecimento. Verificou justamente a primazia da autoria coletiva, à exceção das áreas das ciências humanas e sociais. Os resultados da pesquisa de Correa *et al* (2005) sobre a produção científica do campo brasileiro da comunicação corrobora essa tendência: em 2003, quase 90% dos artigos publicados em sete periódicos da área eram de autores individuais.

As pesquisas têm necessidades materiais; demandam recursos humanos, equipamentos, publicações. Quanto maiores forem suas necessidades, mais cara tende a ser sua realização. Meadows (1999) sugeriu que as pesquisas em humanidades exigem menos recursos do que as em ciências sociais, e essas menos do que as nas demais ciências. Pode-se ilustrar essas diferenças na maneira como o CNPq distribuiu recursos em 2005 na linha de fomento à pesquisa. A **tabela 1** traz o montante de recursos alocados e de projetos apoiados por essa agência conforme as áreas de conhecimento. Escolheu-se uma disciplina, aleatoriamente, em cada área, para efeito de comparação.

Tabela 1: Fomento à Pesquisa / CNPq – ano 2005			
Área de Conhecimento	Recursos Investidos (em mil R\$)	Nº Projetos (unidade)	Média valor / projeto (em mil R\$)
<b>Ciências Agrárias</b>	10.802,00	511	21,1
Agronomia	4.896,00	214	22,8
<b>Ciências Biológicas</b>	11.408,2	546	20,9
Bioquímica	1.928,4	61	31,6
<i>Ciências Sociais Aplicadas</i>	2.367,5	208	11,4
Comunicação	244,0	23	10,6
<i>Ciências Exatas e da Terra</i>	10.142,9	573	17,7
Química	3.161,1	169	18,7
<i>Engenharias</i>	16.567,4	489	33,9
Eng. Elétrica	4.960,00	71	69,8
<b>Ciências Humanas</b>	5.160,8	488	10,5
Psicologia	835,4	96	8,7
<b>Ciências da Saúde</b>	14.796,8	403	36,7
Saúde Coletiva	6.434,9	98	65,6
<b>Linguística, Letras e Artes</b>	697,8	85	8,2
Linguística	375,6	50	7,51

Fonte: Fundamentado em dados do CNPq. "Estatísticas de Fomento à Pesquisa"

Na **tabela 1**, a distribuição de recursos entre as áreas confirma a literatura: a soma dos recursos destinados a projetos das humanidades e ciências sociais aplicadas sequer ultrapassa o montante de recursos destinados às ciências agrárias, embora o número total de projetos apoiados naquelas áreas seja 52% maior. Além disso, a média de recursos por projeto é sensivelmente menor nas humanidades do que nas demais áreas; os projetos da engenharia elétrica receberam, em média, oito vezes mais recursos do que os de psicologia, e até duas vezes mais que os das ciências da saúde. Isso significa que os projetos dessas áreas são apenas mais caros ou que elas têm prioridade no recebimento de recursos? Ou ambos? Tais questionamentos partem da observação de que certas áreas e disciplinas são mais favorecidas financeiramente e dispõem de mais recursos para a realização das pesquisas, isto é, para a aquisição de equipamentos e publicações, a contratação de recursos humanos e serviços de apoio, e mesmo para a disseminação dos resultados. Essa questão será examinada em mais detalhes na próxima seção. Para terminar esta, falta analisar a comunicação na atividade de pesquisa.

As pesquisas geram conhecimentos. A proposta aqui é olhar esses conhecimentos como informações. Informações são insumo e produto das pesquisas: os pesquisadores demandam informações a partir das quais produzem outras tantas, valendo-se nesse processo de determinadas estruturas conceituais, enfoques, métodos e tecnologias, que

variam nas diferentes áreas e disciplinas. Para obter as informações de que necessitam e disseminar as que produzem, os pesquisadores utilizam diferentes meios e canais de comunicação. O pesquisador é, assim, tanto produtor quanto usuário de informações, tanto um autor quanto um leitor de conteúdos.

Ao longo de um projeto de pesquisa, o pesquisador combina os meios e canais de comunicação disponíveis conforme suas necessidades. (A disponibilidade de meios e canais varia conforme a disponibilidade de recursos, tanto dos pesquisadores quanto das instituições.) A investigação supõe a coleta de dados e informações, os quais o pesquisador busca em bibliografias, bases de dados, livros, periódicos, jornais, relatórios, dissertações e teses; em conversas e correspondências com colegas e outros profissionais; em eventos, tais como seminários, colóquios, congressos. À medida que a realização pesquisa se aproxima da etapa final e os resultados aparecem, o pesquisador começa a se ocupar de os preparar para serem compartilhados com a comunidade de pares. Novamente, recorre às conversas e trocas interpessoais, aos *papers* e apresentações em eventos, a artigos em periódicos, a relatórios técnicos, a livros ou capítulos de livros, a registros de obras e patentes, a matérias em veículos de grande circulação, etc. Esse é o quadro geral da *comunicação científica* conforme apresentado por Garvey (1979), Meadows (1999), Targino (1998) e outros, e sobre ele serão fornecidos mais detalhes no próximo capítulo, ao se tratar dos periódicos. Pelo momento, interessa ver que diferenças áreas e disciplinas apresentam com relação a essas práticas no contexto de realização das pesquisas.

No decorrer de uma pesquisa, os pesquisadores comportam-se de maneiras diferentes em matéria de comunicação. Para Garvey (op.cit.), essas variações são de dois tipos basicamente: as intra-individuais e inter-individuais. Aquelas primeiras derivam da forma como cada pesquisador se relaciona individualmente com seu trabalho e dos objetivos que busca atingir através dele. Manifestam-se nas diferentes necessidades que o pesquisador apresenta ao longo das etapas de realização da pesquisa, que por sua vez se correlacionam com a quantidade de informação de que precisa além dos conhecimentos que já possui. E manifestam-se também nos usos *estratégicos* que os pesquisadores fazem dos meios e canais de comunicação, para além de suas necessidades informacionais propriamente ditas. Garvey identificou alguns desses usos: a publicação em periódicos como forma de ganhar ou manter a visibilidade junto à comunidade de pares ou de obter prioridade para suas

descobertas; o consumo de publicações onde pretende futuramente publicar, como forma de conhecer o veículo, suas normas editoriais e controles de qualidade; a distribuição de trabalhos não revisados (*pre-prints*) com o objetivo de obter críticas de colegas e produzir melhorias para uma futura publicação.

Já as variações inter-individuais são aquelas que podem ser percebidas entre agrupamentos de pesquisadores. Garvey observou diferenças entre pesquisadores das ciências físicas e das sociais: aqueles primeiros geralmente precisam de informações para desenhar soluções técnicas e equipamentos, diferindo desses últimos, cujas necessidades orientam-se mais para a seleção de dados e a escolha das técnicas de análise. Em termos dos canais que adotam para obter informações, os livros são mais comuns entre os cientistas sociais e os relatórios técnicos entre os físicos. Para o autor, as variações extrapolam o âmbito de áreas e disciplinas. Outros fatores contribuem, tais como o tipo de pesquisa, se básica ou aplicada; a maturidade da disciplina, se emergente ou há muito estabelecida; a maturidade do próprio pesquisador, distinguindo entre os mais e os menos experientes. Ressaltou, contudo, que, no geral, as principais fontes usadas pelos pesquisadores para obter informações para realizar suas pesquisas são: os periódicos, os próprios colegas – por meio de conversas, encontros, correspondências, etc. –, os livros, os relatórios técnicos, as apresentações em eventos e os *pre-prints*, nessa ordem de importância.

E quanto à disseminação? A comunicação dos resultados das pesquisas à comunidade de pares é fundamental para a validação dos resultados; a publicação é uma etapa muito importante da realização de uma pesquisa. Segundo Meadows (1999), humanidades, ciências sociais e demais ciências tendem a se comportar de maneira diferente nessa matéria. Naquelas duas primeiras, predominam os livros e os capítulos de livros; nessas, artigos em periódicos e em anais de eventos. Em sua tese de doutoramento, Graça Targino (1998) verificou que, no meio impresso, a média de artigos publicados por pesquisador é um pouco maior nas ciências da vida e áreas tecnológicas do que nas ciências humanas sociais - é de 5,91 e 4,72 naquelas primeiras e de 4,5 nessas últimas. Já no meio eletrônico, essa relação se inverte: a maior média é nas ciências humanas e sociais, com 0,17, contra 0,06 para as ciências da vida.

Para Meadows (op.cit.), a preferência por livros e capítulos nas ciências sociais e

humanidades decorre da natureza mesma das pesquisas nessas áreas. Seria um desdobramento da falta de uma estrutura conceitual unificada? Ou da coexistência de diversas estruturas, que impele o autor da publicação a ter de reconstruir uma parte do percurso que já estaria construído caso houvesse uma unificação maior em termos conceituais e metodológicos? Seria resultado da predominância de enfoques qualitativos, em que palavras predominam ao invés de números? Segundo as impressões coletadas por Targino em sua pesquisa junto aos docentes brasileiros e reportadas em sua tese (1998), sim. Essas áreas demandam elaboração intelectual e interpretativa dos dados maior e mais densa do que em outras áreas, refletindo-se isso nos meios de publicação. No geral, essas pesquisas resultam em publicações mais extensas, e a preferência recai sobre os livros e capítulos de livros.

Meadows (op.cit.) observou também que, nas engenharias, as pesquisas costumam ter seus resultados apresentados à comunidade de pares predominantemente nos eventos da área; daí a publicação de trabalhos em anais ser mais importante para essas áreas do que, por exemplo, para as ciências sociais e as humanidades. Suzana Muller (2005), investigando a produção científica de pós-doutores apoiados pela CAPES, chegou a conclusões semelhantes: nas ciências exatas, biológicas e da saúde, as pesquisas tendem a ser comunicadas preferencialmente em periódicos; nas engenharias, a preferência continua sendo pelos eventos e seus anais; e os livros e capítulos aparecem como significativos apenas para os pesquisadores das ciências sociais aplicadas, humanas e da área de lingüística.

Áreas e disciplinas apresentam, assim, algumas diferenças no que tange ao modo como empreendem e comunicam suas pesquisas. Essas diferenças vão desde as estruturas conceituais que governam a *práxis* científica aos canais preferenciais para disseminar os resultados das pesquisas a seus públicos pertinentes. Isso tem implicações diretas nos periódicos: significa que são usados mais intensamente em algumas áreas do que em outras, o que, por sua vez, repercute na sua produção. Antes de explorar melhor essa questão, que será tratada nos próximos capítulos, torna-se necessário analisar outros aspectos da organização social da ciência, que também repercutem nos periódicos.

#### 1.4 Estrutura social, concorrência e comunicação

O desenvolvimento de pesquisas supõe uma certa dose de cooperação e colaboração entre os pesquisadores. Num sentido mais amplo, os “avanços” gerados nas pesquisas são resultantes do esforço de gerações de pesquisadores – quantos anos de investigação e contribuições até que o aparelho televisor ou o computador pessoal chegasse em nossas casas, ou as vacinas aos postos de saúde? Numa outra perspectiva, grupos e pesquisadores dispersos geograficamente trabalham sobre assuntos, temas e problemas comuns, trocando experiências e conhecimentos, cooperando para a geração de resultados. É o caso, por exemplo, dos chamados “colégios invisíveis” (ZIMAN, 1984). Além disso, hoje em dia, as pesquisas são executadas em instituições, onde os pesquisadores são instados a compartilhar instalações, muitas vezes equipamentos. Com a crescente especialização e divisão do trabalho, cada vez mais os projetos de pesquisa demandam equipes interdisciplinares e, assim, a colaboração entre pesquisadores. Fora isso, nas áreas de pesquisa experimental, a instrumentação e a sofisticação dos equipamentos exige a composição de equipes numerosas e a atuação conjunta de diversos profissionais.

Por outro lado, o desenvolvimento de pesquisas comporta um alto nível de competição. Se cooperam para a geração de conhecimentos e resultados, pesquisadores e organizações competem por *reconhecimento*, *recompensas*, *recursos* e *facilidades*. Para Merton (1977), Ziman (1984) e Bourdieu (2003a), é a busca pelo reconhecimento outorgado pela própria comunidade científica que move a competição entre os produtores da ciência. Esses concorrem por prestígio, mérito e autoridade, concedidos por eles próprios, que são, por isso, simultaneamente pares e concorrentes. Para Cole e Cole (1973), os agentes tiram parte sua motivação das *recompensas* que o reconhecimento comunal propicia, tais como prêmios, títulos honoríficos e medalhas.

Outras formas de recompensar produtores que atingiram o reconhecimento são também observadas além dessas: a indicação ou obtenção de cargos em instituições, o recebimento de aumentos salariais e promoções (a ascensão hierárquica), a obtenção de cadeiras em comissões e bancas de avaliação de periódicos, prêmios, concursos e editais (ZIMAN, 1984; COLE E COLE, 1973; MULKAY, 1976; GASTON, 1970). Além de resultar em recompensas de diversos tipos, o reconhecimento possibilita aos agentes acesso facilitado aos recursos distribuídos e alocados para a realização de pesquisas, tais como

financiamentos, bolsas de estudos e instalações (ZIMAN, 1984). Facilidade de acesso se manifesta também junto aos meios de comunicação e informação: pesquisadores de prestígio têm mais facilidade para publicar seus trabalhos (GASTON, 1970).

O reconhecimento não é algo dado, mas construído. Ziman (op.cit.) sugeriu que, em se tratando de um construto social, o reconhecimento, como meta a ser perseguida pelos pesquisadores, não é dissociável do processo mesmo de construção da carreira profissional. É em parte resultado do esforço que esses indivíduos empreendem em ser criativos e inovadores, em se especializar e aprimorar, em produzir e publicar. Por outro lado, ressalta o autor, a busca pelo reconhecimento não pode ser dissociada do processo de validação dos conhecimentos pela comunidade científica. Esse é um processo que se formaliza nas comissões e comitês que assessoram periódicos, prêmios, concursos, etc, mas que se estende pelo domínio do informal, no tempo e no espaço, engendrando-se no uso que a comunidade de pares faz das contribuições apresentadas pelos pesquisadores.

Ziman (op.cit.) e Bourdieu (2003a) ressaltaram que o reconhecimento só pode ser obtido mediante as contribuições significativas que os pesquisadores fizeram, suas descobertas, suas invenções. Para obtê-lo, os pesquisadores precisam produzir e, principalmente, comunicar os resultados de seu trabalho à comunidade de pares, para que esses os avaliem, utilizem, validem e legitimem. Ainda que certos tipos de recompensa, tais como cadeiras em comitês e comissões, e o acesso facilitado a recursos possam ser alcançados mediante estratégias políticas, o reconhecimento propriamente científico resulta das contribuições que pesquisadores e instituições fizeram à ciência. Está relacionado com o nível de qualidade atribuído pela comunidade científica ao trabalho desses agentes.

No último século a ciência expandiu-se aceleradamente. Cresceu o número de pesquisadores e organizações desenvolvendo pesquisas e também o volume de informações produzidas. Isso tornou a concorrência mais acirrada, pois há mais produtores e contribuições no jogo. Também a tornou mais complexa, dado que os saberes encontram-se cada vez mais especializados e compartimentados, ao passo que os problemas só ficam mais amplos e igualmente complexos. Esse acirramento também trouxe dificuldades à distribuição de autoridade e prioridade. Não raro, pesquisadores se vêem envolvidos em plágios, polêmicas e decepções. Publicam e depois descobrem que outro chegou a resultados ou interpretações semelhantes - como identificar o "verdadeiro autor"?

Mulkay (1977) argumentou que situações como essas revelam deficiências no sistema de comunicação, o qual deveria ser capaz de resolver essas questões. De fato, repetições e disputas em torno de autoridade e prioridade podem ser tributadas a problemas nele. Há muito, por exemplo, que se criticam os periódicos pela demora na publicação, que atrasa a apresentação dos resultados à comunidade de pares (para não mencionar a questão da amplitude da circulação dos títulos). A proliferação descontrolada de títulos de periódicos nas últimas décadas é também queixa constante. Dificulta a recuperação das informações produzidas em comunidades científicas dispersas geograficamente e, assim, contribui para a ocorrência de pesquisas repetidas e de disputas. Não se pode, contudo, estabelecer uma relação direta de causa e efeito entre as deficiências do sistema de comunicação e a alta competitividade na ciência contemporânea. Outros fatores também estão implicados, como o financeiro.

O acesso a recursos e facilidades é cada vez mais disputado. Nas últimas décadas, houve expressiva redução da capacidade do Estado de fazer investimentos, e esse figura sempre entre os maiores financiadores da pesquisa, junto com as empresas. A escassez de recursos tem levado ao redimensionamento de investimentos e políticas públicas e à racionalização técnica dessas últimas. Introduziram-se técnicas gerenciais e metodologias de planejamento estratégico oriundas da área empresarial na formulação de políticas e organização das atividades científicas; intensificaram-se os mecanismos de avaliação para valorização dos recursos investidos. Bons exemplos disso foram as mudanças realizadas no CNPq e na CAPES pelo governo federal no final da década de 1990. No CNPq, entre os anos de 1995 e 1998, houve a organização das ações de fomento em programas prioritários (programatização do fomento), que favoreceu o modelo de indução da pesquisa, e a adoção da avaliação continuada das atividades de pesquisa e dos próprios instrumentos e programas de fomento (cf. COSTA, 2003). Na CAPES, em 1998 foi implantado o novo modelo de avaliação da pós-graduação brasileira, que também trouxe como principais novidades a avaliação continuada de programas, e não mais de cursos, e a adoção de parâmetros internacionais de qualidade relativo a cada área (cf. SOUZA, 2001).

Em tal cenário, os pesquisadores são impelidos a publicar ao máximo. Precisam demonstrar sua produtividade para a comunidade e os financiadores, além de garantir suas posições na disputa por autoridade e prioridade. A produtividade incide sobre a distribuição



de prêmios, gratificações, bolsas e outros recursos, de forma que, se não mantêm certo nível de desempenho, os pesquisadores não ganham, ou ganham menos. Essa é uma realidade que atinge todos os países e por aqui não é diferente. Para a área de ciências sociais aplicadas, onde estão a comunicação e a ciência da informação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) estipulou como média o número de **dois** artigos ou capítulos de livro ou **um** livro por ano por pesquisador. Como pode um profissional que geralmente acumula as atividades de pesquisador e professor e, não raro, também cargos administrativos de chefia e direção, fora as demais atividades que desempenha dentro e fora das instituições em que atua, manter essa média? Não é impossível, mas também não se pode esperar desse sujeito que produza tanto e sempre trabalhos consistentes, originais, quiçá brilhantes. Não sem razão muitos autores e editores de periódicos brasileiros reclamam da pouca qualidade da produção científica nacional.

As relações entre quantidade e qualidade, no tocante à produtividade de pesquisadores, não se resolvem sem prejuízos. Para publicar mais ou mais rápido, é muitas vezes necessário antecipar os resultados da pesquisa, gerando *papers* inconsistentes, curtos ou pouco significativos. Mesmo assim, em face das pressões internas e externas, a **quantidade** de publicações vem ganhando importância em detrimento da **qualidade**.

Estudos sobre a produtividade científica vêm se concentrando, sobremaneira, na contagem de publicações autorais e co-autorais e de citações, como medidas de quantidade e qualidade, respectivamente. A despeito de toda problemática que circunda o tema qualidade vs quantidade, muitos desses estudos apontam à assimetria na produtividade entre indivíduos, instituições e países. Lotka (1926), Bradford (1934), Price (1963), Price e Beaver (1966), Rushton e Meltzer (1981), Grupp (1990), Liming e Lihua (1993) são alguns dos estudiosos que dedicaram esforços ao assunto. Ocorre que uma pequena porção do universo de produtores – um número reduzido de pesquisadores, instituições e países – é responsável pela produção da maior proporção de informações e contribuições significativas à ciência, nas diversas áreas. Ou, dito de outra forma, a maior parte das contribuições significativas tende a vir de um número reduzido de produtores. Meadows (1999) observou essa mesma assimetria quando analisou a comunicação oral e as interações informais através das redes humanas ou colégios invisíveis. Ele concluiu haver tendência a uma pequena quantidade de pesquisadores concentrar a maior proporção de contatos e

interações. Nas redes analisadas por ele, havia um número pequeno de pesquisadores que eram mais ativos, trocavam mais informações, eram mais requisitados e interagiam mais com outros pesquisadores e grupos.

Inferir-se daí que essa pequena fração do universo de produtores, esse pequeno grupo de grandes produtores tende a obter mais reconhecimento. Dessa forma, concentra a maior parte das recompensas e dos recursos. Tal grupo de agentes conforma o que muitos autores vêm chamando de *elites científicas*. Mulkay (1972) destacou alguns elementos básicos que caracterizam as elites: acumulam uma maior quantidade de recompensas e facilidades, tais como recursos físicos e financeiros; têm acesso privilegiado aos meios de comunicação e informação; têm ampla participação em comitês e comissões de avaliação, exercendo considerável influência sobre os processos de seleção e avaliação e controlando, direta ou indiretamente, as atividades científicas; e estabelecem vínculos mais amplos e abrangentes do que os agentes menos privilegiados.

Tal concentração de recursos e poder resulta de vários processos sociais, como os processos mesmos de auto-seleção e auto-governo que tendem a caracterizar a comunidade científica. Merton (1977) observou esse desequilíbrio na distribuição do poder científico e o batizou de “efeito Mateus”, em alusão ao evangelho segundo São Mateus, que pregava que os mais afortunados terão em abundância, enquanto que dos menos afortunados até o que têm será tirado. O “efeito” vem da tendência de os pesquisadores de maior prestígio atraírem mais atenção do que os de menor prestígio e obterem, por isso, ainda mais prestígio para si próprios. Para Ziman (1984), trata-se de uma disfuncionalidade no sistema social da ciência, que está longe de ser democrático e igualitário. O autor argumentou, acertadamente, que dada a busca pela auto-regulação e o efeito Mateus não há nada que impeça as elites de consolidar o poder e tornar o *establishment* algo que se auto-perpetua.

Assimetria e estratificação reverberam no sistema de comunicação formal, especialmente o de comunicação periódica. Dentro de uma determinada área, é num pequeno número de publicações que a maior parte das contribuições relevantes é publicada. A lei da dispersão de Bradford, por exemplo, apontou à existência de uma estrutura piramidal dos periódicos. A base é composta por um número grande de veículos que publicam esparsas contribuições relevantes. Na porção intermediária, há um número menor de veículos contribuindo moderadamente em termos de informações significativas. A

pirâmide é encabeçada por um número reduzido de publicações, onde se veiculam a maior parte das contribuições relevantes. Se o “efeito Mateus” for generalizável e o sistema de financiamento favorecer os mais prestigiados, esses poucos veículos *top* terão maior afluxo de contribuições e de recursos. Terão também maior quantidade de leitores. E tal suposição não está longe da realidade. As altas taxas de rejeição de artigos em periódicos de prestígio e a famosa regra dos 80/20 dos bibliotecários não deixam de confirmá-la.

## 2 Os periódicos na comunicação científica

Num universo em que os pesquisadores cooperam para produzir e concorrem por reconhecimento, recompensas e facilidades, os processos de comunicação têm papel central. A comunicação entre pesquisadores, também chamada de *comunicação científica*, vem sendo objeto de muitos estudos. Este capítulo, revisando a literatura da área, discute as práticas de comunicação em que os pesquisadores geralmente se envolvem na realização das pesquisas, os meios e recursos que costumam utilizar e os usos que fazem deles. Também discute os impactos do meio eletrônico e das tecnologias de informação e comunicação nas atividades de pesquisa e na comunicação científica. E finaliza com uma seção exclusiva sobre os periódicos – um dos principais canais de comunicação entre pesquisadores e importante instância de consagração e legitimação de pesquisas e pesquisadores via comunicação.

### 2.1 Comunicação científica

Na perspectiva que aqui se adota, a informação é tanto o insumo quanto o produto da pesquisa: esta gera informações como parte de seus resultados, mas suas atividades só se realizam mediante as informações geradas. Nesse sentido, Le Coadic definiu a informação como “o sangue da ciência” (1996, p. 27). Já as atividades de produção, intercâmbio e recepção de informações são geralmente designadas sob o signo da comunicação. Como salientou Graça Targino, “enquanto a informação é um produto, uma substância, uma matéria, a comunicação é um ato, um mecanismo, é o processo de intermediação que permite o intercambio de idéias entre os indivíduos” (1998, p. 45).

Se a comunicação envolve as atividades de produção, intercâmbio e recepção de informações, a comunicação científica designa as trocas realizadas entre os produtores da ciência, no contexto social de produção. Para Garvey (1979), na comunicação científica essas atividades se estendem desde a concepção da idéia da pesquisa até a incorporação de seus resultados ao corpo de conhecimentos legítimos da área. E são essenciais ao desenvolvimento das pesquisas pois, por meio delas, os pesquisadores obtêm as informações de que precisam e disseminam as que produzem. Nas palavras de Targino,

é a comunicação científica que favorece ao produto (produção científica) e aos produtores (pesquisadores) a necessária viabilidade e possível credibilidade no meio social em que produto e produtores se inserem. (op.cit., p. 46).

Para tanto, a comunicação supõe o compartilhamento de certos elementos que possibilitam as trocas informacionais entre os indivíduos. Tais elementos incluem não apenas linguagens, línguas e códigos comuns, mas também certas normas, esquemas de pensamento, estruturas conceituais. Compartilhá-los produz consenso quanto a práticas e garante a inteligibilidade dos conteúdos intercambiados (GARVEY, 1979; MEADOWS, 1999; MERTON, 1977). Ao mesmo tempo, distingue os interlocutores aptos a receberem e decodificarem aqueles conteúdos dos não-aptos. Nesse sentido, estabelece as bases da comunicação inteligível entre os pares e define os pares como aqueles que partilham desses mesmos elementos. Assim, circunscreve o espaço da comunicação e faz com que surjam as comunidades científicas (KUHN, 2003; TARGINO, 1998).

Segundo autores como Meadows (1999), Garvey (1979) e Menzel (1958), no contexto de produção da ciência a comunicação assume algumas funções específicas, tais como:

- fornecer insumos para o empreendimento das pesquisas;
- manter os pesquisadores atualizados quanto ao estado-da-arte em seu campo de atuação;
- contribuir para o processo de validação dos conhecimentos produzidos, possibilitando a apropriação, a verificação e a legitimação das contribuições feitas pelos pesquisadores;
- fornecer *feedback* aos produtores quanto à sua própria produção, contribuindo para seu aperfeiçoamento.

A comunicação implica também a utilização de recursos de variados tipos, mediante os quais essas atividades se concretizam. Dentre eles estão nossas competências e sentidos inatos, como a fala, a visão e a audição. E há também os *meios técnicos*. John B. Thompson (1998) definiu um meio técnico como o elemento ou substrato material por meio do qual os produtores fixam e transmitem as informações para os receptores. Os meios técnicos

possibilitam que a comunicação se realize de forma mediada e estruturada, ou seja, que os produtores transmitam informações para receptores ausentes no contexto de produção.

Segundo Thompson (ibidem), os meios técnicos gozam de alguns atributos: permitem certo grau de fixação das informações e, assim, a preservação e o armazenamento das mesmas; certo grau de reprodução das mensagens, ou seja, sua multiplicação em cópias ou reutilização; certo grau de distanciamento espaço-temporal ou de afastamento entre a produção e a recepção das informações. Além disso, envolvem determinados tipos de habilidades, de competências e formas de conhecimento, necessários para utilizá-los.

Como esses atributos se manifestam nos meios hoje disponíveis? O telefone, por exemplo, não fixa sozinho as mensagens intercambiadas e, portanto, não possibilita a reprodução e a disseminação delas no tempo. Por outro lado, possibilita alto grau de distanciamento espacial e exige, além das competências de falar e ouvir, a habilidade de manusear os aparelhos e de interagir por meio deles, como o conhecimento das estruturas lingüísticas e sociais da conversação por telefone<sup>1</sup>. A escrita, se comparada com a fala, permite um grau maior de fixação, conservação e disseminação das mensagens no tempo e no espaço, mas tudo isso depende das capacidades dos meios com que se aplica – se a escrita é a lápis ou tinta, se se escreve no papel ou na parede, e assim por diante. No caso da imprensa, essa permite alto grau de fixação, conservação e reprodução das mensagens, possibilitando sua disseminação no tempo e no espaço – basta pensar nos livros, nos jornais e nos periódicos.

A recepção de impressos (manuscritos também) requer habilidades de leitura e navegação, o que implica o conhecimento não apenas do código lingüístico, mas das estruturas de organização dos conteúdos textuais e visuais. Para Meadows (1999, p. 117), o projeto gráfico dos impressos resulta do “compromisso entre as propriedades do suporte e os requisitos receptivos dos leitores” do qual depende a apreensão dos conteúdos. Já o meio eletrônico possibilita certo grau de fixação das mensagens – menor, por exemplo, do que o permitido pela imprensa –, mas a preservação e a conservação dos conteúdos são incertas, já que o meio, sendo virtual, é subtraído de um substrato material. Nesse meio o que importa não é necessariamente a capacidade de reprodução, mas as capacidades de

---

<sup>1</sup> A Etnometodologia desenvolveu uma abordagem, a análise da conversação, para o estudo dessas estruturas. Sobre isso ver Marcuschi, L.A. *A análise da conversação*. São Paulo: Atica, 1986.

reutilização e combinação dos conteúdos; além disso, exige novas habilidades, quando comparado com o meio impresso, por exemplo.

No capítulo anterior falou-se que os pesquisadores, em suas pesquisas, envolvem-se em diversas atividades de comunicação. Precisam obter informações para seu trabalho e sobre sua área de atuação, disseminar os resultados de suas pesquisas, receber *feedback* da comunidade científica a respeito de sua produção. Para isso, recorrem a diferentes formas e canais de comunicação. Esses variam desde as conversas e correspondências pessoais a publicações nos variados suportes e podem, assim, implicar ou não o uso de meios técnicos.

Uma distinção tradicional que emerge nessa diversidade é entre a comunicação informal e a comunicação formal. Tal distinção não suscita muito consenso entre os teóricos do assunto e tampouco representa uma realidade estanque, uma vez que há variações em matéria de comunicação conforme áreas de conhecimento e tipos de pesquisa. Assim, não há um modelo único de comunicação formal e/ou informal para a ciência. Ademais, trata-se de um modelo, uma simplificação. Contudo, é uma simplificação necessária para o propósito desta investigação.

Meadows (1999, p. 7) distinguiu a comunicação informal da formal com base no grau de fixação e disseminação das informações: “uma comunicação informal é em geral efêmera, sendo posta à disposição apenas de um público limitado”, ao passo que a comunicação formal “encontra-se disponível por longos períodos de tempo para um público amplo”. A primeira está fortemente associada com a comunicação oral e as interações informais, ao passo que essa última relaciona-se essencialmente com a escrita, a ponto de autores como Le Coadic (1996) a chamarem de comunicação escrita. O terreno do formal incorpora canais que, historicamente, desenvolveram-se no suporte impresso, ligados à atividade de edição, com destaque para os livros e os periódicos. Com o advento do meio eletrônico, os canais tradicionais ganharam um novo suporte para produção e disseminação – embora isso suscite uma série de questões, as quais serão tratadas posteriormente no texto.

Contrastando as vantagens / desvantagens entre a comunicação oral e a escrita, Meadows (op.cit.) identificou outros aspectos distintivos entre o informal e o formal, tais como:

- a orientação da atividade de comunicação;
- a direção do fluxo de informação;
- o grau de atualização da informação;
- a possibilidade de retroalimentação e *feedback*; e
- a avaliação / revisão do conteúdo.

Na comunicação informal, a atividade é mais orientada para outros específicos e o fluxo da informação é dialógico, exigindo maior quantidade de redundância na comunicação, mas possibilitando *feedback*. Já a comunicação formal é orientada para um número indefinido de receptores, assumindo assim um caráter monológico e tornando mínimas as possibilidades de *feedback* no processo comunicativo.

Outra distinção apontada por Meadows, e também por Targino (2002, 1998) e Garvey (1979), é a avaliação prévia do conteúdo intercambiado na comunicação. Nos canais formais, a produção é centralizada e o fluxo da informação é filtrado e controlado. Eles, como o próprio nome sugere, formalizam o processo de avaliação da produção científica, por meio do sistema de árbitros ou *referees*. A qualidade da informação fica, a princípio, garantida pela avaliação prévia que se faz dos conteúdos. A comunicação informal diferencia-se por ser descentralizada e não haver o controle nem o monitoramento desse fluxo, ou por tais controles serem reduzidos, de forma que cabe ao receptor inferir sobre a qualidade do que recebe.

Embora os canais informais atinjam públicos mais restritos, tendam a ser menos eficientes quanto à fixação e disponibilização das mensagens no tempo e no espaço e veiculem informação não avaliada pelos pares, os estudiosos concordam que a comunicação informal é mais intensa. Concordam também que a maior parte das informações de interesse às pesquisas é intercambiada no terreno da informalidade. Garvey (1979) chegou a sugerir que cerca de 90% de toda informação publicada já foi previamente disseminada nos canais informais. Araújo (1979) ressaltou que é nas interações informais que os produtores obtêm entre 70% e 90% das idéias que resultam em inovações tecnológicas. E que canais são esses? Considerando os aspectos da comunicação informal e formal ressaltados por Meadows (1999), Targino (2002, 1998), Garvey (1979) e outros, distingue-se a seguinte variedade de canais e situações de comunicação informal:



- conversas, debates, apresentações, palestras, falas. Essas interações informais podem acontecer em vários ambientes, tais como em dependências administrativas de instituições de ensino e pesquisa (laboratórios, salas de aulas e de professores, bibliotecas, elevadores, corredores, refeitórios, etc.), na rua ou em casa, em eventos diversos (colóquios, seminários, conferências, fóruns, congressos, reuniões de comissões, etc.);
- conversas por telefone e outras telecomunicações (videoconferência, por exemplo), correspondência por correio impresso ou eletrônico, participação em listas de discussão, bilhetes, notas e avisos em murais, quadros e boletins de notícias, tanto impressos quanto eletrônicos, fóruns e *chats* em ambiente eletrônico, etc.

Há ainda um certo número de canais que, em meio impresso ou eletrônico, podem ser ainda considerados no terreno da comunicação informal, mas cuja inserção nessa categoria suscita o desacordo entre os teóricos do assunto. São eles os relatórios técnicos, atas, memorandos e outras publicações institucionais internas (tipo *house organs*); as pré-publicações (*pre-prints*); as dissertações e teses; os anais de eventos. Targino (1998) localizou os relatórios técnicos, as dissertações e as teses no terreno do formal, embora Garvey (1979) os tenha situado no do informal, junto com as publicações internas institucionais, as cópias de apresentações orais, os *pre-prints* e os anais de eventos. Meadows (1999) hesitou em incorporar relatórios técnicos e teses ao sistema de comunicação formal, reconhecendo neles formas ainda intermediárias, mas considera os anais de eventos mais próximos do formal do que do informal, de acordo com o tipo de avaliação que conduziu a seleção do conteúdo.

Nesta pesquisa, diversas dissertações de mestrado, teses de doutorado e relatórios técnicos de agências de fomento e instituições de ensino foram utilizados como fontes primárias. Embora figurem como formas intermediárias, como sugeriram Meadows e Garvey, pois em sua maioria não foram publicados em veículos tradicionais (como livros e periódicos), as dissertações, teses e relatórios consultados pela autora quase sempre forneceram informações consistentes e valiosas. Apenas por não terem ainda atingido os

canais mais consagrados não significa que não tenham seu lugar na formalidade. Também não se pode esquecer que especialmente as dissertações e as teses são aprovadas por bancas compostas de membros da comunidade científica, que avalizam a pesquisa do candidato ao título. O mesmo se pode argumentar sobre os anais de eventos. Os trabalhos publicados foram avaliados e aprovados por uma banca; houve um mínimo de controle de qualidade. Mesmo assim devem ser vistos com precaução, pois é cada vez mais comum a prática de se publicar apenas os resumos dos trabalhos apresentados e não os textos completos. Em comparação com os *pre-prints* e publicações institucionais internas, como atas e memorandos, são mais formais, pois esses não se sujeitos a mecanismos formais de avaliação.

A questão principal que parece justamente circundar a inclusão ou não dessas formas de comunicação no terreno do formal relaciona-se com *a consistência do processo de avaliação dos conteúdos veiculados*. Quanto mais consistente, mais próximo do formal. Com o caso dos anais de eventos isso fica perceptível. E se não há muito consenso com relação à inclusão de formas como as dissertações, teses, atas e relatórios no campo da comunicação formal, o mesmo não ocorre com os livros e os periódicos, que indubitavelmente pertencem a ele.

As informações produzidas e publicadas nos canais da comunicação científica, especialmente os formais, compõem a chamada literatura científica (STORER, 1966) ou técnica-científica (LE COADIC, 1996). Tais informações costumam ser categorizadas em fontes, que se distinguem conforme sua função (CAMPELLO E CAMPOS, 1993; MULLER, 2000). As fontes *primárias* registram as publicações que trazem contribuições originais ou novas interpretações e pontos de vista acerca de fatos ou idéias já conhecidos ou estabelecidos; as *secundárias* filtram e organizam as informações contidas nas fontes primárias; e as *terciárias* abarcam instrumentos que organizam e facilitam o acesso à literatura primária e secundária. Targino (1998), seguindo as diretrizes de Rosetto (1997), incluiu entre as fontes primárias os livros, os periódicos, as dissertações e teses, os relatórios técnicos, as normas técnicas e os registros de patentes; entre as secundárias, os anuários, as enciclopédias, os manuais e os periódicos de resumos; e entre as terciárias, as bibliografias, os índices, os diretórios, os catálogos, os serviços de informação. A autora (ibidem) destacou ainda entre as fontes primárias as informações em multimeios, tais como

fotografias, softwares, mapas e outros. Vale, por isso, observar que todas as fontes podem conter informações em suportes além do impresso e do eletrônico.

Para autores como Menzel (1966), Kaplan e Storer (1968) e Garvey (1979), os pesquisadores devem conjugar vários canais na disseminação das informações, de maneira a explorar bem as diversas fontes de informação. De fato, precisam garantir que suas contribuições cheguem a um número amplo de leitores e só podem fazê-lo disseminando nos meios disponíveis. Nessa perspectiva, a publicação em diversos canais deve ser estimulada. Por outro lado, a exposição excessiva de determinado trabalho em múltiplos meios pode gerar muita repetição na literatura. Daí muitos veículos só aceitarem contribuições inéditas. Numa posição extremada, Le Coadic (1996) defendeu que uma mesma informação só deve aparecer uma vez nas fontes primárias.

Já a inclusão da informação nas fontes secundárias e terciárias aumenta a visibilidade dessa dentro do sistema, como ressaltou Kaser (1990). Em registrando sua contribuição em periódicos de resumos, anais e diretórios, o pesquisador facilita o processo de disseminação da informação e de recuperação dessa pelos leitores-usuários. E os instrumentos de recuperação são fundamentais num cenário de literatura crescente.

Para Menzel (1966), a comunicação científica constitui um sistema em que vários canais atuam em sinergia e assumem múltiplas funções. Garvey (1979) e Meadows (1999) apontaram como uma das características desse sistema o grau de interdependência e complementaridade entre os distintos canais, já que cada um desenvolveu-se de forma a desempenhar uma determinada função. Stumpf (1996) fez observação que corroborou as indicações de Garvey e outros: o surgimento de um novo meio ou canal não necessariamente suscita o abandono de formas anteriores de comunicação, mas antes redefine as funções atribuídas a cada um deles – como o que aconteceu com o meio eletrônico, que será matéria da próxima seção.

## **2.2 O meio eletrônico e a comunicação científica**

Hoje já não se pode mais falar das tecnologias de processamento eletrônico, da Internet e da *World Wide Web* como novidades. Sua história tem mais de cinquenta anos e há pelos menos uma década vêm se popularizando. Na comunicação científica, as transformações que trazem são significativas – ainda mais para uma cultura fundada no impresso e no

controle da informação. Longe de esgotar o tema, esta seção tem por objetivo discutir algumas dessas mudanças e dos impactos que vêm produzindo nas práticas de comunicação na ciência.

As redes de computadores, as tecnologias de processamento eletrônico de informações e a Internet somaram novas possibilidades de interação e comunicação entre as pessoas. O correio eletrônico trouxe mais rapidez à correspondência interpessoal. Possibilitou agregar mais pessoas e mais conteúdo ao processo de intercâmbio e permitiu a difusão generalizada das mensagens. Hoje pode-se enviar uma mesma mensagem, criada ou recebida pelo usuário do correio, para múltiplos destinatários de uma só vez, e as mensagens podem conter vários tipos de informação (texto, imagem, som, etc.). A Internet somou-se como novo meio técnico para a produção e a difusão generalizada de informações. Ao criar espaço para a convergência das mídias escrita, visual e áudio-visual, possibilitou a disseminação de uma grande variedade de conteúdos – textos, fotografias, desenhos, músicas, animações, filmes. As redes de alta velocidade só tornaram o intercâmbio dessas formas mais rápido e ágil. Com o acesso remoto, via cabo ou satélite, veio o compartilhamento de recursos e informações entre os computadores inter-conectados. Conteúdos compartilhados tornaram-se disponíveis para múltiplos usuários. Ademais, o hipertexto permitiu a associação entre conteúdos distintos, o que ampliou ainda mais as possibilidades na difusão das informações.

Computadores pessoais, provedores de acesso e ferramentas de processamento eletrônico – como as de produção e edição de texto, imagem e som e as de construção de páginas eletrônicas – tornaram-se muito populares. Hoje, “qualquer” um pode ter uma página na rede mundial de computadores, divulgando “qualquer” conteúdo. Só o Google, que é um dos maiores serviços de buscas na rede, encerrou o ano de 2005 com mais de oito bilhões de páginas eletrônicas em suas bases de dados. Nessa imensidão de conteúdos, havia de tudo: páginas institucionais de empresas, órgãos públicos e organizações de todos os tipos; diretórios de produtos e serviços; diários pessoais e álbuns de fotografias; páginas de encontros e relacionamentos; periódicos e publicações sobre diversos assuntos e especialidades – só para mencionar algumas das possibilidades.

Como isso tudo vem afetando a comunicação científica? Para Meadows, a comunicação em meio eletrônico apaga as distinções tradicionais entre o formal e o informal. A principal

razão está na flexibilidade do processamento eletrônico, que possibilita a utilização da mesma informação, simultaneamente ou não, em diversas formas e canais de comunicação. O exemplo do autor é bastante elucidativo (1999): um pesquisador à frente de um computador conectado à Internet pode se envolver, simultaneamente, na remessa de um correio eletrônico, em uma videoconferência e no envio de um artigo a um periódico. Pode, ainda, “copiar e colar” a mesma informação em todas as operações. “A diferença entre uma carta manuscrita e uma revista impressa é muito clara”, argumentou Meadows (ibidem, p. 38), “a distinção entre uma mensagem de correio eletrônico e um artigo numa revista eletrônica não é clara”. Para Targino (2002, 1998), a comunicação eletrônica se encontra tanto no terreno do informal, como no caso do correio eletrônico e das trocas de mensagens instantâneas, quanto no do formal, como no caso dos periódicos técnico-científicos e obras de referência eletrônicas. Mas acredita que, com o tempo, venha a constituir uma nova categoria, somando-se à comunicação oral, escrita e impressa.

Alguns aspectos positivos ressaltados por essa autora acerca das “novas” tecnologias são que elas criam novos espaços de interação que integram comunidades científicas dispersas. Favorecem, por isso, a construção de relações entre os pesquisadores, estimulando a cooperação e a interdisciplinaridade. Além disso, com o crescimento acelerado de informações publicadas na Internet, os pesquisadores puderam recuperar informações antes inacessíveis ou inatingíveis. O que não significa, como bem lembrou Targino (2002), que o acesso às informações tenha se democratizado.

O acesso a grande volumes de informação é, para Meadows (1999), também um aspecto positivo da comunicação eletrônica. Contudo, no ponto vista do autor, essa só se torna realmente interessante para a comunicação científica quando passa a processar também as informações das fontes primárias e não apenas das secundárias e terciárias. Ainda assim, percebeu na convergência de mídias e no hipertexto aspectos positivos da comunicação eletrônica, mas reconheceu que eles modificam a estrutura do texto. Sobre o hipertexto, Targino (2005) observou que ele altera a rota de leitura e rompe com barreiras pré-estabelecidas. Ainda que apresente pontos positivos, pode, na visão dessa autora, acabar estimulando a horizontalização da leitura e comprometendo o aprofundamento dos assuntos estudados. Não sem razão, argumenta que os efeitos negativos do hipertexto comprometem “o processo de informação e conhecimento” (ibidem, p. 43).

Para Meadows (1999), o processamento eletrônico trouxe agilidade ao processo de edição de publicações, facilitando, sobretudo, a editoração de conteúdos e a comunicação entre autores, editores e avaliadores. De fato, com as ferramentas de edição de textos e imagens, a editoração de livros e periódicos tornou-se significativamente mais simples e rápida. Por outro lado, como será discutido no próximo capítulo, o processo editorial de periódicos como um todo não necessariamente se tornou mais rápido, especialmente no meio impresso. Mesmo com o correio eletrônico agilizando as trocas entre editores, avaliadores e autores, os periódicos continuam lentos em termos do tempo de publicação.

Vale ainda observar que a Internet possibilita a ampliação do espectro de públicos leitores das publicações. Uma vez inserida na rede, uma publicação como um periódico ou um catálogo torna-se disponível para uma quantidade e diversidade de leitores muito maior. A oferta *on-line* suspende barreiras geográficas e possibilita a disseminação para públicos com perfil psicográfico mais amplo. Atinge faixas etárias variadas e pessoas de distintas localidades e nacionalidades, com interesses diversificados. Além disso, na visão de Meadows, a publicação na Internet traz mais velocidade à difusão das informações.

Para Targino (2002), essa velocidade tem um aspecto negativo, pois na Internet páginas eletrônicas aparecem e desaparecem com a mesma rapidez e publicações que se pretendiam regulares acabam não sendo. A comunicação na rede se torna instantânea, porém descontínua, efêmera. Contribuem para isso, reconhece autora, as dificuldades associadas com o armazenamento. Mas essas dificuldades ensejam outras, não salientadas pela autora. Como a tendência atual nas tecnologias de informação e comunicação é pela constante atualização e rápida obsolescência de processos e produtos, o arquivamento de publicações eletrônicas exige não só a constituição de uma infraestrutura tecnológica adequada (servidores e redes), mas a constante atualização dessa infraestrutura, o que nos dois casos exige, sobretudo, a disponibilidade de recursos financeiros.

Targino (*ibidem*) apontou outros problemas com a comunicação na Internet, além dos associados com o armazenamento. Trata-se de questões relacionadas com a consistência das informações e o controle bibliográfico. Na Internet, a produção e a difusão das informações é descentralizada. Como foi dito anteriormente, “qualquer” um pode ter uma página eletrônica com praticamente “qualquer” conteúdo. Como discernir a informação

científica da não científica, quando uma enormidade de conteúdos é publicada sem qualquer critério ou avaliação?

Ainda que essa distinção não seja uma tarefa tão simples, mesmo nas fontes impressas, a avaliação pelos pares é condição para a informação se tornar científica e ser posteriormente incorporada ao corpo de conhecimentos legítimos das áreas. Como bem argumentou Targino, na ausência de avaliação esse discernimento é transferido para o usuário. Daí, não raro, ocorrer o uso aleatório e despreocupado da informação eletrônica, que, mesmo sem ser validada pela comunidade científica, pode servir de base para novas pesquisas. Isso compromete seriamente a qualidade da produção científica. Deve-se ter em mente que disseminação generalizada de textos em *sites* não é publicação.

Porque há muita inconsistência na informação eletrônica, Targino rejeitou a idéia de que as “novas” tecnologias tenham proporcionado um aumento na produção científica. Não é uma opinião isolada. Apenas o aumento no fluxo de informações não gera mais conhecimentos. É preciso que haja controle sobre a publicação e cuidado no armazenamento, de forma que as informações publicadas possam ser estudadas e recuperadas adequadamente.

Outro aspecto negativo na comunicação eletrônica apontado por essa autora (2002, 1998) é o uso aético da informação. A facilidade com que os usuários da Internet podem “baixar” e manipular as informações publicadas na rede favorece a apropriação indevida de obras e idéias e prejudica a proteção aos direitos autorais e intelectuais. No cenário universitário atual do nosso país, que docente não descobriu um plagiador entre seus alunos? E o que dizer de páginas eletrônicas como “Zé Moleza” ([www.zemoleza.com.br](http://www.zemoleza.com.br)), em que usuários podem obter gratuitamente trabalhos escolares e acadêmicos em diversas áreas de conhecimento e ainda por cima escolhê-los segundo a nota que receberam quando apresentados pelos verdadeiros autores? O uso aético da informação na rede também pode ser detectado na disseminação de material pornográfico e propaganda de drogas e armas.

Meadows (1999) fez ainda algumas observações importantes a respeito das desvantagens da comunicação eletrônica sobre a impressa. A tela do computador, sugeriu o autor, enseja problemas de leitura e legibilidade, de forma que a publicação eletrônica ainda encontra a resistência de leitores. A estrutura de navegação é diferente, e tanto o uso do computador quanto a navegação em documentos eletrônicos exigem “novas” habilidades e

competências dos leitores – e como as máquinas e ferramentas se substituem constantemente, exige-se a atualização igualmente constante dessas habilidades. Outro aspecto diz respeito à padronização: diferentemente do que ocorre com as publicações impressas, ainda não há na editoração eletrônica regras e padrões que dêem conta da quantidade de informações e variedade de formatos de apresentação. Além disso, ainda permanece o problema principal: o acesso a computadores e Internet ainda não é universal.

A respeito do acesso às tecnologias de informação e comunicação, vale citar dados recentes da União Internacional das Telecomunicações (UIT), entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) que congrega governos e organizações privadas para coordenar as redes e os serviços de telecomunicações em escala global. Anualmente a UIT (2004) realiza o recenseamento das telecomunicações no mundo. Em 2004, o censo abrangeu 182 países com mais de 100 mil habitantes. A **tabela 2** traz alguns dados levantados pela organização.

Tabela 2: Censo das Telecomunicações no Mundo (UIT)			
País	Computadores Pessoais (PCs)		Usuários de Internet
	Total (mil)	Por 100 mil hab	Total (mil)
<i>África</i>	13.526	1,76	22.103
<b><i>Américas</i></b>	290.377	34,04	267.649,7
<i>Ásia</i>	225.568	6,37	311.184,4
<i>Europa</i>	230.057	29,24	256.416,5
<i>Oceania</i>	16.167	50,84	16.583,5
Argentina	3.000	8,00	5.120
Austrália	13.720	68,90	13.000
Brasil	19.350	10,71	22.000
Chile	2.138	13,87	4.300
China	52.990	4,03	94.000
Rep. da Coreia	26.201	54,49	31.580
Egito	2.300	3,29	3.900
Estados Unidos	220.000	74,06	185.000
Espanha	10.957	26,64	14.332,8
França	29.410	48,66	25.000
Israel	5.037	73,40	3.200
Reino Unido	35.890	60,39	37.600
Japão	69.200	64,15	75.000
México	11.210	10,68	14.036,5
Nigéria	867	0,68	1.769, 7
Rússia	19.010	13,18	16.000
Turquia	3.703	5,12	10.220
<b>Total Mundo</b>	<b>775.695</b>	<b>12,97</b>	<b>873.937,1</b>

Fonte: *International Telecommunication Union / ICT Statistics*



Os dados do UIT não apenas confirmam a não universalidade do acesso a computadores e Internet, mas também revelam a grande disparidade entre os países, sobretudo entre os países ricos e os pobres. Em termos relativos, o Brasil não desfruta de uma posição tão ruim, para um país em que a média de estudos por pessoa é de 5,7 anos e a taxa de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos ultrapassa os 13%, segundo dados oficiais (IBGE, 2000). Os 22 milhões de usuários de Internet no Brasil representam aproximadamente 13% da população. E nesse universo encontram-se os pesquisadores que atuam no país.

Entre 1998 e 2002, o Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT), realizou o projeto integrado de pesquisa intitulado “Impactos das redes eletrônicas na comunicação científica e novos territórios cognitivos para práticas coletivas”, financiado pelo CNPq. No projeto, foram investigadas as práticas de comunicação eletrônica em instituições e entidades que se dedicam a atividades de pesquisa, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Petrobrás, cobrindo um universo de mais de 1.300 pesquisadores. Lena V. R. Pinheiro, coordenadora do projeto, publicou alguns dos resultados obtidos em investigações sobre o comportamento dos pesquisadores como usuários da Internet (PINHEIRO, 2003).

Segundo a autora, mais da metade dos usuários declarados tem entre 41 e 51 anos e apenas uma minoria tem entre 20 e 30 anos, o que a autora crê indicar “a pequena participação de jovens cientistas na comunidade brasileira”. Cerca de 87,2% dos usuários acessam diariamente a Internet – 62,4% o fazem simultaneamente em casa e na instituição de trabalho, e 31,8% acessam apenas na instituição. Para a autora, o significativo percentual de pesquisadores que dependem da instituição para acessar a Internet reforça a importância de se investir na infraestrutura tecnológica de comunicação e informação que serve aos pesquisadores brasileiros. Quanto à finalidade do uso da Internet, no total, 1.307 pesquisadores foram indagados: 96,4% responderam que usavam a rede para se comunicar com os pares; 73,5%, para a comunicação com fins didáticos; 75,4% afirmaram que usavam-na para circular trabalhos antes de sua publicação; cerca de 83% disseram usar a rede para submeter trabalhos a revistas e outros 92,5%, para congressos. Analisando esses índices, a autora ressaltou a importância da rede para a veiculação de pré-publicações (*pre-prints*) e para as atividades docentes e observou, pelos dados, que “a rede eletrônica tanto

estimula a comunicação informal, entre pares, quanto a formal, facilitando os procedimentos de avaliação em periódicos e congressos”.

Outras finalidades do uso da Internet foram também investigadas e relatadas por Pinheiro. O índice de utilização de correio eletrônico e listas de discussão é bastante significativo: cerca de 98% para o correio eletrônico e 42,5% para as listas. Já as teleconferências e salas virtuais apresentaram índices baixos: são irrelevantes para 56% e 76% dos pesquisadores, respectivamente. Cerca de 61,5% dos pesquisadores afirmaram usar a Internet como recurso inicial à busca de informações científicas e tecnológicas para suas pesquisas, daí as bases de dados e bibliografias apresentarem altos índices de utilização, cerca de 86% para as primeiras e 89% para essas últimas. Já a consulta a bibliotecas digitais e virtuais foi apontada como muito relevante por 51% dos pesquisadores. Por fim, esses também reconheceram que usam a Internet para adquirir publicações (68,7%) e outros produtos ou serviços de informação (57,7%).

A respeito dos resultados gerais da pesquisa, Pinheiro comentou que

a comunidade de pesquisadores brasileiros parece ter incorporado, no seu cotidiano científico, as tecnologias da rede, na ação de desenvolver pesquisas e gerar conhecimentos, e tem consciência dos impactos decorrentes das redes eletrônicas, favorecendo a expansão das comunidades científicas, facilitando e intensificando a comunicação e ampliando o acesso aos diversos recursos de informação criados na rede.

A despeito disso, os muitos problemas que a comunicação eletrônica ainda enfrenta fazem com que a comunidade científica, na visão de outros autores como Meadows (1999) e Targino (2002, 1998), ainda perceba a publicação eletrônica como inferior à impressa, sendo esse ainda o meio preferencial para operacionalizar a distribuição de autoridade e prioridade na ciência. Essa não é uma percepção que está apenas na cabeça dos teóricos. No Brasil, instituições de ensino, agências de fomento e bancas de concursos e prêmios ainda atribuem à publicação eletrônica valor inferior do que à impressa quando da avaliação dos pesquisadores. O meio realmente ainda não goza do mesmo status de seu predecessor impresso.

## 2.3 Periódicos: definições, histórico, usos e funções

Nas seções anteriores, falou-se que a comunicação científica abarca práticas e canais que se estendem pelos domínios do informal e do formal. Incorpora diversos meios técnicos e enseja múltiplas possibilidades de interação e intercâmbio de informações entre os pesquisadores. Para muitos autores, como Menzel (1966), Garvey (1979), Targino (2002, 1998), Meadows (1999) e Stumpf (1996), os canais de comunicação disponíveis aos pesquisadores conformam um sistema em que assumem determinadas funções e atuam em sinergia para a disseminação das informações. Em possibilitando a disseminação das informações aos públicos pertinentes, tal sistema contribui fundamentalmente para o processo de avaliação da produção científica.

A comunicação formal incorpora canais e veículos que se desenvolveram, historicamente, no meio impresso, ligados à atividade editorial, mas que vêm, cada vez mais, se expandindo no meio eletrônico. Os periódicos constituem um importante canal no âmbito da comunicação formal: em muitas áreas, como nas ciências naturais, exatas e da vida, são indubitavelmente o principal; em outras, como nas ciências sociais e humanas, dividem com os livros esse posto, sendo muitas vezes suplantado por esses. Discutem-se agora, especialmente, esses veículos.

### a) Definições e conceitos

Os periódicos são um tipo, dentre outros, de publicação seriada. Segundo a norma 3297 da *International Standard Organization* (ISO), adotada pela rede do *International Standard Serial Number* (ISSN), são seriadas as publicações que, em qualquer suporte, são editadas em fascículos ou volumes sucessivos, tendo usualmente designação numérica ou cronológica e destinando-se a serem continuadas indefinidamente.

Há vários tipos de publicações seriadas, tais como jornais, periódicos, boletins, informes, anais, anuários. Dentro dessa grande categoria, os periódicos são publicações que se diferenciam, segundo Ida Stumpf (1998), por

serem feitas em partes ou fascículos, numeradas progressiva ou cronologicamente, reunidas sob um título comum, editadas em intervalos regulares, com intenção de continuidade infinita, formadas por contribuições, na forma de artigos assinados, sob a direção de um editor,

com um plano definido que indica a necessidade de um planejamento prévio.

Targino (1998) adicionou outra característica às observadas por Stumpf: além da periodicidade predeterminada, da autoria múltipla e da intenção de continuidade indefinida, há uma linha editorial que explicita ao público leitor o conjunto de temas e tendências de abordagem que orienta a publicação.

Stumpf (op.cit.), seguindo as diretrizes de Machlup *et al* (1978), distinguiu dois tipos de periódicos com base no público-alvo: os dedicados a especialistas ou leitores “interessados no tratamento intelectualizado de um assunto” e os destinados a um público geral, composto de não-especialistas ou de leitores que não têm interesse em dar tal tratamento ao conteúdo. No inglês, aqueles primeiros são chamados de *journals* e esses últimos de *magazines*. No Brasil, esses últimos são geralmente chamados de “revistas” e aqueles primeiros de “revistas científicas” ou “técnico-científicas” ou “acadêmicas” – ou ainda de **periódicos**. Para Stumpf (op.cit.), a opção por um termo ou outro, periódico ou revista, varia conforme o profissional que o adota. A autora sugeriu que o termo “periódico” apresenta-se como um termo técnico, cujo uso é mais afeito aos bibliotecários; já “revista” figura como a forma preferencialmente usada por pesquisadores, docentes e estudantes, muitas vezes dispensando a adjetivação em “científico”.

Targino (2002, 1998), aderindo à classificação proposta por Braga e Oberhofer (1982), definiu os periódicos com base no conteúdo: são científicos quando têm mais da metade de seu conteúdo, isto é, mais de 50% dos trabalhos publicados, composta de artigos resultantes de pesquisas científicas. Quando essa maioria constitui-se de trabalhos que emitem “comentários, opiniões, pontos de vista sobre determinados temas” (2002, p. 3), os periódicos são técnicos. Os periódicos científicos e técnicos confundem-se por sua vez com os acadêmicos, que são aqueles que trazem em seu conteúdo, além de contribuições originais, também relatos de pesquisa, resenhas, comentários e outros.

Outrossim, percebe-se que, em função da instituição editora, do público-alvo, da especialidade e da diversidade do conteúdo dessas publicações, emergem outras categorizações, e que essas variam de país para país. Nos países de língua inglesa, *scholarly journals* e *academic journals* designam os periódicos destinados ao público-alvo de pesquisadores atuando em pesquisa e no ensino superior. Subdividem-se conforme as áreas

de conhecimento, estando tradicionalmente agrupados sob o nome de *scientific technical medical journals* (STM). No Brasil, é comum chamá-los de periódicos (ou revistas) técnico-científicos – como o faz, por exemplo, a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Para Targino (1998) o uso da expressão “técnico-científicos” para representar a realidade brasileira justifica-se no fato de que aqui poucas publicações são científicas *stricto sensu*. A maioria veicula outros tipos de conteúdo além de contribuições originais resultantes de pesquisas.

Para o propósito desta investigação, a distinção entre os periódicos científicos, os técnico-científicos, os acadêmicos, etc, não é tão importante. Inclusive, optamos por designar essas publicações apenas de “periódicos” por uma questão *econômica*, por se tratar de um termo mais curto. O que importa é que os periódicos (científicos, técnico-científicos, acadêmicos) são um tipo de publicação seriada que veicula trabalhos de interesse científico para um público de especialistas.

Observa-se ainda, com relação ao suporte, que os periódicos podem ser impressos ou eletrônicos. Os impressos são muitas vezes designados de periódicos tradicionais (GARVEY, 1979), dada a longa história que possuem na comunicação científica. Já os eletrônicos, embora não sejam tão novos assim, pois, como mostra Biojone (2003), já têm certa história na comunidade científica, ainda suscitam algumas questões quanto a sua categorização. Targino e Castro (2001) argumentaram que a expressão “periódico eletrônico” é ambígua, pois designa genericamente todo veículo em suporte eletrônico. Por isso distinguiram três tipos de periódicos nesse suporte: as versões eletrônicas *on-line* de veículos impressos, os produzidos e disseminados exclusivamente na rede mundial de computadores, e os disseminados em CD-ROM.

#### b) Histórico

Os periódicos científicos e técnico-científicos surgiram na Europa do século XVII, coincidindo com uma série de desenvolvimentos: o incremento da ciência experimental, o surgimento do comércio de notícias e o próprio desenvolvimento da indústria editorial, sob o pano de fundo da expansão do capitalismo (MEADOWS, 1999; TARGINO, 1998; THOMPSON, 1998). Para Ida Stumpf (1996), os periódicos foram uma inovação no sistema de comunicação vigente. Até então, a comunicação entre pesquisadores se dava nas

reuniões e encontros dos grupos e sociedades científicas e por meio de correspondências pessoais, livros, atas e memórias dos encontros. Meadows (op.cit) argumentou que os periódicos surgiram da necessidade de estabelecer um sistema de comunicação mais eficiente, embora a expectativa de os editores (e as organizações que representavam) auferirem lucros com a produção das publicações também tenha influenciado seu surgimento. Como sugeriu Stumpf (op.cit.), o surgimento dos periódicos não significou o abandono de formas anteriores de comunicação, mas antes redefiniu os papéis atribuídos aos distintos canais – algo que vimos acontecer nessas últimas décadas com o desenvolvimento das tecnologias digitais e do meio eletrônico.

Os primeiros desses veículos apareceram no ano de 1665. O pioneiro foi o periódico francês *Journal des Sçavants*, da *Académie Royal des Sciences* (depois somente *Académie des Sciences*). A publicação semanal era uma revista de ciência geral, que trazia observações, notas e relatos sobre experimentos e fatos ocorridos em diversas áreas, como a física, a química, a anatomia, a meteorologia, o direito e a teologia. Já o periódico inglês *Philosophical Transactions*, da *Royal Academy*, lançado dois meses depois do veículo francês, tinha periodicidade mensal e um caráter mais propriamente científico, concentrando-se no relato dos experimentos. Muitos autores argumentam que a publicação francesa foi a precursora das revistas de variedades e humanidades de hoje em dia, ao passo que a inglesa resultou nos periódicos científicos e técnico-científicos propriamente ditos (MEADOWS, 1999; STUMPF, 1996; TARGINO, 1998). No Brasil, os periódicos apareceram somente no século XIX, e os primeiros foram a *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, de 1862, e a *Gazeta Médica da Bahia*, de 1866.

No século XVIII, essas publicações proliferaram por toda a Europa. Foi nessa época que apareceram os primeiros veículos especializados em áreas de conhecimento – época, segundo Meadows (1999), de crescimento acelerado no número de sociedades científicas e de associações profissionais e, portanto, de certa expansão na comunicação entre pesquisadores. No entanto, como salientou Stumpf (1996), a comunicação nos periódicos ainda tinha o caráter provisório e os artigos deveriam ser posteriormente legitimados pelo trabalho monográfico. Os periódicos não tinham ainda credibilidade para substituir os livros.

No século seguinte, a Revolução Industrial conduziu a grandes transformações na imprensa, que também afetaram a comunicação científica. O uso do vapor nas prensas e os avanços nas técnicas de produção de papel, editoração e impressão possibilitaram uma maior mecanização e automação do processo gráfico. De forma geral, essas mudanças acentuaram a especialização do trabalho editorial e elevaram os padrões de qualidade e da eficiência produtiva do setor.

O século XIX foi também marcado pelo sensível aumento da produção de conhecimentos científicos, em decorrência de inúmeros fatores, tais como a industrialização, a divisão do trabalho, o aparecimento dos cursos de formação em pós-graduação (profissionalização da pesquisa) e, também, do crescimento do número de pesquisadores e de pesquisas (MEADOWS, 1999; STUMPF, 1996). Foi nesse século que surgiram os periódicos de resumo, que facilitaram a disseminação e a recuperação das informações publicadas. O pioneiro foi o *Pharmazeutisches Zentralblatt*, surgido no ano de 1830.

Mesmo com as inovações nas técnicas de editoração e impressão, os livros ainda continuavam publicações custosas e demoradas. Como registros definitivos da ciência eles declinavam, ante as pressões por canais mais eficientes para o escoamento da produção científica em crescimento. Esse declínio marcou, para Stumpf (op.cit.), o aumento da credibilidade dos periódicos.

No século XX, o número de periódicos continuou crescendo de forma acentuada, especialmente a partir da 2ª Guerra Mundial, acompanhando a expansão no número de pesquisadores, organizações de pesquisa e de informações produzidas por esses agentes. A quantificação dessas publicações é, contudo, incerta e problemática. Para Targino (1998), a própria dificuldade em se distinguir a informação científica da não-científica já torna, por si só, difícil a tarefa de quantificar os periódicos. Sendo tal distinção problemática, não é fácil discernir periódicos científicos e técnico-científicos. Em não havendo muito consenso quanto ao que define um periódico, qualquer quantificação torna-se imprecisa.

Stumpf (1996), como também Targino (op.cit.), ressaltaram ainda outras dificuldades que circundam a mensuração dos títulos: a alta taxa de mortalidade e a irregularidade nas publicações. Muitas vezes é difícil de saber se a publicação foi extinta ou simplesmente está atrasada. A despeito dessas questões, Meadows (1999) estimou que havia em 1987

cerca de 71 mil títulos publicados no mundo. Já Wieers (1994) estimou esse número em 890 mil em 1998 e em 1 milhão para o ano 2000. No Brasil, o número de periódicos existentes é incerto e os dados estatísticos mais fiéis vêm do registro de ISSN. Em 2004, havia 1,15 milhões de registros de ISSN – dos quais apenas 62% eram de publicações ativas. De todos os registros, cerca de 768 mil ou 66% eram de periódicos. O número de registros brasileiros tem permanecido o mesmo desde 2001: são 10.001 publicações seriadas. Já o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN), coordenado pelo IBICT, registrou 9.031 publicações técnico-científicas brasileiras em 2005, mas não permitiu distinguir as publicações ativas das encerradas.

Autores como Ziman (1979) e Stumpf (1996) argumentaram que, embora tenham se expandido e proliferado nos últimos séculos, os periódicos não sofreram alterações constitutivas em seu formato. Meadows (1999), contudo, apontou algumas transformações por que passaram essas publicações. O autor detectou mudanças no projeto gráfico e na estrutura dos artigos: na disposição e quantidade das informações, nos recursos visuais (gráficos, tabelas, imagens), na editoração interna, na formatação de títulos, de citações e de referências. Para Stumpf (1996), o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e do meio eletrônico vêm acarretando mudanças nos periódicos, não apenas na estrutura textual e no projeto gráfico, mas também nos processos produtivos. Esse assunto será retomado no próximo capítulo, quando da análise da estrutura de produção dos periódicos.

No geral, o crescimento acelerado dessas publicações vem preocupando os especialistas em diversas áreas. Argumenta-se, como o fazem Krzyzanowski e Ferreira (2003, 1998), que o crescimento quantitativo no volume de informações veiculadas veio acompanhado de inúmeros problemas nas publicações, que afetam a qualidade das informações nelas publicadas. Falta de originalidade e consistência nos artigos, falta de normalização e irregularidade são as principais queixas de autores e leitores.

Se a proliferação dos títulos é reflexo da importância que os periódicos assumem na comunicação entre pesquisadores, o crescimento acentuado e descontrolado dessas publicações, porque vem ameaçando a qualidade das informações veiculadas, prejudica também o cumprimento das funções que tradicionalmente os periódicos assumem na comunicação científica.



### c) Usos e funções

Os periódicos científicos e técnico-científicos são veículos de comunicação que estruturam e organizam o intercâmbio de informações entre os pesquisadores da comunidade científica. Seu conteúdo é o conhecimento produzido no desenvolvimento de pesquisas, e conhecimento notadamente na forma de artigos, que constituem sua “unidade básica” (GARVEY, 1979; TARGINO, 1998). Os periódicos são assim veículos de comunicação do conhecimento e fonte do saber científico.

Nesse aspecto, os periódicos apresentam-se como espaço para a institucionalização dos conhecimentos. Schwartzman (1984) argumentou que essas publicações, ao veicularem os conhecimentos produzidos numa determinada área, proporcionam “uma visão contínua e organizada do estado da arte de cada disciplina, ou dos trabalhos de seus colaboradores mais assíduos”. Já Altbach (1985) ressaltou que, em se estabelecendo como espaço legítimo para a institucionalização e a organização dos conhecimentos de áreas e disciplinas, os periódicos contribuem para a definição, a consolidação e a legitimação das mesmas.

Há na cultura científica um senso de que os conhecimentos são produzidos para uso comum, estando à disposição de todos e não apenas de segmentos sociais específicos. Merton (1977) traduziu essa crença no postulado do compartilhamento, que coloca a ciência como conhecimento público. Nesse sentido, verifica-se que os periódicos não são apenas fonte do saber científico, mas são o registro público do conhecimento. Encontram-se, a princípio, acessíveis a todos que quiserem submeter trabalhos para publicação e acessar as informações já registradas (PRICE, 1963; ZIMAN, 1979).

Entre os interessados em acessar esses conteúdos estão prioritariamente os pesquisadores, que são ao mesmo tempo seus autores e leitores. Os periódicos têm papel significativo na disseminação de informações para esse público, informações essas fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas. Lendo periódicos os pesquisadores obtêm insumos para sua produção e ainda se mantêm atualizados quanto à produção de seus pares e ao estado-da-arte de sua área.

Com o crescimento no número de periódicos e no volume de informações veiculadas, a recuperação das informações disseminadas nessas fontes passou a ser de suma importância. Price (1963) observou que a função de disseminação torna-se cada vez mais dependente da

existência de instrumentos de recuperação, tais como os periódicos de resumos, que proliferaram, para esse autor, proporcionalmente aos periódicos primários.

Os pesquisadores usam os periódicos não apenas para obter informações para suas pesquisas, mas também para disseminar as informações que produzem. Mediante a publicação, submetem sua produção ao escrutínio dos pares, demonstrando à comunidade que estão produzindo. Em assim fazendo, estabelecem sua autoridade (TARGINO, 2002, 1998), obtêm crédito naquilo que estão produzindo (MULKAY, 1976, 1972) e obtêm prioridade para seu trabalho (MERTON, 1979).

Isso só é possível na medida em que os periódicos formalizam o processo de avaliação da produção científica por meio de um sistema de arbitragem. Nele, membros representados da comunidade científica, no papel de árbitros ou *referees*, impõem as normas de produção e os critérios de qualidade para as pesquisas (MEADOWS, 1999; COLE E COLE, 1973). Para Ziman (1984) a aceitação de um artigo para publicação em um periódico é uma manifestação inicial de que os resultados submetidos foram aceitos pela comunidade de pares.

Em publicando os resultados de suas pesquisas, os pesquisadores obtêm e mantêm visibilidade para sua produção junto à comunidade. Nem todos os periódicos, contudo, propiciam o mesmo grau de visibilidade. Como foi discutido no capítulo anterior, o universo de periódicos encontra-se estratificado em decorrência da própria estratificação social da ciência. Estudos como os de Bradford (1926) e Garfield (1974) indicaram haver uma hierarquia de publicações, encabeçada por um grupo pequeno de publicações que veiculam a maior parte das contribuições relevantes, também chamadas de periódicos nucleares. Esses costumam ser os mais lidos e citados e desfrutam de maior prestígio junto à comunidade científica. Ainda que as relações entre quantidade e qualidade não sejam tão óbvias e haja inúmeras evidências do “efeito Mateus”, prevalece a idéia de que a quantidade de citações que recebe um periódico ou um artigo é indicativa da qualidade intrínseca do mesmo. De qualquer maneira, há relação entre prestígio e visibilidade. Sendo mais lidos, os periódicos de prestígio garantem maior visibilidade às informações que publicam se comparados com veículos menores, que têm menos assinantes ou circulação mais restrita.

Em outra perspectiva, o periódico “empresta” seu prestígio aos autores que nele publicam. Ao mesmo tempo, “extraí” seu prestígio da qualidade de seus autores e conteúdos, mas não apenas desses elementos. Como observou Ziman (1979), os periódicos servem à ascensão social dos pesquisadores: em publicando em veículos de qualidade, com credibilidade, podem mais facilmente obter reconhecimento para si próprios, se promover profissionalmente e adquirir status e poder dentro da comunidade científica.

Mas os periódicos não são, necessariamente, o canal mais eficiente de comunicação entre os pesquisadores. Garvey (1979) e outros estudiosos destacaram o papel significativo que as interações informais assumem no intercâmbio de informações entre os pesquisadores. É nos canais informais que circula a maior quantidade de informações de interesse às pesquisas. E, se comparado com os livros, os periódicos figuram como canais mais ágeis, essa agilidade fica muitas vezes comprometida pela demora na publicação dos artigos. Schwartzman (1984) observou que, devido à costumeira demora, os periódicos figuram muito mais como instâncias de registro e consagração do que como veículos de comunicação propriamente ditos.

Passadas duas décadas desde essa observação de Schwartzman, a situação dos periódicos não mudou tanto nesse aspecto. Como será abordado no próximo capítulo, a produção dessas publicações enfrenta problemas e desafios muito sérios, especialmente no Brasil. O processo de publicação continua no geral muito lento, mesmo com a adoção das mais modernas tecnologias. O vilão dos atrasos geralmente é o processo de arbitragem; a revisão pelos pares demora, a negociação entre revisores e autores para reescritura é trabalhosa. Nem mesmo publicações eletrônicas estão a salvo, como concluíram Targino e Castro (2001), em estudando um grupo de veículos digitais brasileiros. Ademais, problemas de financiamento afetam a regularidade das publicações, também fazendo com que as edições atrasem, sejam suspensas. Por conta disso, a observação de Schwartzman continua atual. E não surpreende que pesquisas continuem a apontar os canais informais como mais eficientes em termos comunicativos.

### 3 Produzindo e difundindo os periódicos

Os periódicos são veículos de comunicação do conhecimento que estruturam o intercâmbio de informações entre os pesquisadores nas diversas áreas e disciplinas. Veiculam resultados das pesquisas, que é conteúdo de interesse de determinado público-alvo de leitores, a saber, os próprios pesquisadores. Assim, esses são ao mesmo tempo autores e leitores dos conteúdos veiculados nos periódicos.

Como canal de comunicação formal, os periódicos formalizam a avaliação da produção científica, por meio de membros representados da comunicação que atuam como árbitros ou *referees*, julgando e selecionando as contribuições a serem publicadas. Dessa maneira, os pesquisadores se engajam na comunicação via periódicos não apenas como autores e leitores dos conteúdos, mas também como seus avaliadores formais.

Nem todas as áreas e disciplinas valorizam e utilizam os periódicos da mesma maneira, não sendo essa forma de comunicação tão relevante para as ciências sociais e humanas quanto o são para muitas outras ciências, como as naturais e as biológicas. Mesmo assim, constituem formas bastante importantes da comunicação na ciência, pois não servem apenas ou exclusivamente à disseminação de informações, mas também à institucionalização dos conhecimentos, à avaliação da produção científica e à consagração e legitimação dessa produção. Ademais, vêm sendo objeto constante de instrumentos de avaliação por parte dos gestores e financiadores das atividades científicas nas organizações e nos países. Esses estão interessados em obter, mediante a avaliação das publicações, indicadores sobre a produtividade que facilitem a tomada de decisão quanto à distribuição e alocação de recompensas e recursos.

Todas essas características têm repercussões nas estruturas institucionais e mercadológicas em que os periódicos são produzidos e disseminados, as quais se engendram simultaneamente no campo da produção científica e na indústria editorial. A produção dos periódicos é, *no geral*, institucionalizada e profissionalizada, como a própria produção científica. É empreendida por indivíduos e instituições que se diferenciam socialmente como categorias de profissionais e organizações. Apresenta-se como atividade produtiva que tem custos, insumos e fornecedores e produz resultados diversos. Estende-se em uma cadeia que vai da elaboração intelectual do conteúdo pelos autores à recepção da publicação pelos leitores. Exige dos produtores que mantenham estreitos vínculos com a

comunidade científica, devido ao tipo de conteúdo que essas publicações disseminam e às funções que assumem na produção científica. Por outro lado, contudo, tal atividade não escapa às determinações da indústria editorial, estando sujeita aos mesmos problemas estruturais e conjunturais que afetam o setor no âmbito da economia nacional e internacional.

Observa-se, outrossim, que os periódicos constituem *mercadorias*. São formas de comunicação que, no interior das estruturas institucionais e mercadológicas em que são produzidas e difundidas, sofrem um processo de valorização econômica, que lhes permitem serem mercantilizadas e, assim, compradas e vendidas por determinado preço. Além disso, a produção e a disseminação desses bens é atividade explorada comercialmente por muitas organizações. As transações de compra e venda ocorrem no âmbito do mercado, no qual os periódicos destinados à comunidade científica constituem um segmento no espectro de produtos editoriais.

Este capítulo discute quais são os profissionais e organizações envolvidos na produção e difusão de periódicos, que atividades desempenham e em que condições essas se realizam atualmente.

### **3.1 As instituições editoras**

Assim como outros veículos de comunicação em suporte impresso ou eletrônico, os periódicos destinados à comunidade científica são produtos editoriais. A editoração designa, num sentido mais amplo, o conjunto de atividades que se estendem da captação de originais à promoção da publicação. Inclui aquelas que são desempenhadas pelo editor, como o indivíduo a quem compete a organização e a gestão dos processos de editoração, mas também incorpora as atividades desempenhadas pelas gráficas, distribuidoras e vendedores (RABAÇA E BARBOSA, 2001). Nesse sentido, editoração é sinônimo de edição, enquanto processo que compreende as fases de produção, publicação e disseminação dos produtos editoriais. Mas edição pode significar também, no caso das publicações seriadas, um número na série de fascículos editados e um conjunto de exemplares de um título que, sem grandes modificações, recebeu novas tiragens (ibidem). Já as organizações que têm na editoração de veículos de comunicação impressos e eletrônicos sua principal atividade produtiva são chamadas de editoras.

As editoras comerciais são um tipo de organização que se dedica à edição de periódicos para a comunidade científica. São empresas que visam o lucro com essa atividade e podem ou não ser especializadas em publicações científicas – e acadêmicas, técnico-científicas, científicas-técnicas-médicas<sup>2</sup> (CTM). (Como já discutido anteriormente, não há terminologia unificada para a matéria.) A Reed Elsevier é dos maiores grupos editoriais que atuam no ramo da edição de periódicos e disseminação de informação científica de maneira geral; possui um catálogo de mais de 2.000 títulos em todas as áreas científicas, tecnológicas e médicas. A empresa, originalmente holandesa, atua sobretudo nos mercados europeu e norte-americano e no Brasil é dona da Editora Campus, que só comercializa livros. Outro importante grupo é o dinamarquês Springer, composto de 70 empresas atuando em três continentes (Europa, Ásia e América), que publica cerca de 1.500 títulos em diversas áreas, da arquitetura à biomedicina. Mais outro é o norte-americano John Wiley & Sons, que possui catálogo de mais de 1.300 títulos, tão variado quanto o de seus concorrentes. Tanto o grupo norte-americano quanto a Elsevier tem mais de um século de mercado.

No Brasil, poucas editoras comerciais atuam no segmento de periódicos. O número delas é incerto, pois o segmento ainda carece de levantamentos estatísticos. Pesquisando nas listas de associados e colaboradores do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL), da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), descobriu-se um número reduzido de editoras (em torno de 15, num universo de cerca de 200 organizações) que editam periódicos científicos e técnico-científicos. Há a Vox Legis, que publica a *Revista dos Tribunais*, a Consulex, com sete títulos na área jurídica, e a Renovar, com três títulos nessa mesma área. A editora Maio possui 12 títulos em odontologia e a Aeroplano, um na área de comunicação e cinema (*Cinemais*). Em todos esses casos, as editoras são as responsáveis pelas publicações.

Instituições de ensino superior são outro tipo de organização que se dedica à edição de periódicos. Muitas têm suas próprias editoras; a da Universidade de Oxford, por exemplo, foi uma das primeiras editoras a surgir na Europa moderna, ainda no final de século XV (THOMPSON, 1998). Como geralmente assumem a função de disseminar os resultados da produção intelectual da instituição, as editoras universitárias costumam publicar em várias

---

<sup>2</sup> Tradução da expressão em língua inglesa *scientific technical medical* (STM).

áreas de conhecimento, tanto livros quanto periódicos, e nem sempre visam o lucro com essas operações. A Editora da Universidade de Cambridge possui um catálogo de periódicos de 200 títulos em várias áreas, das ciências naturais às humanidades. Já o catálogo da editora da Universidade de Oxford não fica por menos, são 195 títulos.

Aqui no Brasil, alguns exemplos de editoras universitárias que editam periódicos são a EDUCS, da Universidade de Caxias do Sul (UCS), com seis títulos nas áreas de medicina, história, filosofia e educação, comunicação, direito e tecnologia; a editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com três títulos em economia, educação e letras; a editora da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com oito títulos, sendo três na área de comunicação, dois na de psicologia e outros três em educação/letras, direito e odontologia. A EDUSP, vinculada à Universidade de São Paulo (USP), que é das maiores editoras universitárias do país, não edita os periódicos da instituição e o mesmo se verifica em relação à editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Por que isso acontece? Por que as editoras universitárias atuam tão timidamente no segmento de periódicos? Será desinteresse, falta de vontade política? Questões como essas permanecem sem respostas.

Verifica-se, contudo, que a Associação Brasileira de Editores Universitários (ABEU), órgão que vem crescendo em importância e atuação no meio há alguns anos, não inclui os periódicos na sua agenda ações e preocupações, focando-se apenas no segmento dos livros. Tampouco se percebe articulação entre essa organização e a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), que congrega os produtores do segmento. Há aí dois elos de uma cadeia que não estão conectados.

Também nem sempre as editoras universitárias são responsáveis pela edição dos periódicos das instituições de ensino. Não raro, especialmente aqui no Brasil, centros de ensino, departamentos, programas de pós-graduação, núcleos e grupos de pesquisa assumem a produção editorial de periódicos. Realizam eles mesmos a editoração das publicações, usam gráficas próprias da instituição ou contratadas e se encarregam de distribuir os exemplares. Ou então estabelecem parcerias com editoras comerciais, que assumem a comercialização dos títulos. Essa, aliás, vem se mostrando a principal forma de atuação das editoras comerciais brasileiras no segmento dos periódicos no país, embora ainda haja muito espaço para que essas parcerias cresçam. Como exemplos, pode-se mencionar a editora Paulinas, que comercializa o título *Comunicação e educação*, editado

por curso da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP. A *E-papers* é uma que colabora com a Escola de Comunicação da UFRJ na edição de dois títulos (*Eco-pós* e *Lugar comum*). Já a Annablume é parceira da USP, Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na edição de três títulos nas áreas de história e arquitetura (*Desígnio*), semiótica (*Significação*) e pesquisa ambiental (*Ambiente e sociedade*), além de ser parceira de uma associação profissional para a edição de outro título (*Manuscrita*).

Outras organizações que se ocupam de editar periódicos para a comunidade científica são as sociedades científicas e associações profissionais. Historicamente, como lembram Meadows (1999) e Targino (1998), foram essas organizações, junto com as editoras universitárias, que primeiramente se lançaram à produção e disseminação dos periódicos. Para Población *et al* (2003, p. 498), elas têm como objetivo reunir ou congregar profissionais e especialistas de determinada área, promover eventos e produzir publicações “onde transpareça a força e a competência de uma comunidade que se impõe como geradora de conhecimentos”. Não são, por isso, editoras no sentido estrito e têm na edição de publicações (periódicos e livros) apenas uma de suas atividades, e geralmente não visam o lucro com ela.

A *American Psychology Association*, dos Estados Unidos, por exemplo, edita mais de 40 títulos de publicações seriadas, dentre periódicos e jornais, como o *American Psychologist*. Outra renomada instituição é o *Institute of Electric and Electronics Engineers*, que congrega 30 sociedades e associações e é responsável por um catálogo de periódicos com mais de 100 títulos. Aqui no Brasil, há a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), que edita um periódico e um jornal na área; a Sociedade Brasileira de Química (SBQ), responsável pela *Química Nova*; a Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) edita a *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) edita a *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*.

Pode-se distinguir ainda outras organizações que se interessam por editar periódicos. São empresas do setor produtivo, como indústrias, grupos e laboratórios farmacêuticos, etc; órgãos governamentais, tais como secretarias, ministérios, agências de fomentos; organizações sem fins lucrativos, tais como Organizações Não-Governamentais (ONGs) e



institutos de pesquisa. Outrossim, observa-se que atualmente a maior parte das organizações que desenvolvem pesquisas acaba se envolvendo também com a edição de periódicos, dado o papel fundamental que essas publicações assumem no contexto social de produção da ciência.

Pode-se então resumir esse universo diversificado de instituições editoras de periódicos em seis grandes grupos ou categorias: as editoras comerciais, as instituições de ensino (inclusive através de suas editoras), as sociedades e associações, as agências governamentais, as empresas do setor produtivo e as instituições sem fins lucrativos (MULLER, 1994; LAMBERT, 1985).

Os periódicos são bens consumos e as instituições editoras ofertam seus produtos no mercado, onde competem por consumidores, mas também cooperam para a produção. Nos países desenvolvidos, especialmente nos europeus e nos Estados Unidos, as editoras comerciais têm papel dominante nesse mercado, geralmente segmentado sob a alcunha de periódicos CTM. São grandes corporações como Reed Elsevier, Wolters Kluwer, Springer, Harcourt, Wiley e Taylor & Francis. Nas últimas duas décadas, a indústria editorial como um todo experimentou grande concentração empresarial, numa tentativa dos grupos editoriais de reforçar suas posições na cadeia produtiva de livros e periódicos e no mercado, pela incorporação de atividades a montante ou a jusante na cadeia, tais como distribuição e venda de varejo, e de negócios em outros nichos (FURTADO, 2004). No segmento das publicações CTM, a situação não tem sido diferente, pelo menos nos países desenvolvidos, onde inúmeras fusões e aquisições têm levado a uma enorme concentração dos negócios e dos títulos nas mãos de um número reduzido de grandes empresas. Uma das maiores e mais polêmicas aquisições de setor foi a da Harcourt pela Reed-Elsevier, por US\$ 5,7 bilhões. Segundo o *Office of Fair Trading* (OFT) (2002), que investigou o mercado por conta dessa aquisição, essas duas empresas juntas detêm mais de 40% do mercado de periódicos técnico-científicos (mas não médicos) em todo o mundo.

Os gigantes editoriais do setor privado são, além de líderes de mercado, quem domina as bases de dados do *Institute of Scientific Information* (ISI), as quais, se sabe, são muitíssimo valorizadas atualmente, a despeito de todos seus problemas e vieses de avaliação (TARGINO, 2000). As nove editoras cujos periódicos e artigos obtiveram maior fator de impacto são editoras comerciais, e elas possuíam, em 1998, 42% dos periódicos e

47% dos artigos indexados nas bases do ISI (OFT, 2002). Segundo o OFT, nesse mesmo ano, a *Cambridge University Press* possuía 84 títulos indexados, um a mais que *Oxford University Press*, cada uma com 1% do total de periódicos e de artigos nas bases. E essas duas eram as editoras universitárias mais presentes. Já as sociedades e associações também estavam entre as 20 instituições editoras mais presentes nas bases do ISI em 1998: o *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE) possuía 93 títulos indexados, o *American Institute of Physics*, com 41 periódicos, possuía 2% do total de artigos da base. Depois dele vinha o *Institute of Physics*, com 32 títulos e 1% dos artigos. Só a Reed Elsevier, depois da fusão, passou a controlar 125 dos 500 periódicos mais citados nas bases do ISI, ou cerca de 18% de todos os periódicos indexados e 25% de todos os artigos (ROBERTSON, 2002; OFT, op.cit.). Em escala global, são as editoras comerciais os maiores editores de periódicos, em termos do número de títulos, de artigos e citações nas bases de prestígio e do volume de faturamento no setor.

Aqui no Brasil as editoras comerciais não têm muita representatividade na edição dos periódicos nacionais. Como já mencionado, a atuação dessas organizações no segmento é ainda tímida, havendo muito espaço a ser conquistado. Contrariamente do que ocorre na maioria dos países desenvolvidos europeus e norte-americanos, aqui são as instituições de ensino e pesquisa, as agências governamentais e as sociedades e associações que produzem a maior parte dos periódicos (COSTA, 1988; MIRANDA E PEREIRA, 1996; MULLER, 1999; SCHWARTZMAN, 1984).

Concorre para isso o fato de sermos, outrossim, grandes consumidores de publicações estrangeiras, contribuindo para engordar os lucros dos grandes grupos editoriais supramencionados. Um bom exemplo disso é o Portal dos Periódicos da CAPES, que oferece acesso a 9.530 títulos, dos quais apenas 5,2% eram publicações nacionais em 2005. Sem questionar a utilidade e o valor do referido portal para a comunidade científica brasileira, não se pode deixar de notar que ele consubstancia uma orientação (ou desorientação) política que favorece a aquisição de títulos estrangeiros e em formato digital. Correlatamente, desvaloriza os produtos nacionais e deixa sem cobertura todo um universo de leitores que não tem acesso facilitado a computadores. Questões como essas emergirão outras vezes no texto, revelando as contradições e paradoxos do segmento de periódicos no país.

### 3.2 Periódicos: conteúdos e formatos de comercialização

No mercado, os periódicos vêm sendo tradicionalmente segmentados por área de conhecimento ou especialidade e pelo suporte adotado, seguindo a tendência da indústria editorial como um todo (FURTADO, 2004; OFT, 2002). São publicações que trazem contribuições nas áreas de física, química, geologia, psicologia, economia, lingüística, teoria literária, saúde pública, em suas diversas aplicações e ramificações. A Elsevier, por exemplo, segmenta seus títulos em 24 áreas temáticas, como as ciências biológicas e agronômicas, a engenharia química, as ciências ambientais, as neurociências, as ciências sociais e comportamentais. Já a editora da Universidade de Oxford distingue apenas seis grandes áreas: humanidades, direito, ciências da vida, medicina, ciências sociais e matemática / ciências físicas.

Cada periódico é único, no sentido de que tem uma identidade visual e editorial própria, ainda que haja muitas similaridades e duplicações em termos gráficos e de conteúdo. Os muitos veículos também diferem quanto à maneira como organizam e apresentam seu conteúdo internamente, inclusive porque nem todos trazem o mesmo tipo de informação. Em meio a essa diversidade, Targino (1998) propôs dividir o conteúdo dos *periódicos impressos* em duas seções: primária e secundária.

Na seção primária encontram-se os artigos científicos, como forma preferencial para publicação formal das contribuições resultantes das pesquisas empreendidas pelos pesquisadores. Para a autora, os artigos são instrumentos de comunicação e têm função informativa, devendo ser objetivos, claros e concisos, ter correção gramatical e adequação terminológica e obedecer a uma estrutura textual constituída de introdução, revisão de literatura, métodos, resultados e discussão. Embora seja uma estrutura mais afeita às ciências experimentais, Targino defendeu, tendo observado inúmeros periódicos técnico-científicos, que ela se aplica genericamente a artigos de todas as áreas. São textos relativamente curtos, devendo ter entre 15 e 20 laudas. Na seção primária, os artigos podem estar organizados de diversas maneiras: por tema ou assunto, por nacionalidade do autor, etc. Já a seção secundária inclui grande diversidade de conteúdos que não são artigos propriamente ditos. Em analisando os periódicos nacionais, a autora chegou a uma tipologia básica desses conteúdos, que será discutida a seguir.

Há as *cartas*, que são comunicações dos leitores aos editores ou a autores da publicação, fazendo congratulações, solicitando informações ou mesmo discordando de pontos de vista veiculados. As *comunicações* ou *notas* de pesquisas e trabalhos em andamento são textos curtos em que pesquisadores informam sobre projetos em realização ou recentemente concluídos, mas não substituem os artigos e outras formas de comunicação formal na distribuição de autoridade e prioridade. Muitos periódicos trazem *editoriais*, que também são textos curtos, onde o editor apresenta a edição ou comenta tópicos que julga relevantes ao leitor.

As *entrevistas* são conteúdos que também aparecem nos periódicos, sendo mais comuns nas publicações de ciências humanas e sociais. São geralmente textos mais longos, de até cinco laudas, onde pesquisadores ou figuras de prestígio junto à comunidade científica falam sobre suas pesquisas e realizações ou mesmo sobre algum tema específico, de interesse aos leitores. Mais comuns em publicações das ciências exatas, biológicas, da saúde e em áreas tecnológicas, os *informes sobre produtos e serviços* são notícias curtas sobre bens e serviços em lançamento no mercado. Mais longos do que as entrevistas são os *pontos de vista* ou *comentários*, que podem também ser denominados *temas livres*, *opinião*, etc. São textos de até 10 laudas que trazem, como o próprio nome diz, comentários, opiniões, críticas, sobre assuntos de interesse dos leitores, relacionando temas variados, das políticas públicas a eventos de área.

Muitos periódicos veiculam também *relatos de eventos*, *de experiência* e *de pesquisas*. Os primeiros registram eventos, quer grandes ou pequenos, nacionais ou internacionais, que se assume serem de interesse do público-leitor. Podem incluir também relatos de viagem. Os segundos, bastante frequentes nos periódicos, são textos de poucas laudas, em que autores relatam experiências profissionais relacionadas com a realização de projetos de pesquisa ou outras atividades. Já os relatos de pesquisa são mais curtos e concisos do que os artigos e enfatizam a disseminação dos resultados, dirimindo-se da necessidade trazer discussões conceituais ou teóricas. Por fim, restam ainda as *resenhas*, cujo conteúdo pode ocorrer sob outras denominações, tais como *recensões*, *resumos críticos* ou *notas de livros*. Muito comuns na maioria dos periódicos, as resenhas resumem e criticam o conteúdo de livros e outras obras publicadas nas áreas; são textos curtos, entre 3 e 5 laudas.

Targino (1998), ciente de que tal tipologia é insuficiente para cobrir a diversidade de conteúdos veiculados nos periódicos impressos das muitas áreas de conhecimento e disciplinas, identificou ainda outros tipos de conteúdos. Muitos periódicos trazem *resumos de teses e dissertações*, inclusive junto de resenhas e resenhas. Veiculam artigos de revisão e de divulgação, os quais, embora adotem o formato do artigo, não constituem contribuições resultantes de pesquisas propriamente ditas. Mais rara é a inclusão de informações nos periódicos sobre as publicações adquiridas ou recebidas pela instituição editora, sob o título de *biblioteca* ou *boletim bibliográfico*. Seções com *documentos* oficiais ou históricos que interessam aos leitores também aparecem vez ou outra, assim como os *ensaios* e os informes sobre a formação profissional na área. Algumas publicações também publicam *noticiários* ou informativos sobre acontecimentos diversos, de cursos e eventos a acontecimentos políticos de impacto ou relevância para a área ou campo de atuação dos leitores. Resumos de palestras e fóruns de debates também aparecem esporadicamente.

No caso dos periódicos em suporte eletrônico, os conteúdos veiculados são basicamente os mesmos, mas com algumas diferenças. Não há, a princípio, limitação para a quantidade de informações veiculadas na publicação, em termos do número e da extensão de artigos e outras comunicações. Também não há restrições quanto ao número e às cores de imagens que acompanham os conteúdos, tais como gráficos, tabelas, fotografias. No caso dos periódicos eletrônicos disseminados *on-line*, o recurso do hipertexto multiplica as possibilidades de veiculação e vinculação de conteúdos. Esse recurso, observou Macedo (2002, p. 17), que investigou seu impacto nas revistas de divulgação científica, “autoriza uma estruturação não-linear das matérias multidocumentais” e permite “a inclusão de referências ‘exofóricas’ que podem inserir o conteúdo informativo de uma matéria no conjunto do seu contexto, independente da inscrição física das fontes”.

Targino e Castro (2001, p. 36), analisando periódicos eletrônicos do Grupo *e-pub*, observaram que o hipertexto remete os leitores dos veículos “a instituições, catálogos, cursos, índices, seções e/ou artigos do próprio fascículo, outros números, outros periódicos”. Para as autoras, o grande ganho dos periódicos eletrônicos está no tipo de integração e interação que o meio possibilita entre editores, revisores e leitores, contribuindo para a troca de informações e, fundamentalmente, para o processo de avaliação e revisão pelos pares (ibidem). De fato, o meio eletrônico trouxe ganhos

significativos para os periódicos, especialmente no quesito distribuição/disseminação, sem falar do relativo barateamento da produção. Também possibilita maior *feedback* por parte de leitores e colaboradores. Contudo, a maior integração entre editores e revisores não resolveu o problema da demora na revisão pelos pares e da irregularidade das edições. O problema, nesses casos, não é necessariamente tecnológico, mas esse assunto será retomado mais adiante no texto.

Os formatos de comercialização dessas publicações variam conforme os meios técnicos e institucionais empregados na fixação e disseminação dos conteúdos (THOMPSON, 1998). No meio impresso, a valorização das formas depende da capacidade de produzir, reproduzir e vender múltiplas cópias, que pode ser combinada com a capacidade de vender espaço publicitário junto ao conteúdo e de vender assinaturas. Em termos do formato de comercialização, as cópias impressas são comercializadas em exemplares, ofertadas em unidades ou em assinaturas, geralmente diferenciadas para assinantes individuais e institucionais.

Aqui no Brasil a comercialização de espaço publicitário nos periódicos não é prática comum, sendo mais freqüente em outros países, como nos Estados Unidos e no Reino Unido. Targino (2002) identificou uma publicação nacional que a pratica com freqüência: os *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, da Academia Brasileira de Neurologia. Vale registrar a constatação de Palmira Valério (1991, p. 107), que investigou 17 periódicos nacionais em sua dissertação de mestrado e verificou que “37% dos editores acham que a revista de caráter científico não deve ter publicidade para não comprometer a qualidade”, embora admitam, observou a autora, que a venda de espaço publicitário é uma alternativa à captação de recursos para as publicações. Será que a percepção dos editores entrevistados por Valério encontra respaldo na realidade? Venda de espaço publicitário não combina com qualidade de conteúdo?

Considerando a experiência dos veículos estrangeiros, essa resposta é negativa. Essas publicações (especialmente as de grandes grupos editoriais) estão entre as que mais praticam a veiculação de propagandas e mais prestígio desfrutam na comunidade científica, geralmente. Pode-se argumentar, com razão, que não cabe num periódico a exposição excessiva de anúncios; mas o mesmo poderia ser dito de qualquer outro tipo de revista, mesmo as que tradicionalmente veiculam anúncios. Levando em conta as necessidades

materiais dos periódicos, a comercialização de espaço publicitário pode ser uma alternativa bastante interessante e viável à captação de recursos, e é inclusive sugerida por Valério (op.cit.), em suas conclusões. Dizer que propaganda não combina com veículo sério ou de qualidade é um preconceito. O que não combina, nas atuais condições de produção, é veículo sem recursos.

Já no meio eletrônico, a valorização das formas de comunicação reside na capacidade de produzir, agregar e reutilizar os conteúdos, uma vez que o meio prescinde de substrato material para fixação das mensagens e as tecnologias de processamento flexibilizam o tratamento das informações. Como permite que os fluxos físicos se dissociem dos fluxos informacionais, o meio eletrônico altera a cadeia tradicional de construção do valor dos produtos editoriais, possibilitando a configuração de novos formatos de comercialização baseados no acesso (FURTADO, 2004; DUBINI, 2001). Esse pode ser a artigos ou partes de artigos, a periódicos ou a bases de dados de periódicos; e assim vários níveis de informação se tornam disponíveis para consulta e comercialização (KING E TENOPIR, 1998).

As assinaturas permanecem como formato de comercialização, mas tornam-se cada vez mais comuns práticas como o *versioning*, que são diferentes versões de um mesmo produto para diferentes segmentos do mercado, e o *bundling*, em que informações e serviços distintos são comercializados em pacotes a preço único, incluindo-se as assinaturas tradicionais (HOUSE OF COMMONS, 2004; FURTADO, 2004; OFT, 2002).

### **3.3 Público-alvo e consumidores**

Os periódicos destinam-se prioritariamente a pesquisadores, mas isso não significa que não interessem ou atinjam outros públicos. Estudantes de graduação e de pós-graduação são leitores potenciais dos títulos, especialmente esses últimos, geralmente mais próximos da pesquisa. Profissionais que atuam “fora” da academia e não estão diretamente envolvidos com pesquisas podem também ser interessar pelos periódicos, enquanto fonte de informações atualizadas sobre temas, problemas, métodos e práticas de sua área de atuação, como no caso de médicos, fisioterapeutas, psicanalistas, jornalistas, advogados. Funcionários técnicos de órgãos públicos e agências de fomento envolvidos com a formulação e execução de políticas públicas têm também nos periódicos fonte de pesquisa e

informação atualizada sobre os setores em que atuam. Assim, dependendo do tipo e da diversidade de conteúdos que veiculam, os periódicos podem ter públicos leitores mais amplos ou restritos.

Publicações que cobrem um espectro maior de assuntos tendem a atrair autores de diversas áreas do conhecimento e a atingir públicos mais amplos. Muitos periódicos editados por instituições de ensino superior cobrem várias disciplinas, como a publicação *Leopoldianum – estudos e comunicações*, da Universidade Católica de Santos, com quase 30 anos de existência, que publica trimestralmente contribuições de diversas áreas, da física à comunicação, produzidas por seus docentes. Publicações institucionais são bastante comuns, tanto essas de cunho mais generalista, geralmente de universidades, quanto outras mais especializadas, como as de institutos de pesquisa, órgãos públicos e empresas.

Para Bonini (2004), muitos periódicos surgem da demanda dos pesquisadores da instituição por um veículo próprio para a publicação de seus trabalhos. Em atendendo à demanda de autores de diferentes áreas e disciplinas, muitos periódicos nascem sem restrições temáticas, com linhas editoriais difusas e amplas. Não raro, desenvolvem-se atrelados à identidade da instituição e não a um campo ou área do conhecimento específico. Na visão desse autor, assim favorecem a *endogenia*, servindo mais ao escoamento da produção institucional do que ao debate num campo ou disciplina específico.

A questão da endogenia é muito polêmica. As instituições e os pesquisadores estão sujeitos a avaliação contínua por parte dos financiadores e têm de apresentar certos níveis de produtividade. Precisam publicar. Além disso, aqui no Brasil, em muitas áreas a CAPES estabelece a edição de periódicos como critério de qualidade na avaliação dos programas de pós-graduação. Os programas devem possuir suporte próprio para publicação da produção da área. Por outro lado, as instituições são desencorajadas a ter entre os autores e revisores de suas publicações a predominância de membros de seu próprio corpo de docentes e pesquisadores.

Também os periódicos são desencorajados a publicar artigos de pesquisadores da instituição que os editam. Conforme apontou Ferreira (2005), que prescreveu certo número de critérios de qualidade para os periódicos de comunicação, a procedência dos autores que publicam no periódico é aspecto importante considerado pelas agências de fomento, bases de dados e serviços de indexação ao avaliarem o veículo. Para atender às exigências dessas



instâncias, os títulos devem apresentar “diversidade de pesquisadores, instituições e localidades vinculadas à autoria dos trabalhos publicados” (ibidem, p. 282).

A procedência institucional dos autores é também critério de qualidade da CAPES para avaliação dos títulos em muitas áreas. Na de ciências sociais aplicadas, o percentual é de no mínimo 70% de autores de fora da instituição (CAPES, 2004). A justificativa é sempre a mesma: a predominância de revisores da mesma instituição prejudica a idoneidade do processo avaliativo; a de autores sugere escoamento de produção e ambos afetam a qualidade do conteúdo.

Tal posição é contestada por Brinquet de Lemos (1993), quando refletindo sobre a história do título *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, uma das mais antigas e prestigiadas publicações periódicas brasileiras em operação. Durante a maior parte de sua trajetória essa revista esteve fechada a contribuições de autores “de fora”, sem que isso, contudo, tivesse prejudicado a qualidade do seu conteúdo, reconhecida internacionalmente. Constatou o autor que “uma revista institucional é tão boa (ou tão ruim) quanto a instituição a que esteja vinculada” (op.cit., p.167).

Deve-se concordar com o autor e com o que deixa implícito, que a qualidade do veículo institucional depende da qualidade das pesquisas e dos pesquisadores que atuam na instituição que o edita. Se são pesquisas boas, relevantes, que exercem impacto sobre o campo, por que não publicá-las ali mesmo? Em se tratando de pesquisadores competentes e prestigiados, por que não tê-los entre seus conselheiros, revisores e autores? Publicar a produção institucional não é simples “escoamento” quando há qualidade nessa produção e, principalmente, seriedade no processo de avaliação e seleção de conteúdo.

Publicações generalistas que veiculam conteúdo de diversas áreas tendem a apresentar linhas editoriais mais difusas, conseguindo atingir públicos mais amplos. Até dentro de uma mesma área de conhecimento, como a comunicação ou a odontologia, distinguem-se veículos mais generalistas e outros mais especializados. Periódicos como a revista *Líbero*, do programa de pós-graduação em comunicação das Faculdades Cásper Líbero, e a *Revista da Associação Brasileira de Odontologia*, adotam linhas editoriais mais amplas, com temas variados na comunicação e na odontologia. Já títulos como a *Revista da Sociedade Brasileira de Ortodontia* e *Eptic on-line*, sobre economia política dos meios de comunicação, são mais segmentadas em termos dos temas abordados. A restrição temática

na linha editorial dos veículos incide diretamente sobre a segmentação do público alvo; quanto mais restrito o assunto, mais segmentado será o público de autores e leitores.

Sociedades científicas e associações profissionais geralmente segmentam mais o público alvo de seus títulos por meio políticas editoriais mais consistentes e restritivas. Isso reflete diretamente o grau de especialização da área de conhecimento ou atuação dessas organizações, geralmente mais restritas do que a de uma universidade. Publicações como o *Transactions on Applied Superconductivity*, editado pelo IEEE, direciona-se para pesquisadores que desenvolvem pesquisas aplicadas em supercondutores eletrônicos.

Por outro lado, também o tamanho e a dispersão da comunidade científica devotada à área de especialização do periódico influencia a dimensão do seu público leitor (MEADOWS, 1999; VALÉRIO, 1991). Um periódico como a *Química Nova*, da SBQ, possivelmente atingirá mais leitores do que uma revista de semiótica como a *Significação*, editada pelo Centro de Pesquisa em Poética da Imagem, da USP e UTP em parceria com a editora Annablume. Além disso, deve-se ressaltar que a Internet, a despeito dos inúmeros problemas que traz para a comunicação científica, também contribui para a ampliação dos públicos-leitores, possibilitando que as informações sejam mais facilmente disseminadas para leitores dispersos geograficamente.

Observa-se também que o idioma adotado pela publicação também contribui para selecionar o público de autores e leitores, influenciando o tamanho do seu público-alvo. O inglês é hoje a língua franca da ciência, da economia, da informática, da mídia, como foi o francês um dia; conteúdos publicados em inglês tendem a atingir públicos mais amplos do que em línguas de menor impacto ou prestígio, como o português (TARGINO, 2000). Por conta disso, muitos títulos brasileiros aceitam e publicam regularmente trabalhos escritos não apenas em português, mas também em inglês e espanhol, como no caso dos *Cadernos de Saúde Pública*, da Fundação Oswaldo Cruz. Já a *Eptic on-line* aceita trabalhos em inglês e qualquer língua latina. Títulos que buscam atrair autores e leitores em outros países devem publicar em língua estrangeira, como uma ou única opção de idioma. É o caso, por exemplo, das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, publicação quase centenária que atualmente só aceita trabalhos em inglês.

Outrossim, verifica-se que os maiores consumidores de periódicos não são os pesquisadores, mas as bibliotecas das instituições em que se encontram esses profissionais;

são elas que mais comprem as publicações. Para Meadows (1999), as bibliotecas são, junto com as editoras, os responsáveis por organizar a transferência de conteúdos entre autores e leitores, assumindo as funções de receber e codificar as informações, constituir acervos e torná-los disponíveis aos leitores. O autor identificou nas bibliotecas universitárias, nas especializadas e nas nacionais os maiores compradores de publicações e viu nos empréstimos entre bibliotecas uma estratégia dessas organizações para complementar as aquisições que fazem individualmente. Decisões de aquisição e empréstimo são feitas com base na demanda dos leitores, mas são diretamente influenciadas pelas limitações orçamentárias, tecnológicas e físicas. Não há recursos infinitos para adquirir, armazenar e manter “tudo”. Por isso, as decisões dos maiores consumidores são cruciais no mercado de publicações.

Segundo Earp e Kornis (2005, p. 8), que investigaram o mercado editorial nacional, as bibliotecas constituem o segmento mais atrasado da cadeia editorial no Brasil: “são pobres, isoladas e mal administradas, sendo em sua maioria incapazes de atender a demanda do público leitor”. O Programa FUST-Bibliotecas<sup>3</sup> realizou o mapeamento das bibliotecas brasileiras e identificou aproximadamente 12 mil unidades, sendo 6.600 públicas federais, estaduais e municipais (cerca de 27% do total localizadas em escolas e postos de saúde), e outras 5.500 mil em instituições e organizações sem fins lucrativos.

É o governo o maior comprador de publicações no Brasil: no mercado livreiro, as compras públicas mobilizam aproximadamente a metade dos exemplares vendidos – aquisições que se destinam às instituições de ensino predominantemente (Earp e Kornis, op.cit.). Embora as instituições privadas sejam maioria na educação superior – das 1.859 em operação em 2003 menos de 12% era de instituições públicas (INEP, 2003) – são a minoria entre as que se dedicam a atividades de pesquisa (CAPES, 2005; BRASIL, 2004). Como a demanda por periódicos é maior nas instituições que realizam pesquisa, é de se supor que o governo seja, realmente, o maior comprador de periódicos no país. As políticas de financiamento à aquisição de periódicos no país serão discutidas mais adiante no texto.

---

<sup>3</sup> Iniciativa dentro do Programa Sociedade da Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em colaboração com a Secretaria do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura, que visa criar um sistema integrando as bibliotecas de todo o país, oferecendo acesso gratuito a acervos pela Internet. Recebe recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). Mais informações consultar: <http://portalfust.socinfo.org.br/>.

### 3.4 Estrutura de produção

Os periódicos, como outros bens editoriais, são produzidos em uma cadeia que se estende da elaboração intelectual do conteúdo pelos autores à recepção da publicação pelo público-leitor. É uma atividade produtiva que demanda insumos, emprega recursos humanos, possui fornecedores, utiliza tecnologias, tem custos e encontra-se amplamente institucionalizada e profissionalizada, embora especialmente essas duas últimas características variem bastante dependendo do contexto nacional.

#### *a) Recursos humanos*

A edição de periódicos envolve profissionais de diversos tipos e em todos os processos editoriais, por mais automatizado e informatizado que estejam tais processos. Não há, contudo, uma terminologia unificada para categorizar os recursos humanos aí envolvidos, uma vez que cada veículo tende a definir e a distribuir os processos, as tarefas e as responsabilidades de uma determinada maneira.

O editor é a figura-chave no processo editorial; é ele o responsável pela organização e gestão de todos os processos, da captação de originais à promoção da publicação. Na maioria dos veículos, especialmente os de médio e grande porte, o trabalho do editor está distribuído entre alguns editores. Población *et al* (2003), que investigaram as terminologias adotadas por editores da área médica, distinguiram alguns tipos de editores. O editor científico é o principal deles; trata-se de um “pesquisador, de alto nível, responsável pela execução da Política Editorial [sic] e pelo conteúdo científico do periódico” (ibidem, p. 499). Targino e Castro (2001, p. 40), que também chamaram esse profissional de editor científico, incluíram entre suas incumbências “decidir (...) em que novas especialidades investir, como incentivar subáreas emergentes, como estimular a diversificação temática, em suma, como fortalecer os filtros de qualidade”.

É consenso que o editor científico deve ser um pesquisador ativo, pois só assim acredita-se que poderá avaliar a produção científica que lhe é submetida para publicação e indicar ou selecionar revisores para arbitrar sobre esse conteúdo. Ele é o principal responsável pela qualidade da publicação em todos seus aspectos (forma, conteúdo e divulgação). Para Valério (1991), que investigou um conjunto de 17 revistas apoiadas pelo Programa Setorial de Publicações em C&T do CNPq/FINEP entre 1983 e 1988, o editor-

chefe, como chamou o editor científico, é responsável também por captar os recursos necessários para a produção das publicações.

O editor científico ou chefe conta geralmente com a colaboração de editores adjuntos ou editores associados, que o auxiliam na execução das tarefas e gestão dos processos. Para Valério (1991), esses não ultrapassam o número de cinco. Greene (1998), editor do *Brazilian Journal of Medical and Biological Research* (BJMBR), relatou que essa publicação conta com três editores seccionais, que assistem o editor chefe na coordenação da supervisão do conteúdo e da forma do periódico. No geral, segundo Población *et al* (2003), esses profissionais são também pesquisadores ativos, e na edição das publicações dividem com o editor científico o trabalho de selecionar originais e revisores, encaminhar originais para avaliação, analisar os pareceres emitidos e mesmo participar na divulgação do periódico. Dessa maneira, Meadows (1999) entendeu que os editores atuam como *gatekeepers*, selecionando, filtrando e direcionando o fluxo das informações entre autores, revisores e leitores.

Targino e Castro (2001) apontaram que, em muitos periódicos estrangeiros, o editor científico divide a gestão dos processos editoriais com um *managing editor*, o qual, preferencialmente com formação gerencial, se encarrega de administrar os processos de editoração, deixando o editor científico tratar dos controles de qualidade e do contato com autores e revisores. Población *et al* (op.cit.) ainda identificaram um outro tipo de editor, o consultivo, a quem o editor científico recorre para se aconselhar e discutir questões relativas à publicação.

Os editores são alguns dos membros do corpo editorial dos periódicos, mas este conta também com os participantes do conselho editorial, ou comissão editorial, ou comitê editorial. Geralmente, esse tem constituição ampla, congregando pesquisadores de diversas instituições e regiões do país, muitas vezes de diversos países. Valério (1991) identificou três funções básicas que essa instância costuma desempenhar nas publicações: discutir, elaborar ou modificar a política editorial do veículo; constituir o corpo de revisores ou consultores que farão a arbitragem dos originais submetidos à publicação; e conferir prestígio ao periódico. Já Población *et al* (2003) atribuíram aos membros do conselho a responsabilidade pela análise do conteúdo científico. Valério (op.cit.) observou que o Conselho pode ainda contribuir de outras maneiras para a publicação: indicar revisores,

submeter artigos, fornecer aos editores informações atualizadas sobre a área de especialização do periódico ou, auxiliá-los a defender posições e pareceres junto a autores e revisores.

Essa autora argumentou que, em alguns veículos, as funções do conselho são distribuídas pelos editores associados ou adjuntos, ficando essa instância mais devotada à discussão da política editorial e à atribuição de prestígio à publicação. Não raro, observou, o conselho editorial é meramente ilustrativo, seus membros não desempenhando função alguma para além de emprestarem seus prestigiados nomes à publicação (ibidem).

A observação da autora não está incorreta; não há, contudo, estudos específicos sobre a atuação dos conselhos nos periódicos nacionais. Uma breve pesquisa nos conselhos dos periódicos revela a existência de nomes repetidos, ou seja, de pesquisadores que supostamente arbitram em diversos veículos simultaneamente. Revelam também a grande extensão dos conselhos, às vezes compostos por mais de 20 membros. Na ausência de estudos, cabem algumas especulações. Será que de fato participam? Como consegue um pesquisador, como o típico pesquisador universitário brasileiro, que dá aulas, orienta alunos e tem que publicar dois artigos por ano, arbitrar em dois ou até três veículos ao mesmo tempo?

Problemas relacionados à consistência e à idoneidade do conselho nas publicações prejudicam o processo de avaliação e ameaçam a qualidade dos conteúdos veiculados. Sendo fictício ou meramente ilustrativo, o conselho deixa de cumprir com suas funções, empobrecendo processo editorial e avaliativo. Para Krzyzanowski e Ferreira (2003, 1998), esses são problemas que acompanham o volume crescente de informações e publicações, tanto no contexto internacional quanto no nacional.

Fazem parte também do corpo editorial dos periódicos os revisores ou árbitros. Os revisores são membros da comunidade científica; são pesquisadores ativos, geralmente de alta titulação e grande produtividade, que possuem reconhecimento em determinada matéria. Têm a função de avaliar os originais que lhes são repassados e recomenda-los ou não para publicação, podendo sugerir modificações no texto para adequá-lo ao periódico, corrigi-lo ou melhorá-lo. Como verificou Valério (1991), os revisores que arbitram nas publicações nacionais são usualmente escolhidos na comunidade científica brasileira,

recorrendo os editores a revisores estrangeiros na ausência de especialistas no país. Podem ser membros do conselho editorial e mesmo constituir um corpo fixo de avaliadores.

Essa autora observou que não há um critério único para a escolha dos revisores pelos editores, mas Meadows (1999) enumerou alguns deles: devem ser pesquisadores competentes, atualizados na matéria sobre a qual devem arbitrar; devem ser capazes de fazer julgamentos equilibrados e perceber a que tipo de leitores o conteúdo arbitrado interessa. Mesmo que Valério não tenha identificado critérios formalizados, é impossível que os editores não os tenham no momento de escolher seus revisores.

Como Meadows argumentou, esses critérios variam dependendo da área de conhecimento ou disciplina. Nas áreas médicas, por exemplo, é comum que os revisores sejam profissionais de grande prestígio, autoridades em sua área de especialização; já nas ciências sociais e humanidades, supõe-se dos revisores que esses sejam capazes de reconhecer e avaliar as diferentes estruturas conceituais, enfoques e metodologias que venham a aparecer nos artigos – daí a necessidade de serem capazes de fazer julgamentos equilibrados. Para esse autor, os revisores constituem um grupo complementar de *gatekeepers*, que atuam filtrando o fluxo de informações entre autores e leitores.

Stumpf (2005, p. 113) observou que “a avaliação de originais, quase sempre, não traz reconhecimento público e muito menos remuneração para os participantes. Mas muitos cientistas consideram a tarefa como parte de suas obrigações com a ciência”. Observação semelhante fez Meadows (1999), que sugeriu que o trabalho como revisor em uma publicação periódica pode assumir tanto o caráter de dever, como no caso de pesquisadores mais experientes, quanto o de servir ao reconhecimento de uma competência, como uma honraria, para o caso de pesquisadores iniciantes, mais jovens. O fato é que, independente de como os pesquisadores encaram o ganho simbólico de atuar como revisores, esse tende a ser o único retorno que os periódicos lhes dão por essa atuação, já que não é comum a prática de remunerá-los. No máximo têm seus nomes publicados na edição em que colaboraram.

Valério (1991) restringiu o corpo editorial dos periódicos aos editores, membros do conselho editorial e revisores, mas Población *et al* (2003) incluíram também os redatores e revisores encarregados do processo de normalização; os jornalistas, publicitários, secretárias, gerentes, diagramadores e demais profissionais que apóiam tecnicamente a

edição da publicação, quer no suporte impresso, quer no eletrônico, executando os processos de produção editorial e gráfica, de gerência administrativa e financeira, de comunicação e de marketing.

Trata-se de um quadro geral dos recursos humanos geralmente alocados na edição de periódicos. Nem todos os veículos, contudo, podem contar com todos esses profissionais para sua produção, pois nem todos dispõem da mesma quantidade de recursos físicos e financeiros para custear a edição e manter um quadro permanente de profissionais. Meadows (1999) observou que em veículos de “grande porte” os editores dedicam-se exclusivamente ao trabalho no periódico, mas nos veículos “menores” a edição depende quase que exclusivamente do trabalho voluntário e gratuito dos pesquisadores da instituição. Valério (1991) constatou que, em praticamente todas as publicações nacionais que investigou, os editores dividem seu tempo entre o trabalho no veículo e a função acadêmica e raramente são remunerados por seu trabalho editorial, confirmando a observação de Meadows sobre os veículos “menores”. A autora constatou também que, nessas publicações, as equipes não ultrapassavam, em média, três pessoas (op.cit.).

Há duas décadas Schwartzman (1984), como consultor do programa de apoio editorial das agências de fomento, já observava que os periódicos “dependem do esforço e dedicação pessoal de um editor que se torna insubstituível”, observação essa que não perdeu sua atualidade. Vale o registro das palavras de Luis Carlos Lopes, editor do periódico eletrônico *Ciberlegenda*, que se encontra entre os mais bem avaliados da área de Comunicação do país. Lopes, em entrevista que nos foi concedida em outubro de 2005, ressaltou que o editor experimenta “uma grande solidão”, pois trabalha isolado, sem muito apoio. Ressalta-se, outrossim, que no panorama nacional vigora o amadorismo na maioria das publicações independente de sua instituição editora, decorrente da falta de recursos e de apoio institucional. Tantas carências resultam no óbvio: a maioria dos periódicos nacionais não consegue atingir os padrões de qualidade “internacional”, isto é, aqueles que emanam das publicações de “grande porte”, editadas pelas ricas editoras comerciais e universitárias e sociedades prestigiadas dos países desenvolvidos. Amadorismo, falta de recursos e apoio institucional refletem-se diretamente nos processos editoriais, como será discutido na próxima seção.



b) Processos editoriais: da captação de originais à promoção da publicação

A cadeia de produção de um periódico estende-se da elaboração intelectual dos conteúdos pelos autores à recepção da publicação pelos leitores. Dependendo do veículo, esses conteúdos variam bastante; podem ser apenas artigos, mas podem incluir também resenhas, relatos de pesquisa e de experiência, entrevistas, resumos de teses e dissertações, etc. Nessa cadeia, o trabalho dos editores inicia-se, *grosso modo*, com a captação de originais ou a encomenda de trabalhos junto aos autores, que podem ser pesquisadores, pesquisadores-docentes, estudantes de pós-graduação, dependendo do tipo de conteúdo.

Observa-se que os veículos não remuneram os autores pelos conteúdos que publicam, como acontece, por exemplo, em revistas tradicionais, onde os articulistas são pagos pelo material que fornecem aos veículos. Outrossim, ressalta-se que, sendo os autores geralmente pesquisadores ativos que desenvolvem pesquisas em organizações diversas, essas podem também ser vistas como fornecedoras de conteúdo aos periódicos.

A encomenda de trabalhos, como resenhas e artigos de revisão, é geralmente feita pelos editores diretamente aos autores (TARGINO, 1998; GREENE, 1998). Publicações de prestígio atraem muitos autores, de maneira que têm afluxo constante de originais, especialmente artigos; nelas, os editores têm menos trabalho para captar os originais do que para selecioná-los (MEADOWS, 1999). Para facilitar a captação desses materiais, os editores podem recorrer a chamadas para submissão de trabalhos, divulgadas na página eletrônica do veículo ou da instituição, em *mailing lists* de programas de pós-graduação e redes de pesquisa, em murais e quadros de avisos de instituições. Podem também divulgar eles mesmos para colegas e outros contatos pessoais, através do “boca-a-boca”. É função do editor fazer isso. Por outro lado, muitas publicações recebem originais em fluxo contínuo, estando permanentemente abertas à submissão de artigos pelos autores.

Cada veículo tem suas próprias normas e regras para a elaboração e a submissão de originais, ainda que no geral procurem seguir os padrões internacionais, aqui firmados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No geral, os materiais devem ser redigidos em editor de texto, usando determinadas fontes (*Arial* ou *Times New Roman*) em tamanho específico, com espaçamento; devem ser remetidos ao veículo em cópia impressa, acompanhada de versão eletrônica em disquete ou *cd* (muitas publicações recebem também por correio eletrônico).

Bomfá e Castro (2004) relataram a prática de protocolação dos originais recebidos na *Revista Produção On-line*, independentemente se serão ou não encaminhados para avaliação. Poblacion *et al* (2003) também incluíram a protocolação como uma etapa no fluxograma do artigo ao longo dos processos editoriais. Contudo, pesquisando junto a autores e editores correntes de periódicos nacionais da área de Comunicação, verificou-se que essa prática não é tão comum, revelando o baixo nível de formalização dos processos editoriais.

O processamento de artigos e o de outras matérias são feitos de forma diferente. Aquele primeiro implica a avaliação dos conteúdos pelos revisores ou árbitros; já no caso de outras matérias, como resenhas, entrevistas, notas, informes e outros, os revisores não são necessariamente acionados, cabendo aos editores avaliá-los e decidir sobre sua publicação (KING E TENOPIR, 1998; VALÉRIO, 1991). A avaliação dos originais observa dois aspectos: a forma e o conteúdo (GREENE, 1998; KUNSCH, 2004; POBLACION ET AL, 2003). A avaliação da forma fica a cargo dos editores e de revisores de texto e ortografia que os assistem, se houver. No caso dos artigos, os editores recebem os materiais e fazem uma primeira triagem ou pré-avaliação; os que conseguem passar pelo seu crivo são encaminhados aos revisores, para que esses avaliem seu conteúdo científico e recomendem ou não sua publicação. Segundo Bishop (1984), o sistema de avaliação editorial pode ser centralizado na figura do editor, que pré-seleciona originais, escolhe revisores e lhes encaminha os materiais; mas pode ser descentralizado, quando a função é exercida por uma secretária que encaminha os originais recebidos ao conselho editorial, o qual seleciona originais e revisores e lhes repassa o material para avaliação.

Os revisores são pesquisadores ativos; têm geralmente experiência, reconhecimento e autoridade na matéria em que arbitram para os periódicos. São pares em relação aos autores que submetem originais para publicação. O processo de revisão pelos pares é tido como o mais importante na edição dos periódicos; continua sendo o principal controle de qualidade dos conteúdos publicados. Para Meadows (1999, p. 182), esse processo se disseminou de tal forma que “a publicação num periódico ‘devidamente submetido à avaliação’ é vista hoje em dia, em geral, como um sinônimo de pesquisa aceitável”. Targino (1998) reconheceu que, mesmo com as deficiências do processo, há uma tendência crescente para

encarar a revisão pelos pares como o instrumento mais eficiente para aferir a qualidade das contribuições que são veiculadas nos periódicos.

Os revisores são escolhidos pelos editores dentre seus contatos institucionais, profissionais e pessoais, ou indicados por terceiros, como colegas, outros revisores e membros do conselho editorial. O número de revisores envolvidos na avaliação dos originais varia conforme o veículo e o próprio volume de originais que passam pela pré-seleção, assim como também varia a maneira como a avaliação é processada entre autores, editores e revisores. Valério (1991) verificou que a política editorial mais corrente estipula de um a três o número de revisores para avaliar cada artigo; Greene (1998) relatou o uso de dois a três no BJMBR; Bomfá e Castro (2004) afirmam que a *Produção on-line* recorre a três avaliadores; já Lopes (2005) revelou que na *Ciberlegenda* geralmente são dois.

Os critérios de avaliação do conteúdo que devem ser observados pelos revisores variam conforme o veículo e a área de conhecimento ou especialidade. Meadows (1999) sugeriu, contudo, que no geral são três os pontos básicos avaliados: originalidade, correção e importância da contribuição para a área de pesquisa. Greene (1998) ressaltou que, no caso do BJMBR, os revisores devem verificar a originalidade e a importância da contribuição, mas devem observar também o quão relevantes são a metodologia usada pelo pesquisador, os resultados que produziu e mesmo a discussão e os recursos visuais que apresentou no artigo.

O editor da BJMBR relatou a utilização de formulários de avaliação para orientar e facilitar o trabalho dos revisores; formulários são também utilizados pela revista *Química nova*, da SBQ, e pela *Produção on-line*, fruto de parceria entre a Associação Brasileira de Engenharia de Produção (ABEPRO) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (BOMFÁ E CASTRO, 2004). A utilização de formulários facilita o processo de avaliação e de elaboração dos pareceres pelos revisores e também ajuda no trabalho dos editores de decidir sobre a publicação dos trabalhos. Nenhum dos veículos da área de Comunicação aqui pesquisados, contudo, revelou a adoção de formulários. Acredita-se que, assim como a prática da protocolação, o uso de formulários seja raro ou pouco freqüente, denotando o baixo nível de profissionalização e formalização dos processos editoriais.

Com base nos critérios estabelecidos, os revisores avaliam as contribuições que lhes foram submetidas e emitem pareceres contendo seu julgamento. Basicamente, os pareceres

podem resultar em três recomendações: aceitar o artigo imediatamente, aceitar o artigo mediante alterações e recusar imediatamente o artigo. Valério (1991) verificou que nos periódicos por ela investigados a maioria dos artigos é aceita mediante alterações. Greene (1998) defendeu que os revisores devem justificar a recomendação que fizeram em seus pareceres, tecendo considerações sobre o trabalho julgado. Conforme o editor (ibidem, p. 231), “uma recomendação sem uma análise do trabalho não é aceitável: ‘o trabalho é bom, aceite-se’, ou ‘o trabalho é ruim, rejeite-se’. Isso não é um parecer”. No caso de artigos aceitos mediante modificações, tais considerações são indispensáveis, já que a modificação dos artigos para publicação é um processo de negociação entre autores e revisores, intermediado pelos editores.

O sistema de avaliação pelos pares nos periódicos pode ser aberto ou fechado, significando que o grau de confidencialidade varia de um para o outro (PESSANHA, 1998). No sistema aberto, autores e revisores são conhecidos, isto é, os autores sabem quem revisará seu artigo e os revisores sabem quem são os autores cujos trabalhos estão avaliando. Já no sistema fechado, garante-se o anonimato de autores e revisores: daqueles, mediante a retirada do nome do(s) autor(es) do artigos e desses, pela manutenção de seu nome em sigilo por parte dos editores. Pessanha (ibidem) ressaltou que ainda é possível que os avaliadores conheçam os avaliados, mas não conhece casos em que apenas os avaliados conhecem os avaliadores. Em indagando pesquisadores da área de comunicação que atuam como revisores, verificou-se que a prática mais comum é do anonimato de autores e revisores.

Para Coimbra Jr. (1998), editor dos *Cadernos de Saúde Pública*, a confidencialidade é fundamental para garantir ao revisor que esse proceda com uma análise mais justa e equilibrada dos artigos, pois o protege de animosidades e deixa mais à vontade para criticar o material avaliado. Isso é importante na medida em que autores e revisores geralmente participam de uma mesma comunidade científica. Ainda assim, observou Targino (2000), justamente porque autores e revisores se conhecem da comunidade científica, na prática é fácil para o revisor saber quem é o autor do artigo que avalia, por conta da delimitação do tema, das auto-citações, das abordagens e linhas de pesquisa, do estilo do texto, etc.

A revisão pelos pares não é um processo isento e parcial e pode incorrer em diversos problemas e distorções, desde o uso aético dos resultados das pesquisas submetidas à

publicação à ocorrência de vieses na avaliação por parte dos revisores (DAVYT E VELHO, 2000). Vários fatores podem interferir no julgamento dos revisores: suas próprias crenças, valores e convicções e outros fatores de ordem pessoal; o prestígio do autor e da instituição a que ele se vincula; gênero; nacionalidade do autor e da instituição (MEADOWS, 1999; PESSANHA, 1998; TARGINO, 1998). Argumenta-se que tal sistema tenda a favorecer os pesquisadores e instituições mais prestigiados. Meadows (op.cit.), contudo, não acredita que o sistema de avaliação por pares nas publicações favoreça os produtores mais eminentes e prestigiados. Ele argumenta que não há estudos conclusivos a respeito do viés na avaliação, mas que uma boa estratégia para evitá-lo é garantir o anonimato entre autor e avaliador. Mas suprimir qualquer viés, qualquer interferência é praticamente impossível, pois, como argumentou Meadows (1999, p. 192), “os avaliadores procuram opiniões que sejam coincidentes com as suas próprias”.

Quanto ao tempo que os revisores levam para avaliar os originais, esse geralmente varia. Segundo Meadows (ibidem), varia de três a 12 meses, havendo casos em que se estende por até quase dois anos. Como argumentaram Bomfá e Castro (2004), é fundamental que os editores estipulem prazos para os revisores avaliarem os originais e devolverem seus pareceres. Estipulando prazos os editores tornam o processo mais formal e controlado. E formalidade e controle são aspectos deficientes nos periódicos nacionais.

Turoff e Hiltz (1982) atribuíram à demora na revisão pelos pares o motivo de muitas publicações serem irregulares; os revisores atrasam e os editores não conseguem lançar os fascículos dentro da periodicidade definida. Biojone (2002) sugeriu que a adoção do meio eletrônico na gestão do processo de revisão pelos pares pode contribuir para agiliza-lo, mas não resolve de todo o problema, pois nem os periódicos eletrônicos estão livres das demoras e atrasos. O problema, aqui, não é apenas tecnológico. Edições atrasam por falta de recursos financeiros para custear a impressão e a distribuição, e não raro o dinheiro demora mais que os revisores. Tributar à velocidade do processo de revisão a culpa pelos atrasos pode ser um engano; seria necessário, para constatar essa relação, investigar comparativamente veículos grandes e pequenos e de diversas áreas, o que não é objetivo deste trabalho.

Com base nos pareceres, os editores decidem sobre a aceitação final ou não dos artigos. Essa pode ser decidida pelo editor científico individualmente; pode ficar a cargo dos

editores adjuntos, assistentes ou seccionais, se houver; pode envolver os membros do conselho editorial (VALÉRIO, 1991). As taxas de recusa de originais costumam ser mais altas em veículos de maior prestígio, já que têm afluxo maior de originais. Meadows (1999) sugeriu que essas taxas variam também em função de outros fatores, como o nível de consenso sobre os padrões de aceitabilidade para as pesquisas e a disponibilidade de recursos para a impressão da publicação, que pode restringir o espaço existente para o conteúdo em cada fascículo e, assim, o número de artigos publicados por edição (isso não aconteceria, por exemplo, no meio eletrônico). Decidido o conteúdo da edição, os autores são comunicados da aceitação ou recusa de seus trabalhos; novamente, a comunicação pode ficar a cargo do editor científico ou chefe, ou dos editores que o assistem, ou mesmo ser desempenhada por uma secretária ou outro profissional de apoio (POBLACION ET AL, 2003).

Em paralelo à avaliação do conteúdo científico dos artigos, outras matérias, se houver, são processadas: o material encomendado, tais como artigos de revisão e resenhas, é elaborado pelos autores, avaliado pelos editores, revisado e aprovado ou não; o mesmo ocorre com entrevistas, relatos e outras comunicações. Espera-se de todo conteúdo publicado nos periódicos, especialmente dos artigos, que passe pelo processo de normalização, mediante o qual as estruturas textuais, títulos, nomes de autores, referências bibliográficas, citações, notas e quaisquer outros elementos textuais e gráficos dos textos são adequados aos padrões internacionais de publicação. A normalização é fundamental para a posterior recuperação das informações pelos leitores das publicações. Outrossim, observa-se que a falta de normalização é um problema que atinge periódicos no mundo inteiro, sendo bastante comum aqui no Brasil também, como vêm apontando Krzyzanowski e Ferreira (1998, 2003), Yamamoto (2002) e outros. Estudo feito por Martins (1986), ainda que desatualizado, constatou divergências entre veículos nacionais quanto à aplicação das normas da ABNT.

Os processos de editoração são hoje informatizados; há um certo número de ferramentas de *software* que automatizam a elaboração e o tratamento de textos e imagens. São programas de processamento de texto, de criação de planilhas, bancos de dados, *layouts* e diagramação, de tratamento e manipulação de imagens e cores, de geração de fontes tipográficas (BAER, 1995). Tais ferramentas agilizam o processo de editoração e,

por conferirem maior flexibilidade no tratamento e manipulação das informações, possibilitam que, à medida que os conteúdos são aprovados, sejam encaminhados para a editoração propriamente dita, isto é, sejam preparados tecnicamente para publicação. Veículos impressos e eletrônicos seguem basicamente os mesmos processos: tratamento de textos e imagens, elaboração de *layouts* internos e externos, formatação e diagramação de conteúdos, revisão final.

No caso dos impressos, a edição resulta num arquivo que é encaminhado para a gráfica para ser impresso, encadernado ou grampeado e preparado para distribuição. No caso dos eletrônicos, há também ferramentas para a publicação *on-line* e a gestão de processos nesse meio. Dentre essas ferramentas, há as de *software houses* do mercado, mas deve-se destacar certo número de ferramentas baseadas em software livre, como o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) e a ferramenta conexas à metodologia SciELO. O SEER é uma tradução realizada pelo IBICT da ferramenta *Open Access Journals* desenvolvida pela Universidade de British Columbia, do Canadá. É baseado em software livre e é mais do que uma ferramenta de editoração eletrônica, incorporando aplicativos de *workflow* para a gestão dos processos editoriais, inclusive do processo de revisão pelos pares. Segundo o IBICT, o sistema é hoje utilizado por 60 veículos nacionais. Já o SciELO é uma biblioteca virtual de publicações eletrônicas, desenvolvida pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP) em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e editores científicos (Biojone, 2003). Segundo Arellano, Ferreira e Caregnato (2005), o SciELO é dotado de uma ferramenta que permite o tratamento do conteúdo, a combinação de fontes de informação via hipertexto, a exportação de metadados e a produção de estudos bibliométricos e indicadores de impacto.

Ferramentas como o SEER e SciELO são importantes e vêm sendo estimuladas no contexto nacional porque trazem mais profissionalismo à produção e gestão dos veículos brasileiros, que são muito fracos nesse aspecto. Além disso, são de livre acesso e, para as instituições editoras, muito mais atraentes do ponto de vista econômico do que as ferramentas tradicionais disponíveis no mercado, que são muito caras – e recursos para a editoração científica no Brasil são muito escassos.

O trabalho de edição de periódicos incorpora também as atividades de comunicação e *marketing* (MEADOWS, 1999; POBLACION ET AL, 2003). A comunicação diz respeito à

disseminação e divulgação da publicação junto à comunidade científica e ao público-leitor. Não há propósito em produzir publicações com primor e qualidade gráfica e científica se suas informações não chegam aos públicos pertinentes. Para que cheguem, é preciso que o veículo se torne visível, que seja registrado nas fontes secundárias e terciárias, isto é, incluído em periódicos de resumos, indexadores, bibliografias e outros. É imprescindível, para isso, que o veículo se torne acessível aos leitores, pois também não adianta haver instrumentos de recuperação se as informações não podem ser de fato acessadas pelos leitores.

O êxito da comunicação depende de sua articulação com outras estratégias de *marketing*, sobretudo estratégias de comercialização e distribuição. A comercialização lida com a venda de exemplares e assinaturas, mas inclui também a captação de recursos para a publicação. Já a distribuição diz respeito à logística de entrega de exemplares, da qual os periódicos eletrônicos estão desobrigados, a menos que mantenham também versões impressas.

Por fim, vale mencionar ainda que a edição de periódicos implica alguns processos gerenciais e administrativos que são imprescindíveis para a produção da publicação e o bom funcionamento do veículo como um todo. São eles a manutenção de instalações e equipamentos; a gerência financeira e o controle de fluxo de caixa e pagamentos; a proteção dos direitos sobre a propriedade intelectual e autoral.

Novamente, é preciso reconhecer que as instituições editoras brasileiras enfrentam problemas nessas matérias. Processos pouco formalizados, falta de apoio institucional e ausência de infraestrutura própria, em termos físicos, tecnológicos e humanos, são problemas que afetam as instituições editoras e as publicações nacionais já de longa data. Lemos (1978) analisou publicações na área de saúde e observou a ausência de infraestrutura adequada para a continuidade das publicações; já Miranda (1981) voltou-se para os da Ciência da Informação e constatou o baixo nível de estruturação e institucionalização das publicações. Schwartzman (1984), enquanto consultor de agências de fomento para programas de apoio a publicações, observou então que as revistas nacionais freqüentemente não tinham estrutura administrativa permanente e própria, dependendo por vezes do esforço gratuito de um editor que assumia a maior parte das funções. Costa (1988) investigou veículos nas áreas biomédicas; verificou problemas na



editoração e na normalização, carência de apoio institucional, insuficiência de recursos financeiros e humanos, descontinuidade nas publicações e amadorismo na profissão do editor. Valério (1991), que investigou veículos apoiados por agências de fomento, constatou que muitos veículos careciam de estrutura administrativa própria e contavam com equipes enxutas, onde três pessoas em média acumulavam todas as funções.

Stumpf (1998) e Muller (1999), já no final da década de 1990, constataram que, no geral, persistem os mesmos problemas: amadorismo nos processos editoriais, falta de apoio institucional e infraestrutura adequada. Targino (2000), que investigou veículos brasileiros indexados pelo ISI, percebeu que o nível de profissionalismo na edição dos periódicos fica comprometido devido ao acúmulo de funções paralelas por parte dos editores, dentro e fora dos veículos, à falta de capacitação dos editores para a gestão dos processos editoriais e à própria falta de incentivo financeiro aos editores por seu trabalho nas publicações. Targino e Castro (2001), que analisaram periódicos eletrônicos da área médica e biológica editados pelo Grupo *e-pub*, verificaram que o amadorismo persiste, assim como o “subdimensionamento do gerenciamento”. Marcuschi (2001) investigou periódicos de Letras e Artes e também constatou a pouca profissionalização de instituições editoras e editores, que acumulam funções e não têm capacitação para gerir os processos editoriais. Problemas na gestão dos processos editoriais são particularmente salientados por Bomfá e Castro (2004), que relatam experiência com veículo eletrônico na área de Engenharia de Produção.

### **3.5 Custos e preços**

Segundo Eliseu Martins (1998), os custos remetem aos gastos e às despesas com bens e serviços utilizados na produção de outros bens e serviços. Ching (2003) distinguiu entre custos diretos e indiretos; são diretos quando podem ser diretamente apropriados ao objeto de custo, como, por exemplo, os custos de matéria prima e mão-de-obra, e indiretos quando não podem ser diretamente apropriados senão por meio de rateios e estimativas, tais como os gastos com instalações, tarifas públicas, etc. Quanto ao comportamento, Atkinson *et al* (1997) ressaltaram que os custos podem ser fixos ou variáveis: são fixos quando não variam em função do volume da produção e são variáveis quando alterações no volume da produção os modificam.

King e Tenopir (1998), que investigaram a economia de produção de periódicos, observaram que os custos de produção de publicações periódicas geralmente consistem de dois componentes: custos fixos associados com a produção da matriz (os originais) e custos variáveis associados com a reprodução (impressão) e a distribuição dos exemplares. Os custos fixos incorporam os gastos e as despesas relacionados com o processamento de artigos e outras matérias, ou seja, com a captação, a encomenda e o recebimento de originais, a seleção de revisores e o processo de revisão propriamente dito, a revisão textual e ortográfica, a normalização, o tratamento de imagens, a elaboração de *layouts* internos e externos, a formatação e a diagramação dos conteúdos, a edição da cópia final. Entre os custos fixos encontram-se também alguns custos indiretos importantes, como os associados com os serviços de apoio à edição, dentre eles a comunicação e o *marketing*, a gestão da equipe e das finanças, a manutenção de instalações e o controle ou proteção dos direitos autorais.

Nos periódicos, custos fixos são altos e dizem respeito aos gastos e às despesas com remunerações, matérias-primas, equipamentos e ferramentas de trabalho, serviços de terceiros, etc. Para os impressos, os custos variáveis são os que incidem sobre a impressão – elaboração de fotolitos, composição, impressão, acabamento –, e sobre a distribuição, incluindo gastos e despesas com o envio e a postagem de exemplares e a manutenção de assinaturas. São variáveis porque se alteram conforme o volume de informações por edição e a quantidade de exemplares reproduzidos (tiragem).

No caso de publicações eletrônicas, apontaram King e Tenopir (op.cit.), os custos com impressão e distribuição são substituídos pelos com o armazenamento e a disseminação em meio eletrônico, que são *relativamente* menores nesse meio. Mas ainda permanecem os elevados custos fixos com mão-de-obra, infraestrutura e serviços de terceiros. Ainda assim, os investimentos realizados no desenvolvimento de meios eletrônicos para a disseminação de periódicos por *e-mail* e pela Internet, bem como o aumento da quantidade de artigos por periódico nessa mídia, vêm sendo usados como justificativa pelos gigantes editoriais do setor, como a Elsevier, para o crescente aumento no preço das publicações, tanto em meio impresso quanto no eletrônico (OFT, 2002).

A elevação dos custos de produção dos periódicos empurra para cima os preços das publicações, o que vem preocupando editores, leitores e consumidores no mundo inteiro e

já há algumas décadas. Segundo King e Tenopir (1998), a escala de preços começou na década de 1970, trazendo como consequência o declínio no número de assinaturas individuais e o aumento dos preços das assinaturas institucionais. Isso afetou sobremaneira as bibliotecas, de quem os pesquisadores passaram a depender cada vez mais. Robertson (2002) estimou que os preços das assinaturas de periódicos CTM aumentaram em média 11% nos países desenvolvidos na última década, chegando próximo aos 20% para as publicações de astronomia. O OFT (2002) constatou que, no mercado britânico, os preços dos periódicos CTM subiram muito acima da inflação na última década.

Estudos comparativos entre os preços das publicações editadas por editoras comerciais e por instituições que não visam o lucro com a edição das publicações revelam que os preços daquelas primeiras são substancialmente mais altos do que os dessas (BERGSTROM E BERGSTROM, 2001; BINMAN, KIRBY E APT, 1997; HOUSE OF COMMONS, 2004; OFT, 2002; MACCABE, 2002). As editoras comerciais cobram preços mais altos por visarem o lucro com a publicação dos periódicos, enquanto que as outras instituições estão mais propensas a apenas cobrir os custos de produção com a comercialização das publicações e a reinvestir o lucro obtido, se houver, na própria produção.

Van Orsdel e Born (2005) realizaram uma pesquisa de preços de 4.893 periódicos indexados em três bases de dados do ISI (*Science Citation Index*, *Arts and Humanities Citation Index* e *Social Science Citation Index*), provenientes de quase 30 países das Américas, Europa, África, Ásia e Oceania. Verificaram que o preço médio da assinatura por título, no período entre 2001 e 2005, estava na casa de US\$ 2.200 em países da América do Norte, de US\$ 2.100 em países europeus, de US\$ 109 nos asiáticos, de US\$ 14 em países da América do Sul, e custavam em média apenas US\$ 9 nos países da África (ibidem, ver tabela 3). Comparando os preços dos periódicos conforme a disciplina, verificaram que os periódicos mais caros são os das áreas de química e física, que custavam respectivamente US\$ 2.800 e US\$ 2.700 por título em 2005; em áreas como a botânica, a biologia, a astronomia, a geologia e as ciências da computação, os preços oscilaram entre US\$ 1.000 e US\$ 1.500; periódicos de história, música, língua e literatura estavam entre os poucos cujo preços médios eram menores do que US\$ 200 (ibidem, ver tabela 2). Os

autores calcularam ainda o preço médio de um título indexado nas três bases do ISI: ficou na casa dos US\$ 1 mil (ibidem, ver tabela 3).

Aqui no Brasil, como já mencionado anteriormente, não há pesquisas aprofundadas ou detalhadas sobre o mercado de periódicos científicos e técnico-científicos. Contudo, em breve pesquisa na Internet, a autora levantou os preços de algumas publicações nacionais. A assinatura anual da revista *Química nova*, da SBQ, custa US\$ 77 para instituições estrangeiras, US\$ 50 para bibliotecas nacionais e US\$ 66,3 para os sócios da sociedade; os *Cadernos de saúde pública*, do Instituto Oswaldo Cruz, têm assinatura anual vendida a US\$ 91 para instituições brasileiras e US\$ 200 para estrangeiras. Já a assinatura anual da *Revista brasileira de ciências da comunicação*, editada pela INTERCOM, custa US\$ 22,7 para quaisquer assinantes.

A alta de preços não veio acompanhada do aumento nos orçamentos das bibliotecas; pelo contrário, autores como Van Orsdel e Born (2005), Steve Cohn (2003), Robertson (2002), argumentaram que os orçamentos diminuiriam à medida que os preços aumentaram – o que também foi concluído no relatório setorial elaborado pela *House of Commons*, do Reino Unido (2004). Vendo seu poder de compra diminuído, as bibliotecas se viram forçadas a buscar alternativas para não deixar de oferecer aos pesquisadores o acesso à literatura de que precisam, inclusive porque os títulos não são substituíveis na prática. Robertson (2002) e Meadows (1999) mencionaram os empréstimos como uma dessas alternativas; Biojone (2003) lembrou da formação de consórcios para a aquisição conjunta de títulos, como o Programa Biblioteca Eletrônica (ProBE), que congrega a FAPESP, a BIREME, cinco universidades públicas além de outras 33 instituições de pesquisa, todas do estado de São Paulo.

### **3.6 Distribuição e disseminação**

A distribuição pode ser entendida como a fase intermediária entre a editora e o consumidor final, compreendendo as operações logísticas e comerciais e os canais de venda direta ou indireta por meio dos quais as publicações chegam ao consumidor (EARP E KORNIS, 2005; GORINI E BRANCO, 2000). Na venda direta, a editora vende e distribui suas próprias publicações, dispensando intermediários; já na venda indireta, recorre a

agentes comerciais, distribuidores e pontos de vendas, que intermediam a distribuição e a venda das publicações entre editoras e leitores.

A distribuição dos periódicos é uma tarefa complexa, dado que esses veículos no geral interessam a públicos bem segmentados e por vezes dispersos geograficamente. Como observou John F. Dill (2004), membro da *International Association of STM Publishers*, a distribuição dos periódicos é no geral intermediada por agentes, que representam as instituições editoras junto aos consumidores finais, assumindo ou contribuindo para a comercialização e a gestão de assinaturas. Gene Kean (2005), executivo da Allen Press Inc., realizou pesquisa para verificar as tendências de preços dos periódicos STM em 2005; em sua investigação, estimou em cerca de dois mil o número de agentes e livrarias especializadas que comercializam as assinaturas dos títulos em mais de 120 países, mas constatou a predominância dos agentes nessa atividade. Biojone (2003) constatou que a distribuição da maior parte dos títulos de prestígio internacional está a cargo de agentes comerciais que detêm exclusividade sobre sua comercialização, tendendo, por isso, a adotar preços elevados para os produtos. Já o OFT (2002) verificou que, no Reino Unido, apenas três dos maiores agentes do mercado movimentam entre 70% e 90% dos negócios do setor.

No Brasil, segundo Earp e Kornis (2005) e Gorini e Branco (2000), que investigaram a cadeia da produção editorial no país, a distribuição é um dos pontos mais sensíveis e problemáticos do mercado editorial como um todo. Além de o Brasil ser um país de dimensões continentais, o que por si só já torna operações logísticas mais complexas, os serviços de distribuição são ofertados por um número bastante reduzido de organizações. Em suas pesquisas, esses autores constaram que a distribuição tende a ser descentralizada e pulverizada, sendo executada em sua maioria por empresas de médio porte, e verificaram tendência entre as casas editoriais de venderem diretamente ao consumidor, distribuindo elas mesmas os exemplares e dispensando intermediação.

Instituições editoras de periódicos apresentam essa mesma tendência. Targino (2000), que analisou as 17 revistas brasileiras indexadas nas bases do ISI em 1999, constatou que mais de 76% dos títulos eram distribuídos pelas próprias instituições editoras, sendo que prevalecem no universo pesquisado sociedades científicas e associações profissionais, seguidas das universidades públicas e privadas. Valério (1991) verificou que, entre os 17 veículos que analisou, o principal canal de distribuição adotado era a doação, incluindo-se

aí a remessa de exemplares aos membros de sociedades e associações, que as recebem em retorno ao pagamento das mensalidades. Castro, Ferreira e Vidili (1996) analisaram uma coleção de 311 títulos latino-americanos indexados na Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e no MEDLINE, que dividiram em dois grupos, o MDL, que conta com 13 títulos brasileiros, e o NMDL, com 132 veículos nacionais. Verificaram que no grupo MDL mais de 95% das publicações eram distribuídas por permuta e que, no NMDL, esse percentual era de 53,8%. No restante das publicações, os exemplares eram no geral distribuídos gratuitamente, encaixando-se, portanto, na categoria das doações. Silveira e Oddone (2004) observaram que as universidades, além de fazerem doações e permutas, também vendem e distribuem os periódicos através de suas próprias editoras ou de editoras comerciais, com quem têm parceria.

Valério (1991) identificou alguns problemas que afetam a distribuição dos títulos no país. A começar, os veículos nacionais destinam-se a um público-alvo reduzido e contam com um número restrito de assinantes, que permanece limitado com a constante prática das doações. De fato, as doações agem contra o sistema de assinaturas – por que uma biblioteca ou programa de pós-graduação vai adquirir a assinatura de um título se pode obter exemplares gratuitamente? Por outro lado, o que um editor deve fazer com os exemplares que não consegue vender? Deixá-los no encalhe também não pode ser uma alternativa, daí recorrerem às doações e permutas. Os editores precisam se esforçar para ampliar seu portfólio de assinantes, seja incrementando as ações de comunicação e disseminação dos títulos, seja pensando, junto a agentes e distribuidoras, pacotes ou outras formas promocionais. Quanto à questão do tamanho reduzido do público-alvo, as soluções são mais complexas, pois exigem, em essência, que se aumente o tamanho da comunidade científica brasileira, o que por sua vez supõe ações políticas mais amplas e profundas que extrapolam o âmbito de atuação dos editores.

Para Valério, contudo, é a baixa qualidade e o pouco prestígio das publicações nacionais que fazem com que os pesquisadores e as bibliotecas não as assinem, dando preferência a veículos estrangeiros. O argumento é válido, mas não se pode olvidar que as bibliotecas, que têm mais poder aquisitivo do que os pesquisadores individualmente, estão sujeitas a restrições orçamentárias e diretrizes políticas que norteiam a distribuição de verbas para aquisição. Nessa matéria, a política corrente da CAPES vem favorecendo a

assinatura de títulos estrangeiros via Portal dos Periódicos e diminuindo drasticamente as verbas repassadas diretamente às instituições para as bibliotecas. Isso não significa, por outro lado, que a qualidade intrínseca dos títulos não influencie as decisões de aquisição por parte de bibliotecas e pesquisadores. Influencia e por isso os editores precisam se empenhar em melhorar as publicações. Mas sem mudanças políticas esse quadro não pode ser revertido.

Com público leitor reduzido, poucos assinantes e dificuldades logísticas de distribuição, as publicações nacionais acabam saindo em baixas tiragens e têm sua circulação comprometida. Os veículos brasileiros, constatou Valério (op.cit), não conseguem circular em nível internacional, ficando restritos às nossas fronteiras. Falta de credibilidade e prestígio, aliados às próprias dificuldades de distribuição, estão entre as causas. Marcuschi (2001), que investigou 128 veículos da área de Letras e Lingüística, verificou que as publicações dessa área circulam quase que exclusivamente na pós-graduação. Com os títulos da área de Comunicação pesquisados, ocorre o mesmo. A maior parte dos periódicos não circula efetivamente, isto é, não estão presentes nas bibliotecas das universidades e, quando estão, são coleções incompletas.

As dificuldades com a distribuição são apontadas por Stumpf (1998) e Muller (1999) como um dos problemas que afetam a regularidade das publicações nacionais. Bonini (2004) concluiu que as dificuldades logísticas associadas com a distribuição provocam a descontinuidade das publicações. Não conseguindo ser distribuídas, deixam de existir logo nas primeiras edições. Valério (1991, p. 96) ressaltou que, no país, dado o quadro de pobreza e instabilidade na edição dos periódicos, a regularidade “é elemento forte a emprestar credibilidade aos periódicos, pois a maioria não consegue cumprir seus prazos de publicação”. Para a autora, a falta de regularidade é das razões que impedem a circulação internacional das publicações. Já para Krzyzanowski e Ferreira (2003, 1998), a irregularidade na publicação e na distribuição dos veículos afeta os periódicos no Brasil assim como em outros países.

Se a distribuição corresponde às operações logísticas e comerciais por canais que fazem os títulos chegarem aos consumidores finais, a disseminação remete à inclusão das informações publicadas em fontes secundárias e terciárias, tais como periódicos de resumos, bases de dados, catálogos, bibliografias e índices. A inclusão nessas fontes é

indispensável para conferir visibilidade aos periódicos e facilitar a recuperação de suas informações pelos leitores dispersos no tempo e no espaço. Menzel (1966) e Kaplan e Storer (1968) incentivaram a conjugação de diversos recursos e canais na disseminação das mesmas informações, com o objetivo de incrementar sua visibilidade. Também Kaser (1990) defendeu que o registro de um periódico em fontes secundárias e terciárias amplia a recepção e a audiência dos veículos.

Para Targino (2000), a disseminação concretiza-se, sobretudo, via indexação em bases de dados, que são “um conjunto organizado de informações ou de documentos”. A autora distinguiu cinco tipos de bases de dados, conforme o conteúdo: as bibliográficas, que armazenam referências bibliográficas apenas a documentos; as não bibliográficas, que contêm registros de patentes, fotografias, mapas e outros documentos visuais, e podem também ser chamadas de bases de referências; as textuais, quando armazenam textos completos ou partes de textos; as factuais, que contêm estatísticas e outras informações numéricas ou alfanuméricas. Dependendo do suporte, as bases de dados podem ainda ser *on-line*, em videotexto, em videodiscos, em CD-ROM ou ainda serem privadas.

As bases de dados mantidas e comercializadas pelo ISI estão entre as mais prestigiadas internacionalmente. O ISI é uma empresa da corporação Thomson e oferece serviços de acesso, de informação bibliográfica e de citação, cobrindo um universo de cerca de 8.500 periódicos em mais de 250 disciplinas, das ciências naturais, sociais e humanas. O compromisso do ISI, observou Testa (1998), gerente do departamento editorial da empresa, é “oferecer uma cobertura ampla das mais importantes e influentes revistas publicadas em todo o mundo”. Mas o executivo reconheceu que serem as bases abrangentes não significa que cubram todo o universo de publicações existentes.

Conforme salientou Spinak (1998), as listas de veículos indexados pelo ISI foram construídas tomando como referencial a lei de concentração de Garfield (1974), fundamentada na lei de dispersão de Bradford (1934), segundo a qual um pequeno grupo de publicações veicula a maior parte das contribuições relevantes em uma área ou disciplina; pela lei de Garfield, os periódicos de menor relevância em uma área ou assunto têm relevância para outras, de maneira que, cobrindo-se um universo relativamente reduzido de publicações, torna-se possível abarcar a maior parte das contribuições significativas em todas as áreas.



A partir disso, o ISI vem se valendo de rigorosos procedimentos e critérios para a seleção e avaliação e dos títulos. Spinak (op.cit.) argumentou que tais critérios são parciais e inadequados para avaliar as atividades científicas e as publicações dos países em desenvolvimento, já que impõem os padrões de qualidade e performance da ciência *mainstream*, muito distante dos atingidos por esses países. Há fundamento no argumento do autor; na maioria das áreas científicas há um hiato muito grande na produção de países pobres e ricos, de maneira que os critérios devem ser ponderados ao invés de simplesmente universalizados. Por outro lado, se um país pobre almeja atingir o nível de desenvolvimento científico de outros mais ricos, não deve perder de vista os padrões de qualidade em pesquisa praticados nesses; tais padrões devem ser um norte para a produção, uma meta a ser atingida.

Outrossim, observa-se que, independente de serem ou não adequados para avaliar a produção científica dos países menos desenvolvidos, são esses os padrões de qualidade vigentes no ISI, com base nos quais seleciona veículos para indexar. O resultado óbvio é a pouca participação de países pobres como Brasil nas bases de dados desse instituto, como vêm apontando inúmeros autores, tais como Biojone (2003), Targino (2000, 1998), Muller (1999) e De Méis e Leta (1996). Segundo Targino (2000), em 1999 havia apenas 17 veículos brasileiros indexados pelo ISI, correspondendo a cerca de 0,75% de toda a literatura científica que constava nas bases – percentual mais alto do que os 0,57% aferidos por De Méis e Leta no ano de 1993 (op.cit., p. 47). Já Biojone (op.cit.) verificou que, em 2003, havia nessas bases 63 títulos da América Latina e Caribe, dois a mais do que em 2001, sendo 20 do Brasil, 14 do México e 10 do Chile, países com maior representatividade nesse bloco; o total de títulos latino-americanos e caribenhos correspondeu naquele ano a 0,72% do total de títulos indexados.

Há vários fatores que dificultam a inclusão dos periódicos nacionais em indexadores estrangeiros, sobretudo nos prestigiados do ISI. Um deles é o idioma, já que português é uma língua de pouca penetração se comparada com o inglês, hoje língua franca (KRZYZANOWSKI E FERREIRA, 2003, 1998; TARGINO, 2000, 1998; VALÉRIO, 1991). Dos 17 periódicos brasileiros indexados pelo ISI em 1999, apenas dois publicavam somente em português, mas traziam resumos e títulos bilíngües (TARGINO, 2000). Valério (op.cit.) observou que a maioria dos periódicos por ela investigados adotava o português

como língua principal e apenas um era publicado integralmente em inglês e dois exclusivamente em português. Mas fez interessante observação a respeito da prática dos editores: que há os que incentivam ou obrigam a elaboração de artigos em inglês e há os que deixam aos autores decidirem, dependendo do público-alvo que esses queiram atingir com seus trabalhos (ibidem). Se o inglês facilita a disseminação em âmbito internacional, pode prejudicar sua disseminação no contexto nacional, onde nem todos os membros da comunidade científica são fluentes na escrita e na leitura dessa língua.

Outros fatores que dificultam a inserção de títulos brasileiros nas bases prestigiadas são a irregularidade e a falta de normalização das publicações. Como ressaltou Testa (1998), a periodicidade regular e a adoção de convenções editoriais internacionais são critérios elementares da avaliação dos títulos pretendentes às bases do ISI. Krzyzanowski e Ferreira (2003, 1998) sugeriram que esses fatores afetam a qualidade da informação veiculada nas publicações nacionais, sobretudo porque não vêm sozinhos: a pouca originalidade dos artigos nacionais, processos inconsistentes de revisão pelos pares e escassez de recursos financeiros completam o quadro de problemas que fazem com que a ciência e a pesquisa brasileiras sejam pouco disseminadas e desfrutem de pouca visibilidade no cenário internacional.

O desenvolvimento de bases de dados regionais e locais tem sido uma saída encontrada por muitos países para incrementar a disseminação e a visibilidade de sua literatura, em face das restrições que geralmente encontram nas bases de dados controladas pelos países ricos, da ciência *mainstream*. O LILACS é uma base de dados desenvolvida de forma cooperativa pelas organizações que integram o Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, coordenado pela BIREME. Em operação desde 1982, o LILACS congrega a literatura de mais de 30 países, contando com quase 300 mil artigos (135 mil só do Brasil) e 680 títulos de periódicos. Outra iniciativa, mais recente, é o SciELO, em operação desde 1997, como resultado de parceria entre a FAPESP, a BIREME e editores científicos de diversas áreas de conhecimento. Segundo Abel Packer (1998), o SciELO é uma biblioteca virtual de periódicos eletrônicos, que organiza e publica textos completos, assim como produz e publica estatísticas de uso e impacto dessa literatura (como as produzidas pelas bases do ISI). Registrou, em 2005, mais de 126 mil artigos e 138 periódicos. Na área de Comunicação, vale citar a Coleção Eletrônica de Revistas em

Ciências da Comunicação (REVCOM), iniciativa da Rede de Informação em Comunicação dos Países de Língua Portuguesa (PORTCOM). Usa a tecnologia SEER e a metodologia SciELO e publica no meio eletrônico 8 títulos de coleções brasileiras e portuguesas.

LILACS, SciELO e REVCOM, assim como inúmeras outras bases regionais e locais, encontram-se em meio eletrônico, acessíveis pela Internet, que vem se apresentando como solução cada vez mais viável e atraente para a distribuição e disseminação da literatura científica. A publicação de conteúdo *on-line* traz inúmeras vantagens do ponto de vista da disseminação. Para Targino e Castro (2001, p. 31), traz mais flexibilidade, agilidade e abrangência à divulgação dos conteúdos, aspectos também ressaltados por Silveira e Oddone (2004), Biojone (2003), Meadows (1999) e outros.

Com o meio eletrônico surgiu a possibilidade de se oferecer acesso livre à literatura científica. Para Silveira e Oddone (op.cit.), o “acesso livre”, no caso dos periódicos, remete à distribuição gratuita de seus conteúdos pela Internet. Inclui tanto o caso daqueles veículos que sendo pagos publicam *on-line*, em um dado momento, suas edições anteriores, quanto o daqueles que, sendo totalmente gratuitos, são disseminados exclusivamente nesse meio. Se os periódicos eletrônicos já são uma realidade, também o são os repositórios digitais de artigos (*self-archiving*, *e-print archives*), organizados e mantidos por instituições ou consórcios para disseminar e armazenar os artigos de seus pesquisadores, tanto os já revisados e publicados em veículos eletrônicos ou impressos, quanto os não revisados e não publicados (BIOJONE, 2003; HOUSE OF COMMONS, 2004; SILVEIRA E ODDONE, 2004; WEITZEL, 2005).

A possibilidade de oferecer acesso livre à literatura científica vem atraindo muitos leitores, autores, editores e bibliotecários – embora, como apontaram Silveira e Oddone (op.cit.) e relatório da *House of Commons* (op.cit.), venha incitando severas críticas e resistências por parte dos grandes grupos editoriais, que temem perder mercado e lucros. Realmente, para essas empresas o acesso livre não é um bom negócio, pois afasta os assinantes e diminui o tamanho de seu mercado consumidor.

Em relatório recente, a Reed Elsevier (2004) condenou veementemente o modelo *author-pays* (em que os financiadores dos pesquisadores pagam pela publicação e não os assinantes) adotado por periódicos de acesso livre, argumentando que põe em risco a credibilidade do processo avaliativo, já que levaria a uma corrida por autores e não por

leitores. Segundo o relatório, uma vez que o faturamento depende do número de artigos publicados, os editores de periódicos de acesso livre continuarão sob pressão para aumentar as receitas, potencialmente às expensas da qualidade (ibidem). Há algum fundamento nas críticas dessa editora, sobretudo se os editores a que se refere o relatório visam o lucro com as publicações. Nesse modelo, quanto mais artigos publicados maior o faturamento. Mas trata-se de um modelo ainda incipiente, que precisa ser testado, aperfeiçoado. Até o momento, os efeitos positivos do modelo de acesso aberto têm suplantado quaisquer efeitos negativos, o que se percebe pelo entusiasmo com que muitos autores tratam a matéria.

Se há pontos positivos na disseminação em meio eletrônico, essa também traz alguns problemas. Um deles diz respeito à credibilidade da publicação eletrônica. Para Silveira e Oddone (op.cit.), ainda que publicações eletrônicas já sejam indexadas por bases de dados de prestígio e o próprio meio eletrônico sirva de suporte a tais bases, tais publicações não gozam ainda da credibilidade de que gozam as impressas. Esse mesmo argumento foi apresentado por Targino (2002, 1998). Na prática, percebe-se que as publicações eletrônicas ainda são menos valorizadas do que as impressas, principalmente quando em face das avaliações empreendidas por agências de fomento e bancas de concursos e prêmios. Publicar em periódico impresso conta mais e tem mais valor para fins de avaliação.

Outro problema, apontado por Meadows (1999), diz respeito ao armazenamento e à conservação das formas eletrônicas, ainda incertos e dependentes de investimentos em pesquisas de novas tecnologias, bem como da constituição e manutenção da infra-estrutura tecnológica apropriada. Targino e Castro (2001) observaram que, nos países menos desenvolvidos, há entraves tecnológicos, educacionais, legais e financeiros para a disseminação em meio eletrônico, relacionados com a precariedade das telecomunicações, a falta capacitação e legislação apropriada e a escassez de investimentos no setor. Mesmo assim, essas autoras defenderam que, para esses países, a disseminação em meio eletrônico apresenta-se como a solução mais viável.

De fato, países como o Brasil têm acesso restringido aos meios de comunicação e consagração controlados pelas elites internacionais da ciência, dispõem de poucos recursos para financiar a produção e a aquisição de veículos e atingir os padrões de qualidade emanados dessas elites. Para eles, em face de tais fatores condicionantes, a disseminação

em meio eletrônico apresenta-se como alternativa mais viável. Mas isso não significa, absolutamente, que não deva haver investimentos na disseminação de impressos.

### 3.7 Financiamento

O financiamento da edição de periódicos varia de país para país e conforme a instituição editora. Nos países mais desenvolvidos, as editoras comerciais são as principais publicadoras de periódicos, em termos quantitativos e qualitativos. Possuem extensos catálogos em diversas áreas e disciplinas e suas publicações estão entre as mais prestigiadas internacionalmente. Segundo o OFT (2002) e a *House of Commons* (2005), as editoras comerciais financiam-se predominantemente com a comercialização de assinaturas institucionais dos títulos (assinaturas individuais têm importância menor). Com a prática do *bundling* conseguem agrupar num mesmo pacote títulos mais rentáveis e menos rentáveis, criando assim um mecanismo interno de financiamento dos títulos que dão menor retorno comercial. Também as grandes editoras universitárias se financiam com a comercialização dos títulos, mas nem sempre visam o lucro com essas operações, de maneira que os documentos supramencionados do OFT e da *House of Commons* referem-se amplamente a elas como organizações sem fins lucrativos no que tange à edição de periódicos.

Todas as instituições editoras têm na comercialização de exemplares e assinaturas uma fonte de receitas para o financiamento da produção. Dependendo da instituição, há outras fontes para a captação de recursos para a edição dos títulos. Sociedades científicas e associações profissionais geralmente contam com os recursos arrecadados com as mensalidades pagas por seus associados, que recebem a publicação “gratuitamente”. Instituições de ensino e pesquisa podem também contar com recursos de seus orçamentos, sendo a publicação dos periódicos reconhecida no nível institucional.

Steve Cohn (2003), diretor da editora da *Duke University*, dos Estados Unidos, em conferência realizada em abril de 2003 sobre o setor de periódicos técnico-científicos naquele país, ressaltou que o apoio das instituições de ensino e pesquisa aos periódicos é mais comum nas ciências sociais e humanas, onde os periódicos têm papel secundário como fonte de pesquisa e publicação e, por isso, têm públicos-leitores mais restritos e número menor de assinaturas. Mas observou que a tendência, mesmo nessas áreas, é no

sentido do recrudescimento desse apoio, causando o que chamou de “erosão” na publicação periódica nessas áreas.

No caso brasileiro, o financiamento é ponto crítico da cadeia de produção dos periódicos (BONINI, 2004; MULLER, 1999; STUMPF, 1998; SCHWARTZMAN, 1984; VALERIO, 1991). Há poucas editoras comerciais atuando no setor; além disso, para a maior parte das instituições de editoras, o número de assinantes é no geral muito limitado, não sendo suficiente para que a comercialização dos títulos financie a produção. Por conta disso, desde a década de 1980 o governo vem, através de suas agências de fomento e fundações de amparo à pesquisa (FAPs), apoiando a publicação de veículos nacionais. As publicações investigadas por Valério (1991), que são veículos da elite da ciência brasileira, não contavam com assinantes suficientes para gerar as receitas necessárias para cobrir os custos de produção e mostraram-se todas dependentes das verbas aportadas pelo CNPq/FINEP. Para algumas a dependência significava a manutenção da regularidade da publicação, mas para outras implicava sua sobrevivência. Para as publicações não apoiadas pelas agências, a situação é mais crítica.

Como argumentou Muller (1999), “para a grande maioria de títulos que não estão incluídos em programas de financiamento regulares e lutam para editar cada fascículo, obter as condições para qualificar-se ao financiamento não é tarefa fácil”. Isso porque as agências buscam apoiar publicações que se aproximem dos padrões internacionais de editoração e qualidade, “na expectativa”, salientou Schwartzman (1984), que analisou a política governamental de financiamento de publicações, “de que elas possam aprimorar-se cada vez mais nesse sentido”.

Atualmente, o financiamento público aos periódicos vem, sobretudo, do CNPq e das FAPs – mas apenas quatro dessas têm atualmente programas *regulares* de apoio a publicações nos estados (as de São Paulo, Bahia, Paraná e Sergipe). Tirando as FAPs de Sergipe e da Bahia, todas essas outras agências, inclusive o CNPq, só apóiam publicações já estabelecidas, isto é, que já tenham publicado no mínimo dois fascículos e constem em indexadores de reconhecimento internacional, incluindo-se aí o SciELO. Para Muller (1999), forma-se aí um círculo vicioso: só têm acesso aos recursos públicos as publicações de maior qualidade, ou seja, as que são regulares, têm afluência de bons artigos, são indexadas e possuem visibilidade; mas essas características dependem fundamentalmente

da disponibilidade de recursos financeiros para manter a estrutura administrativa e de recursos humanos e garantir sua distribuição e circulação nos contextos nacional e internacional.

Outro aspecto ressaltado por Muller (1999), também observado por Valério (1991), diz respeito às desigualdades no acesso ao financiamento: algumas áreas têm preferência no aporte dos recursos públicos. Pode-se observar isso na forma como o CNPq distribuiu os recursos de apoio à editoração nos anos de 2001 e 2003, conforme **Tabela 3**.

Tabela 3: Programa CNPq de Apoio à Editoração 2001/2003						
Grandes Áreas do Conhecimento	2001			2003		
	Veículos Apoiados	Percentual / Total (%)	Média do Apoio (R\$)	Veículos Apoiados	Percentual / Total (%)	Média do Apoio (R\$)
Agrárias	14	10,2	29.408,00	19	16,8	31.374,00
Biológicas	19	13,9	23.853,00	13	11,5	37.121,00
Engenharias	6	4,4	31.279,00	10	8,8	19.120,00
Exatas	12	8,8	31.713,00	8	7,1	37.375,00
Humanas	36	26,3	22.011,00	28	24,8	21.150,00
Letras e Artes	4	2,9	16.806,00	5	4,4	13.871,00
Saúde	28	20,4	30.365,00	15	13,3	30.850,00
Ciências Sociais Aplicadas	14	10,2	25.986,00	7	6,2	20.713,00
Multidisciplinares	4	2,9	40.313,00	8	7,1	22.286,00

Fonte: Adaptado de CNPq (2005), *Sinopse Estatística do CNPq*

Conforme a tabela 3, áreas como as ciências sociais aplicadas, as engenharias, letras e artes foram as áreas que tiveram menos veículos apoiados entre nos anos de 2001 e 2003. Em termos do valor médio dos recursos destinados às publicações, as de letras e artes foram também as que receberam menos; em 2003, receberam praticamente a metade do que foi em média destinado aos veículos das ciências biológicas e das exatas. Por que isso acontece? Será que os títulos das áreas mais carentes são piores em termos da qualidade de seu conteúdo? Tem menos relevância para a comunidade que atendem? Ou será que gozam de tão boa condição que dispensam o apoio da agência? Mais uma vez questões emergem e permanecem sem respostas conclusivas. Pode-se argumentar que se trata de apoiar os melhores; mas então surge outra pergunta: qual o papel da agência, é fomentar o desenvolvimento científico, apoiar as áreas para que se desenvolvam, ou apenas apoiar uma elite?

Em face das dificuldades de obter apoio junto a agências de fomento, muitas universidades acabaram criando seus próprios programas de apoio à publicação de

periódicos. Como constatou Stumpf (1998), universidades desenharam políticas que, alimentadas por seus próprios recursos orçamentados, vêm viabilizando a edição dessas publicações. Em levantamento que realizou em 1994 junto a 12 universidades brasileiras, Stumpf verificou que “oito [delas] possuíam uma política explícita orientada para a produção de suas revistas, sendo elas: USP, UFPR, UFSC, UFRGS, FURG, PUC/CAMP, PUC/RS, UNISINOS”. Provavelmente, para manter programas como esses as instituições devem sacrificar itens de seu orçamento, já que os recursos públicos destinados às universidades só fazem diminuir com o passar dos anos. Para que os periódicos ganhem, alguém tem que perder – e enquanto isso, a infraestrutura das universidades é sucateada, falta material didático e de apoio, os servidores ficam sem aumento de salários... Em matéria de políticas públicas, as escolhas são sempre difíceis.

Há ainda outro aspecto a ser observado com relação ao financiamento dos periódicos. Os maiores compradores de periódicos são indubitavelmente as bibliotecas das instituições de ensino e pesquisa. Suas aquisições são limitadas por orçamentos, que não vêm crescendo na mesma medida dos preços e da quantidade de publicações editadas. No Brasil, as universidades estão entre as principais instituições que empreendem pesquisas e é a CAPES que mantêm (ou mantinha) o principal programa de apoio às bibliotecas universitárias, o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos – PAAP. Contudo, a política de financiamento dessa agência vem mudando. Como constatarem Targino e Castro (2001) e Muller (1999), tal política privilegia a aquisição de periódicos estrangeiros, não apoiando regularmente a compra de títulos nacionais. Para piorar a situação, desde 2000 a CAPES vem progressivamente diminuindo as verbas para o financiamento à aquisição de títulos em suporte impresso, tendo-a substituído pelo acesso a veículos *on-line* por meio do Portal de Periódicos.

Em notícia no Jornal da Ciência (SBPC, 2005), publicada em 07 de maio de 2003, o Conselho de Ensino para Graduados da UFRJ comunicou carta que encaminhou à CAPES solicitando a liberação da verba do PAAP, sob o risco cancelar a assinatura de mais de mil títulos. Conforme a notícia, os recursos do PAAP destinados à UFRJ diminuíram de R\$ 2,5 milhões em 1998 para R\$ 630 mil em 2002, sem previsão de verbas para 2003, fazendo com que o número de títulos assinados caísse de 4,2 mil em 1998 para cerca de mil em 2002. Segundo comunicado da Reitoria da Universidade de Brasília (UNB, 2000),



publicado em 12 de outubro de 2000, tal situação repete-se em outras instituições de ensino: dos 2.093 títulos que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) assinava em 1998, em 2000 apenas 586 permaneciam assinados; no caso da UnB, esse número caiu de 2.002 para 367; e no da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de 2.748 para 301.

Há aí uma grande contradição. A CAPES exige dos programas de pós-graduação que mantenham periódicos para a publicação da produção científica e exige dos pesquisadores que publiquem certo número de artigos por ano. Contudo, suspende o financiamento direto à aquisição de títulos impressos e deixa uma lacuna na cadeia de produção, transferindo o problema para as instituições, as quais se sabe não têm como resolverem isso sozinhas, pois são em sua maioria instituições públicas que dependem de verbas do governo. E mesmo em face dessas exigências, as agências de fomento, como o CNPq e as FAPs, não expandem suas linhas de apoio à editoração.

A saída para tantos problemas vem sendo, cada vez mais, o investimento na comunicação eletrônica *on-line* e no acesso livre à literatura científica. Com o movimento pelo acesso livre, emerge também um novo modelo de financiamento ao setor, em que quem custeia a produção não é mais o consumidor através das assinaturas, mas os autores ou as instituições que os financiam (ARELLANO, FERREIRA E CAREGNATO, 2005; HOUSE OF COMMONS, 2004; SILVEIRA E ODDONE, 2004). Autores e instituições passam a financiar diretamente a publicação dos artigos em periódicos de acesso aberto (*open access journals*), cujo conteúdo é distribuído gratuitamente por meio da Internet. Nesse modelo, que vem sendo chamado de *author-pays* e já foi mencionado anteriormente, abre-se também a possibilidade de os autores deterem os direitos autorais sobre seus artigos, ao invés de esses ficarem retidos com a instituição editora, como ocorre no modelo tradicional.

Mas o acesso livre inclui ainda uma outra alternativa: a dos repositórios digitais, também já mencionados anteriormente. Mantidos por instituições ou consórcios, os repositórios servem ao arquivamento e à disseminação via Internet de artigos produzidos por pesquisadores das instituições que mantêm os repositórios, incluindo-se aí tanto os artigos já revisados e publicados quanto os não revisados e nunca publicados.

### 3.8 Barreiras de entrada no mercado

O universo social da ciência é amplamente estratificado, em decorrência, sobretudo, da distribuição desigual de reconhecimento e recompensas entre os produtores. A estratificação reverbera no sistema de publicação periódica: a lei da dispersão de Bradford (1934) apontou à existência de estrutura piramidal dos periódicos, onde a base é composta por um número grande de veículos que publicam esparsas contribuições relevantes, seguida por um número menor de veículos contribuindo moderadamente em termos de informações significativas e encabeçada por um número reduzido de publicações que veiculam a maior parte das contribuições relevantes. Essas compõem o núcleo de publicações de uma área; os veículos nucleares são os que desfrutam de maior prestígio junto à comunidade de pares e atraem mais autores e leitores; são também os veículos controlados pelas elites. Outrossim, essas e seus veículos prestigiados têm acesso preferencial na distribuição dos recursos aportados às atividades científicas, uma vez que o sistema de financiamento e recompensa tende a favorecer os mais prestigiados.

A partir daí observa-se que, no âmbito do mercado de periódicos, o principal diferencial de um veículo em relação aos demais é a qualidade de seu conteúdo, o prestígio que lhe é atribuído pela comunidade de pares, e não seu preço ou seu acabamento. Em relatório sobre o mercado global dessas publicações, o OFT (2002) constatou que é muito difícil para um periódico novo estabelecer-se e assegurar uma reputação forte. Como argumentou Muller (1999), a construção da reputação de um título insere-se num círculo que pode ser virtuoso ou vicioso: precisa atrair bons autores e bons artigos, ter processo de revisão consistente, constar em indexadores e bases de reconhecimento internacional, mas para isso precisa de recursos financeiros e infraestrutura mínima em termos administrativos, humanos e tecnológicos; mas o acesso a esses recursos, que garantem tal infraestrutura, depende fundamentalmente dos fatores anteriores...

Assim, não é fácil para um veículo novo estabelecer-se, principalmente quando há cada vez mais veículos no mercado. O prestígio é diferencial que leva tempo para ser construído. Segundo Targino (2000), o tempo médio que leva um novo veículo para se firmar na sua especialidade e formar uma carteira de assinantes estável é de cinco anos. Nas atuais condições de produção, em cinco anos um periódico sem apoio já morreu.

Mas a própria proliferação de títulos no mercado é indicativo, para o OFT (2002), de que há poucas barreiras de entrada nesse mercado. Segundo Porter (1996), as barreiras de entrada são obstáculos que dificultam a entrada de novas organizações ou produtos em um dado mercado. Nesse sentido, Stumpf (1998) observou que, pelo constante desaparecimento e descontinuidade dos títulos, há indícios de que existem barreiras que impedem o desenvolvimento de novos títulos.

Em sua investigação sobre o segmento de periódicos CTM, o OFT (2002) reconheceu três dessas barreiras. E todas já foram discutidas aqui anteriormente. Uma é a construção da reputação enquanto diferencial, algo que demanda tempo, esforços e recursos. Outra é o orçamento das bibliotecas. Como principais consumidores dos títulos produzidos, seu poder aquisitivo é de crucial importância para as instituições editoras. Mas tal poder está limitado pelos orçamentos que, afinal, estão limitados, sobretudo, pelas verbas públicas, mesmo nos países mais desenvolvidos. Como no geral já operam no limite de seus orçamentos, as bibliotecas certamente terão que cancelar assinaturas que já possuem para poder assinar títulos novos. Assim, em um cenário em que os títulos proliferam e os orçamentos das bibliotecas só diminuem, o poder aquisitivo dos maiores consumidores apresenta-se como barreira de entrada, restringindo a demanda por novos títulos e, assim, dificultando sua entrada no mercado.

A terceira e última barreira de entrada observada pelo OFT relaciona-se com o fornecimento de conteúdo. Veículos mais prestigiados tendem a atrair mais autores e autores de maior prestígio; para um título novo, ainda que conte com uma constelação de astros em seu corpo editorial, é difícil desbancar os títulos consagrados, de longa data prestigiados pelas comunidades científicas no mundo inteiro. Contribui para isso, nos países menos desenvolvidos, o fato de sua produção científica por vezes carecer de originalidade, como apontado por Targino (2000, 1998), Krzyzanowski e Ferreira (2003, 1998).

### **3.9 Fatores críticos de sucesso da produção e difusão de periódicos**

Para encerrar a discussão sobre a produção e a difusão dos periódicos e passar à consideração dos veículos brasileiros especializados na área da Comunicação listados na base Qualis/CAPES, que é o assunto do próximo e último capítulo, cabe resumir os

apontamentos coletados na literatura no que concerne aos fatores críticos de sucesso para essas atividades. Na literatura gerencial, os fatores críticos de sucesso ou da gestão referem-se aos elementos, áreas ou ações que são cruciais para o êxito de um empreendimento ou da implementação de um planejamento (TARAPANOFF, 2001). São críticos porque a realização da missão e do planejamento do negócio, projeto ou empreendimento depende deles (CERQUEIRA NETO, 1999).

Miranda e Pereira (1996), em artigo de revisão sobre a literatura dos periódicos na ciência contemporânea, listaram cinco fatores que contribuem para um maior ou menor desenvolvimento desses veículos. Os dois primeiros são o estágio de desenvolvimento da área ou disciplina a que se vincula a publicação e a existência de uma comunidade de pesquisadores engajados na realização de pesquisas que resultem em artigos a serem publicados. Ambos os fatores incidem, sobremaneira, sobre o fornecimento de conteúdo para os veículos. Há algumas variantes que incidem sobre o afluxo de artigos e uma delas é a quantidade de pessoas fazendo pesquisas na área de especialização do título. Quanto maior o número de pesquisas e pesquisadores produzindo nessa área, maior tende a ser a demanda por espaço para publicação. Áreas emergentes, sobretudo as que recebem investimentos, guardam boas oportunidades para periódicos com a expansão das pesquisas e a atração de novos pesquisadores. Áreas consolidadas geralmente dispõem de mais veículos, e nelas a concorrência tende a ser maior, pois já contam com títulos consolidados e prestigiados que atraem maior demanda.

O terceiro fator apontado pelas autoras é a existência de instituições, indivíduos e grupos de indivíduos desempenhando atividades de edição, avaliação, disseminação e recuperação de informações na forma de artigos e periódicos. O êxito da produção e disseminação de periódicos depende da sinergia de diversos atores inseridos nos vários momentos da cadeia desde a concepção dos artigos à disseminação dos títulos nas fontes secundárias e terciárias. Desenvolver a atividade editorial requer a atuação de profissionais especializados em edição e tratamento de textos e imagens, tradução, comunicação e assessoria de imprensa, gestão, *marketing* e logística editorial; e também o envolvimento de editores e editoras, associações profissionais e de classe, agências de assinaturas e representantes comerciais, livreiros e bibliotecários. É preciso ação conjunta e coordenação de esforços.

Além da existência de pessoas e organizações envolvidas com a produção dos veículos, como argumentaram Miranda e Pereira, é também fator crítico de sucesso o comprometimento desses atores com a produção dos periódicos. Stumpf (1998) argumentou que é preciso que as instituições se comprometam com a edição das publicações sob o risco de afetar a qualidade dos veículos editados. Isso é especialmente válido para as instituições de ensino, que são as principais editoras. Sem o apoio das instituições aos editores, produzem-se veículos de má qualidade, e os resultados já são conhecidos, têm sido aqui amplamente discutidos.

O quarto fator crítico apontado por Miranda e Ferreira (1996) relaciona-se com a existência de uma comunidade de leitores e usuários de periódicos, representando um mercado consumidor dessas publicações. Esse também é um aspecto bastante problemático no contexto nacional. Como ressaltaram Earp e Kornis (2005) e Gorini e Branco (2000), o mercado consumidor de produtos editoriais no Brasil é, no geral, muito restrito, devido a fatores econômicos e sociais, tais como a baixa escolarização e o baixo poder aquisitivo da população. No caso particular dos periódicos, outros fatores concorrem para restringir o mercado consumidor, tais como o tamanho da comunidade científica brasileira e o decrescente poder aquisitivo de bibliotecas e pesquisadores individuais, que não dispõem de recursos suficientes para assinar as revistas; o nível de segmentação do público-alvo decorrente do grau de especialização das publicações; a própria falta de qualidade e prestígio das publicações nacionais, que faz com que o número de assinaturas decline e o mercado encolha ainda mais. Todos esses aspectos foram também ressaltados por autores como Muller (1999), Stumpf (1998), Valério (1991), Schwartzman (1984) e outros.

O quinto e último fator crítico identificado por Miranda e Ferreira (1996) é disponibilidade de infra-estrutura para a distribuição dos periódicos, a recuperação das informações e seu acesso pelos leitores. Deficiências na distribuição afetam a comercialização e a circulação das publicações; impedem que as edições cumpram a periodicidade definida e os exemplares cheguem de fato aos leitores. Assim, afetam o sistema de assinaturas e dificultam a conquista de assinantes, tanto no contexto nacional quanto no internacional. A existência de bibliotecas equipadas é, nesse aspecto, também fundamental, pois cabe a elas organizar e disponibilizar os acervos de periódicos nas instituições de ensino e pesquisa.

Enquanto a distribuição é fundamental, sobretudo para os impressos, os instrumentos de recuperação são cruciais para conferir visibilidade aos conteúdos veiculados em todos os tipos de periódicos. O acesso de leitores dispersos no tempo e no espaço às informações publicadas depende da disseminação dos títulos em fontes secundárias e terciárias. Assim, deve-se reconhecer que a existência de fontes disponíveis para a recuperação das informações pelos leitores e usuários é fator crítico de sucesso dos periódicos.

Para o caso específico dos países menos desenvolvidos, especialmente o Brasil, cabe apontar ainda outros fatores críticos que contribuem para o êxito da produção de periódicos. Para Krzyzanowski e Ferreira (2003, 1998), Targino (2000, 1998) e Schwartzman (1984) a adoção de padrões internacionais de editoração e normalização e a publicação em idioma de ampla aceitação (preferencialmente o inglês) são fatores condicionantes. No caso dos padrões internacionais, não há muito como fugir deles, pois são critério de avaliação por parte de indexadores, bases de dados e agências de fomento no que diz respeito à aceitação de títulos ou ao apoio a periódicos. Já no caso do idioma, esse só é fator crítico se o veículo pretende ter circulação internacional; se seu público-alvo for a comunidade científica brasileira, o fator crítico é justamente o oposto: deve publicar em português.

No contexto nacional, cabe assinalar ainda um último fator. Trata-se do acesso aos recursos públicos destinados a apoiar as publicações. Os títulos brasileiros enfrentam graves deficiências na produção e distribuição; contam com equipes enxutas, infraestrutura inadequada e pouco apoio institucional; dispõem de poucos assinantes e enfrentam dificuldades de gerar receitas e se manterem viáveis economicamente. Por conta disso, o acesso a recursos, sobretudo os públicos, é crucial para o êxito dessa atividade.

#### **4 Periódicos brasileiros de Comunicação na base Qualis**

Neste quarto e último capítulo, apresenta-se um panorama dos periódicos brasileiros dedicados às temáticas da comunicação avaliados no âmbito do Qualis. Esse é o processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação brasileiros para publicar a produção intelectual discente e docente e é empreendido anualmente pela CAPES.

O capítulo está distribuído em quatro partes. A primeira oferece uma visão geral dos veículos dedicados às temáticas da comunicação no mundo e no Brasil, buscando, no caso das publicações nacionais, correlacionar seu desenvolvimento com o do próprio campo da comunicação no país. A segunda parte conceitua e caracteriza o Qualis, esclarecendo os objetivos, os critérios e os procedimentos que orientam a elaboração das listas de onde foram extraídos os dados para a construção do panorama. Na terceira parte, são apresentados a metodologia e os critérios utilizados na seleção dos dados e caracterização dos veículos arrolados. Nela tecem-se também comentários sobre questões e problemas que envolveram a seleção e o tratamento dos dados. A quarta traz os resultados e uma discussão sobre eles, levando em consideração tudo o que foi visto, nos três capítulos anteriores, sobre a produção e disseminação dos periódicos científicos e técnico-científicos no Brasil e no mundo.

##### **4.1 Periodismo científico em comunicação**

O campo de estudos sobre a comunicação situa-se dentro do das ciências sociais, tendo historicamente se desenvolvido, conforme salientaram Armand e Michele Mattelart (1999), na encruzilhada de várias disciplinas, uma vez que os processos de comunicação vêm suscitando o interesse de áreas tão distintas quanto a filosofia, a biologia, a sociologia, a psicologia, a geografia, a economia, a história e as ciências cognitivas. Segundo esses autores (op.cit., p. 9-10), o campo da comunicação esteve continuamente envolvido com a questão de sua legitimidade científica, tendo seus estudos se inscrito, ao longo de sua trajetória,

em tensão entre as redes físicas e imateriais, entre o biológico e o social, a natureza e a cultura, os dispositivos técnicos e o discurso, a economia e a cultura, as perspectivas micro e macro, o local e o global, o ator e o

sistema, o indivíduo e a sociedade, o livre-arbítrio e os determinismos sociais.

Fausto Neto (1996) ressaltou que o campo é, por isso, essencialmente heterogêneo em termos de problemas e questões, compreendendo grande diversidade temática: cultura, teoria, períodos históricos, comunicação, imprensa, imagem, editoração, discursos, publicidade, poder, autores, relações públicas, linguagens em experimentações. Já Peruzzo (2002) argumentou que o debate no campo configura-se a partir de diferentes abordagens cujos paradigmas encontram-se em construção e consolidação, mas que esse processo é contingente dado que os processos e objetos mesmos da comunicação estão em constante transformação.

No Brasil, observou Fausto Neto (op.cit.), o campo se institucionalizou no sistema universitário junto com a pós-graduação a partir da década de 1970. Seguiu, portanto, a tendência geral da pesquisa no país, como já observara Schwartzman (1980). Caparelli e Stumpf (1998) ressaltaram o aspecto transdisciplinar do campo já em sua institucionalização, uma vez que, nas universidades, os programas de pós-graduação em comunicação surgiram a partir de programas em letras e literatura.

No Brasil, segundo a CAPES (2005, 2003a), a pós-graduação em comunicação envolveu, em 2003, mais de 400 docentes e 2.200 estudantes, distribuídos por 19 programas. No diretório dos grupos de pesquisa do CNPq (2005), a área de ciências sociais aplicadas, que abriga a comunicação e a ciência da informação, contava em 2004 com 2.120 grupos, correspondendo a 11% do total. Aproximadamente 9.500 pesquisadores ou 12% do total atuaram nessa área, em 196 das 335 instituições inscritas no diretório naquele ano.

A distribuição de instituições, programas, grupos de pesquisa e pesquisadores entre as regiões do país segue um mesmo padrão: há grande concentração no sudeste e sul. Em 2004, apenas a região sudeste respondeu por 51% das instituições, 52,5% dos grupos, 51,6% dos pesquisadores e 60,1% dos autores cadastrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq. Nesse mesmo ano, as regiões norte e centro-oeste contaram juntas com menos de 17% do total de instituições e 10% de todos grupos cadastrados na base, abrigando cerca de 12,5% dos pesquisadores e 8% dos autores. Com relação aos programas de pós-graduação, a distribuição por estado foi a seguinte em 2003: São Paulo contou com



37% de todos os programas; Rio de Janeiro com 21% e Rio Grande do Sul com 16%; Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco possuíam, cada um, apenas um programa; nos estados da região norte, não havia um sequer (CAPES, 2005).

Ficam evidentes as discrepâncias entre estados e regiões, tanto em matéria de instituições e programas, quanto em de pesquisadores, grupos e autores de publicações. Elas acompanham, claramente, as inúmeras e igualmente gritantes desigualdades sociais entre os vários estados e regiões do país. Tal concentração se reflete, obviamente, no sistema de publicação. A distribuição dos periódicos pelas regiões será comentada mais adiante e retomada na discussão dos resultados do levantamento nas listas Qualis. Por ora, cabe apenas mencionar que repete os padrões observados. É oportuno considerar, primeiro, a situação atual da literatura periódica do campo.

A literatura periódica do campo reflete sua heterogeneidade e diversidade constitutivas. É o que se conclui a partir dos resultados dos poucos estudos publicados no país sobre os periódicos desse campo. Um desses estudos foi o realizado pelo pesquisador espanhol Daniel Jones (2005), vinculado a uma universidade de Barcelona. Ele analisou os periódicos situados no campo em âmbito internacional, incluindo-se aí os latino-americanos.

Segundo o autor, o campo vem, nas últimas décadas, demonstrando maior interesse por conteúdos, audiências e efeitos; há, nas publicações dos diversos países ocidentais, a dominância de certos temas como os conflitos internacionais e suas articulações com o sistema midiático, a economia e a política dos meios de comunicação, as tecnologias e infraestruturas dos meios. Constatou a ausência, nas publicações dos países mais desenvolvidos, de temáticas sobre o terceiro mundo (ibidem, p. 244): “os países, as pessoas, os problemas e fenômenos da comunicação de três quartos do planeta são temáticas inexistentes” nessas publicações. Também observou (ibidem, p. 247) que, no geral, as publicações especializadas do campo não dispensam à imprensa, enquanto tema, a atenção “compatível com a sua relevância social, econômica, política, cultural e educativa”.

Jones traçou uma distinção entre as publicações anglo-saxônicas e as latinas. Verificou uma preponderância daquelas primeiras no cenário internacional, seguindo assim a tendência de outras áreas do conhecimento. Com relação aos conteúdos abordados, que refletem as pesquisas realizadas nos distintos países, concluiu (ibidem, p. 237) que no geral

os periódicos anglo-saxões veiculam “resultados de pesquisas pontuais e empíricas”, sendo assim voltados à aplicação prática; diferem das publicações latinas, sobretudo das francesas, “que preferem estudos de caráter globalizador, com abordagem teórica e metodológica”, contendo propostas críticas e não necessariamente aplicadas à realidade. Essas diferenças observadas pelo autor são pertinentes e revelam a existência de diferentes tradições de pesquisa, como o empirismo característico da ciência social feita nos Estados Unidos e Reino e a sociologia funcionalista da Europa continental.

No caso das publicações latinas, o autor ainda distinguiu outro subgrupo, o das revistas ibero-americanas, que são as editadas nos países da península Ibérica (Espanha e Portugal) e América Latina. Para autor, essas publicações distinguem-se das anglo-saxônicas em termos quantitativos e qualitativos. Os veículos anglo-saxônicos são mais numerosos, profissionalizados e regulares; circulam comercialmente e atingem públicos mais amplos, desfrutando de maior projeção dentro dos países mais desenvolvidos. Os títulos tendem, atualmente, à especialização, em decorrência da complexidade dos fenômenos investigados e do próprio estágio atual das investigações nos países mais desenvolvidos.

Já as publicações ibero-americanas, sobretudo as latino-americanas, “caracterizam-se, freqüentemente, por certa pobreza material, design descuidado, irregularidade em sua edição e mortalidade elevada” e são “poucas as que têm duração de vários anos e chegam a alcançar projeção internacional” (op.cit., p. 255). São veículos com circulação restrita, dificultada pelos conteúdos localizados. O autor observou que aqui os títulos são pouco especializados, encontrando-se ainda em uma fase de descrição, generalização e repetição; veiculam conteúdos redundantes que carecem de originalidade e atualização, refletindo o estágio de desenvolvimento das investigações no campo nos países ibero-americanos, especialmente latino-americanos.

As observações de Jones a respeito das publicações latino-americanas de comunicação apenas confirmam o quadro geral de precariedade e amadorismo característico do periodismo nacional, discutido no capítulo anterior. Os veículos brasileiros da área de comunicação padecem no geral das mesmas mazelas que os de muitas outras áreas: conteúdos pouco originais, edições descuidadas, circulação restrita, mortalidade alta, falta de treinamento, escassez de recursos. Com relação aos conteúdos veiculados nessas

publicações, as constatações de Jones coadunam-se com os resultados produzidos por pesquisa de Correa *et al* (2005).

Encaixando-se na categoria dos estudos bibliométricos, esse estudo toma os periódicos como fonte de pesquisa para analisar aspectos da produção científica neles publicada. As autoras analisaram um universo de 114 artigos publicados em sete títulos brasileiros de comunicação classificados como “A” no Qualis de ciências sociais aplicadas, no ano de 2003. Verificaram temáticas abordadas, objetos de estudo, tipos de autoria, titulação e procedência dos autores.

Quanto às temáticas, as autoras constataram que os quatro temas mais abordados foram as teorias da comunicação (21% dos artigos), as tecnologias de informação e comunicação (15,7%), o jornalismo (10,5%) e a comunicação audiovisual (8,7%). Quanto aos objetos, registraram 33 diferentes, e os quatro mais abordados foram estudos teóricos da comunicação (21% dos artigos), jornalismo (9,6%), audiovisual (7,9%) e política de comunicação (6,1%).

A diversidade de temas e objetos de estudo constatada pelas autoras reforça as observações feitas por Peruzzo (2002), Mattelart e Mattelart (1999), Fausto Neto (1996) e outros acerca da heterogeneidade constitutiva do campo da comunicação. Fica claro que o campo goza não de uma estrutura conceitual unificada, mas de estruturas conceituais coexistentes e em consolidação. Já a predominância das teorias da comunicação como temática abordada e dos estudos teóricos como objeto sugere que os autores do campo ainda estão envolvidos em questões epistemológicas e buscando sistematizar contribuições diferentes. Daí haver muita redundância e repetição, sobretudo se se comparar esses veículos aos dos países mais desenvolvidos, como o fez Jones (2005). Como esse autor observou, os conteúdos das publicações refletem o estágio de desenvolvimento das investigações no campo.

Quanto ao tipo de autoria, confirmando a literatura da área, Correa *et al* (2005) verificaram a predominância quase absoluta da autoria individual, sendo 88,6% dos artigos escritos por um único autor e apenas 11,4% em autoria múltipla. Quanto à titulação, constataram a predominância de doutores (82,2% dos autores). Esse dado pode ser indicativo de que há poucos estudantes de pós-graduação publicando nos veículos da área ou mesmo que os periódicos abrem pouco espaço para esse público de autores, dando

preferência aos doutores. É pertinente lembrar que um dos critérios de qualidade observados pela CAPES no Qualis é a prioridade a autores com maior maturidade científica, o que é comprovado principalmente via titulação.

Quanto à procedência dos autores, Correa *et al* (op.cit.) verificaram que cerca de 81,5% eram de autores nacionais, contra 18,5% de autores estrangeiros. O percentual de autores da própria instituição que edita a publicação variou entre os títulos, mas em média permaneceu abaixo de 20%. Quanto a esse aspecto, os resultados não confirmam a ocorrência de endogenia na maioria das publicações. Com relação à abrangência geográfica dos autores, a predominância de autores nacionais pode ser indício da pouca projeção em âmbito internacional dos títulos da área, que atraem poucos autores de outros países. Por outro lado, pode ser também indicativa do grau de proximidade dos conteúdos abordados nas pesquisas com a realidade política e social do país, como no caso dos estudos de jornalismo e de mídia; assuntos muito localizados também atraem poucos autores estrangeiros.

Outro estudo que envolveu os periódicos brasileiros da área de comunicação é o publicado por Richard Romancini (2005), que tomou os periódicos como objeto de pesquisa. Trata-se do único estudo desse tipo encontrado sobre as publicações da área. O autor fez um estudo descritivo do periodismo em comunicação no Brasil, arrolando os veículos que, nos últimos 40 anos, dedicaram-se ao debate e à divulgação das temáticas dessa área. Por conta disso, o autor não restringiu sua pesquisa a publicações que veiculam apenas contribuições científicas e incluiu revistas de divulgação consolidadas, informativos e publicações de outras áreas do conhecimento que dedicaram edições especiais a temas da comunicação. Ainda assim, os resultados da pesquisa desse autor são muito úteis, pois contribuem fundamentalmente para a construção de um panorama dos periódicos do campo da comunicação no país.

Romancini contabilizou, no período entre 1965 e 2003, um total de 125 veículos, sendo que, entre 1996 e 2003, que corresponde ao período atual, existem apenas 75 títulos. Sobre esses 75 títulos atualmente correntes, o autor verificou que, quanto ao tempo de vida, menos de 10% têm mais de 15 anos e cerca de 25% foram criados entre 2000 e 2003. Quanto à instituição editora, 42,7% dos títulos são editados por universidades, faculdades ou departamentos de comunicação; 30,5% por programas de pós-graduação; 15,8% por

núcleos, grupos ou centros de pesquisa; e 3,7% por associações profissionais e sociedades científicas.

Segundo o autor, o período de maior crescimento dos títulos foi nas duas últimas décadas, quando houve aumento significativo no número de periódicos vinculados a programas de pós-graduação (quase doze vezes). Comparando-se os períodos de 1981-1995 e 1996-2003, o percentual de títulos editados pelos programas aumentou de 20,5% para 30,5%, enquanto que o de editados por universidades e suas unidades administrativas diminuiu de 54% para 42,7%. Cabe observar que essa variação coincidiu com a nova onda de expansão por que passou a pós-graduação nesse período. Conforme documento da CAPES (2003a), o número de cursos de mestrado e doutorado subiu de oito em 1996 para 19 em 2003. Fica evidente uma correlação entre a pesquisa, a pós-graduação e o sistema de publicação.

Como os núcleos e centros de pesquisa, que editam quase 16% dos títulos, geralmente têm vinculação com programas de pós-graduação, o autor constatou haver um protagonismo por parte dos programas na edição dos periódicos do campo. Essa dominância vem conferindo, na sua visão, um direcionamento mais acadêmico para a publicação periódica na área. Para o autor, o protagonismo dos programas resulta tanto da correlação entre pesquisa e pós-graduação, quanto da política da CAPES de incentivar os programas a terem suporte para difusão das pesquisas produzidas no campo.

Considerando o grau de proximidade entre pós-graduação, grupos e centros de pesquisa, é possível afirmar tal protagonismo. Contudo, numa perspectiva mais ampla, como todos estão engendrados no sistema universitário, que no Brasil institucionalizou a pesquisa, há na realidade protagonismo das instituições de ensino na edição dos veículos. São elas as principais produtoras de conteúdo e editoras de publicações periódicas.

Quanto à região em que os títulos são editados, Romancini verificou que 61% encontravam-se no sudeste, 19,5% no sul e 12,2% no nordeste; o centro-oeste contava com 4,9% dos títulos, enquanto que o norte não possuía veículos. Como já antecipado, os dados evidenciam a maior concentração de atividades de pesquisa no sudeste do país. Como a tendência é haver periódicos onde há demanda de autores e leitores, a distribuição de veículos entre os estados e regiões tende a ser proporcional a de instituições, pesquisas, grupos e pesquisadores.

Quanto ao assunto, no período de 1996 a 2003, cerca de 57,3% dos títulos dedicaram-se a assuntos gerais na comunicação, sem especialização temática; 19,5% eram inter, trans ou bidisciplinares; 8,5%, 4,9% e 2,4% dedicaram-se, respectivamente, a temas sobre o jornalismo, o cinema e a semiótica, enquanto que outros 7,3% eram especializados em outros assuntos. A diversidade temática observada por esse autor corrobora os resultados do estudo de Correa *et al* (2005) e as observações de Fausto Neto (1996), Peruzzo (2002) e Jones (2005) a cerca do campo.

Junto com o número de publicações, Romancini notou que cresceu também a especialização temática dos títulos, além de ter aumentado a quantidade de veículos articulando diálogos inter, trans ou bidisciplinares. Essa constatação contraria a observação de Jones (op.cit.) a respeito da baixa especialização temática dos títulos latino-americanos e pode ser lida como indício de que a pesquisa na área está avançando no país.

A respeito do crescimento no número de títulos articulando diálogos entre disciplinas, Romancini comentou que pode ser resultado tanto da real interação entre disciplinas e pesquisadores, justificando uma publicação para dar vazão a essa produção, quanto da necessidade institucional de dispor de um veículo comum para duas ou mais áreas. São ambas alternativas possíveis. Como já discutido anteriormente, muitas instituições criam periódicos para atender a demanda de seus pesquisadores por espaço para publicar.

Quanto à visibilidade dos títulos, o autor observou que nenhum dos títulos era indexado por bases do ISI e nem pelo SciELO. Esse é forte indício de que há deficiências no processo de disseminação dos títulos de comunicação no país. Os editores podem não estar se empenhando para obter a indexação de seus veículos, negligenciando assim etapa importante do processo editorial e de comunicação na ciência. Ou mesmo podem estar encontrando resistência junto aos indexadores para incluir títulos de comunicação.

Com relação à taxa de mortalidade, essa ficou, no período entre 1965 e 2003, em torno de 13% para até um ano de publicação e em 30% para até cinco anos. Não parece ser um percentual tão alto se considerado isoladamente. Deve-se, contudo, ter em mente de que a grande maioria dos títulos é irregular, permanecendo às vezes longo tempo suspensos para depois retornarem as edições. Publicações irregulares não são contabilizadas na taxa de mortalidade; portanto, dessa forma, acredita-se ser significativo esse percentual.

No geral, Romancini constatou que as publicações impressas melhoraram do ponto de vista da edição, do projeto gráfico, do acabamento e da normalização de conteúdos. Notou também que se tornou mais comum o aparecimento de conselhos editoriais nos fascículos. Ainda assim, concluiu que a edição no campo é precária e pouco profissionalizada. Sobre a crescente menção dos conselhos nas publicações, deve-se questionar até que ponto ela corresponde à realidade prática da avaliação: será que esses conselhos funcionam de verdade ou são apenas ilustrativos? São mencionados nos fascículos para comunicar aos leitores os conselheiros que colaboram com a publicação ou para atender determinações por parte de agências como CAPES e CNPq, que cobra a existência deles? Questões como essas permanecem sem resposta até que se realizem estudos específicos sobre o real papel e atuação dos conselhos editoriais nos veículos brasileiros.

Os três estudos encontrados envolvendo periódicos brasileiros da área de comunicação – Romancini (2005), Jones (2005) e Correa *et al* (2005) – fornecem, assim, dados importantes que auxiliam na caracterização do campo e dos títulos, bem como na compreensão das condições atuais de produção dos veículos. Para a pesquisa exploratória dos títulos de comunicação listados no Qualis, que é matéria da próxima seção do texto, os referidos estudos forneceram parâmetros valiosos para a coleta de dados e a interpretação dos resultados. Espera-se, outrossim, que a pesquisa exploratória aqui apresentada enriqueça o quadro de conhecimentos teóricos e empíricos sobre os periódicos brasileiros, tão necessários nesse momento em que os veículos enfrentam tamanhas dificuldades.

#### **4.2 Qualis/CAPES: conceituação e funcionamento**

A CAPES é a principal agência governamental para a coordenação e a avaliação das atividades de pós-graduação no Brasil. Segundo a página eletrônica da agência, suas atividades desdobram-se por quatro grandes linhas de ação: a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, a saber, cursos de mestrado e doutorado; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior; e promoção da cooperação científica internacional.

No que diz respeito à avaliação, a agência distingue três grandes propósitos para o sistema avaliativo: buscar os padrões de excelência para as áreas, contribuindo para a melhoria e o aperfeiçoamento de cursos e programas; estabelecer critérios para o

credenciamento de cursos de mestrado e doutorado junto ao Ministério de Educação (MEC); fornecer informações para embasar a formulação de políticas para a pós-graduação e dimensionar as ações de fomento por parte dessa e de outras agências públicas que apóiam as atividades de pesquisa no país.

Segundo Elaine de Souza (2001), que descreveu o processo de implantação do Qualis em sua dissertação de mestrado – um dos únicos trabalhos já publicados sobre o assunto –, o sistema de avaliação da CAPES vem sendo continuamente aperfeiçoado desde sua implantação na segunda metade da década de 1970. Fundado na revisão pelos pares, o sistema, desde o início, organizou a avaliação dos cursos por áreas, que fica a cargo de comissões formadas por consultores, e tomou a pesquisa e a produção intelectual como indicadores básicos de qualidade dos cursos. Depois de passar por sucessivas modificações na década de 1980, o sistema sofreu novas transformações no biênio 1996/97, que culminaram, no ano seguinte, na implantação de um novo modelo, no qual nascia o Qualis como uma de suas partes integrantes.

Dentre as novidades do modelo implantado em 1998, Souza (op.cit.) destacou a modificação do período de avaliação, que passou a ser trienal ao invés de bienal; a adoção dos padrões internacionais de qualidade relativos a cada área de conhecimento; a informatização dos processos de avaliação e coleta de dados; e a adoção do princípio de avaliação continuada. Como constatou a autora, alguns aspectos do modelo anterior permaneceram: a valorização dos produtos, a ênfase no quantitativo e a avaliação baseada em relatórios.

Contudo, argumentou Souza (op.cit., p. 50), “a demanda por uma avaliação que primasse pela qualidade em detrimento da quantidade levou a CAPES, em conjunto com a comunidade científica, a inserir no relatório de avaliação aspectos que permitissem verificar a qualidade dos cursos”. Sendo um desses aspectos relacionado com a produção científica, a preocupação estendeu-se às publicações periódicas utilizadas pelos programas para publicar a produção intelectual de seus docentes e discentes. O Qualis, justificou a autora, nasceu da necessidade de qualificar os veículos adotados pelos programas e, assim, incrementar o rol de indicadores que servem à avaliação da pós-graduação, à formulação de políticas para o setor e ao dimensionamento das ações de fomento das agências públicas.



Segundo a CAPES, o Qualis é o resultado de um processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para publicação da produção intelectual docente e discente. Assim como ocorre no caso dos cursos, a avaliação dos veículos é também empreendida por área. Com base nos relatórios que os programas fornecem sobre suas atividades e produção, as comissões das áreas conduzem anualmente a classificação dos veículos relatados, seguindo critérios e parâmetros definidos por cada uma delas.

Dentre os veículos avaliados, há publicações periódicas impressas e eletrônicas, nacionais e estrangeiras. Nota-se que, como a avaliação cobre os veículos utilizados e não os produzidos pelos programas, não há apenas veículos das próprias áreas que os avaliaram, mas também de outras áreas. Assim, por exemplo, na lista de veículos adotados pela área de ciências sociais aplicadas, há títulos de letras e literatura, psicologia, ciências sociais, informática, etc.

Na classificação, os veículos são enquadrados em duas categorias que, para a CAPES, são indicativas da qualidade das publicações. Há a conceituação em A, B ou C e a categorização quanto à circulação, em internacional, nacional e local. A classificação resulta numa lista de publicações, onde essas são identificadas pelo número do ISSN, título, circulação e conceito obtido. As listas, em formato \*xls, são disponibilizadas para a comunidade científica através da página eletrônica da CAPES.

No triênio 2001-2003, que corresponde ao período aqui analisado, as listas incluíram também os veículos que, embora tenham sido relatados pelos programas, não receberam qualquer classificação pelas comissões de área. Dessa forma, nessas listas, há títulos classificados e títulos “sem classificação”; esses, por não terem sido de fato avaliados, apareceram nas listas como “sem circulação”. Na área de ciências sociais aplicadas, essa prática foi abolida na lista de 2004, a qual, contudo, não foi inclusa nessa pesquisa.

Souza (2001) relatou a experiência das comissões de área na formulação de critérios e implantação do processo avaliativo das publicações. Observou que algumas delas desenvolveram mecanismos próprios para a classificação. Outras recorreram a programas de pós-graduação, associações profissionais e sociedades científicas para a definição dos critérios a serem adotados na avaliação dos títulos. Dentre as dificuldades relatadas pelas comissões para conduzir inicialmente a classificação, Souza ressaltou a falta de normalização dos títulos como uma das principais. Outra foi a inadequação dos Qualis para

avaliar a produção técnica e artística, que não se encaixa na classificação desse sistema, e a produção por meio de livros e capítulos de livros, igualmente inadequada às categorias propostas pelo Qualis. Em artigo publicado no InfoCAPES, Souza e Paula (2002), comentaram que, devido às dificuldades encontradas, nem todas as áreas haviam, até 2000, transcorridos quase dois anos do início dos trabalhos, encerrado a primeira rodada de avaliação dos veículos. Hoje, contudo, observa-se que todas já têm suas listas divulgadas na página eletrônica da CAPES.

Conforme a tabela de áreas do CNPq emprestada à CAPES, a comunicação situa-se dentro da área de ciências sociais aplicadas, junto com a ciência da informação. Segundo documento dessa área (CAPES, 2004), instituiu-se uma comissão permanente para a avaliação dos periódicos científicos, presidida pelo representante da área e composta por dois núcleos: o núcleo de avaliação e o núcleo de Consultores. Ao primeiro, coube a função de elaborar e revisar, anualmente, o *ranking* dos títulos classificados; ao segundo, coube conduzir a avaliação propriamente dita, fornecendo os dados com base nos quais os avaliadores elaboram o *ranking*. Os consultores são, segundo o documento, “pesquisadores de todos os programas de comunicação e ciência da informação, escolhidos segundo áreas de competência temática”; seu trabalho é o de elaborar pareceres sobre os veículos, enquadrando-os quanto a seu conceito e circulação.

São os critérios para a avaliação dos periódicos estipulados pela comissão permanente da área de Ciências Sociais Aplicadas I:

a) Critérios Preliminares

- Registro de ISSN
- Explicitação de regras de submissão de originais
- Explicitação do Conselho Editorial
- Regularidade

b) Critérios Materiais

- Qualidade nas regras de publicação

- Prioridade ao texto resultante de pesquisa
- Prioridade ao texto inédito

- Prioridade à descoberta científica, invenção metodológica ou conceitual (evitar “escoamento da produção”)
- Qualidade no Conselho Editorial
  - Efetividade da revisão pelos pares
  - Abrangência do Conselho Editorial (compatível com a circulação internacional, nacional ou local)
  - Maturidade e titulação do Conselho Editorial
- Distribuição da autoria
  - No mínimo 70% de artigos de autores de fora da instituição, para periódicos nacionais e internacionais (evitar endogenia de autores)
  - Prioridade a autores com maior maturidade científica (titulação)
- Qualidade e impacto dos trabalhos sobre o campo da Comunicação ou da Ciência da Informação
- Circulação do periódico no mínimo nas bibliotecas dos programas de pós-graduação da área, para periódicos nacionais.

Com base nesses critérios, a comissão da área de Ciências Sociais Aplicadas I produziu três listas no triênio 2001-2003, nas quais foram pesquisados os títulos que compõem o panorama que ora se apresenta.

#### **4.3 Metodologia e critério de seleção da amostra de títulos**

Anualmente, a CAPES libera as informações sobre a avaliação dos veículos na forma de listas – uma lista geral de todos os veículos contidos na base no ano de avaliação e listas por área, todas em formato \*xls e disponíveis na página eletrônica da agência. Nessas listas, os veículos são identificados pelo nome, ISSN, conceito obtido na avaliação e abrangência da circulação. Os conceitos variam em A, B ou C e a circulação, em local, nacional ou internacional. Nas listas, os veículos que foram reportados pelos programas, mas não foram avaliados pela comissão, constam como “sem classificação” e “sem circulação”.

Como a proposta do Qualis é avaliar os veículos adotados e não apenas os produzidos pelos programas, as listas não trazem apenas os periódicos das próprias áreas que a avaliaram, mas incluem também títulos de outras áreas, além de títulos estrangeiros.

Especialmente no caso da área de ciências sociais aplicadas, vale observar que a primeira lista divulgada (2001) trouxe uma diversidade maior de veículos e suportes de disseminação; além dos periódicos científicos e técnico-científicos, listava também algumas edições de livros, boletins informativos, páginas eletrônicas institucionais, portais de divulgação, etc. Nas listas seguintes (2002 e 2003), a seleção de veículos foi mais rigorosa, permanecendo apenas os periódicos e os anuários.

Para o enquadramento dos títulos na categoria de periódicos, haja vista a complexidade que envolve a categorização dessas publicações, foram utilizados dois parâmetros. O primeiro, mais genérico, é a definição de publicação seriada utilizada pelo ISSN, reportada no segundo capítulo. O segundo, mais restritivo, adveio das diretrizes de Braga e Oberhofer (1982) para classificação de periódicos, com o intuito de distinguir os periódicos científicos e técnicos dos periódicos de divulgação. De acordo com as diretrizes, os periódicos são científicos quando mais de 50% de seu conteúdo é composto de contribuições resultantes de pesquisas científicas (artigos); são técnicos quando incluem além de artigos contribuições que emitem comentários e pontos de vistas, tais como relatos, resenhas, entrevistas, etc.; e são de divulgação quando priorizam informes e notas curtas no conteúdo publicado. Assim, nesta pesquisa foram considerados periódicos todas as publicações seriadas que, em qualquer suporte, encaixam-se nas categorias de periódicos científicos e técnicos supramencionadas.

O processo de seleção dos títulos nas listas do Qualis de 2001, 2002 e 2003 compreendeu as seguintes etapas:

Etapa 01 – Reconhecimento / Identificação

Etapa 02 – Agrupamento

Etapa 03 – Classificação

Etapa 04 – Caracterização

A pesquisa dos títulos foi realizada quase que inteiramente pela Internet. Foram consultadas bases de dados, indexadores e coleções eletrônicas, como o SciELO e o REVCOM; catálogos de publicações e índices bibliográficos, como o Catálogo de Revistas Acadêmicas em Comunicação e o Latindex; catálogos de bibliotecas universitárias, a saber:

- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP)
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
- Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- Universidade de São Paulo (USP)
- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)
- Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)
- Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS)
- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
- Universidade de Brasília (UNB)

Foram também consultadas as páginas eletrônicas e os portais das universidades, grupos e núcleo de pesquisas, editoras universitárias, sociedades científicas e associações profissionais. Eventualmente, os acervos digitais de veículos de comunicação não-científicos foram consultados em busca de citações aos veículos pesquisados, como também o foram os acervos físicos de bibliotecas universitárias (UFRJ e PUC-RJ), para o caso de veículos não encontrados na Internet.

A maior dificuldade enfrentada durante a pesquisa dos títulos não esteve ligada à insuficiência de acervos e fontes de pesquisa. A Internet mostrou-se ferramenta eficiente de pesquisa e a proximidade de bibliotecas físicas também contribuiu. A maior dificuldade foi a falta de normalização dos títulos nas listas fornecidas pela CAPES. Os seguintes problemas foram detectados: títulos com nome incompleto; títulos integralmente repetidos e títulos repetidos, mas redigidos de maneiras diferentes; títulos com ISSN de outros títulos; títulos diferentes com mesmo ISSN; títulos sem ISSN; títulos com ISSN inexistente.

O desenvolvimento de cada uma das etapas que precederam à seleção final dos veículos deu-se conforme descrito na seqüência.

## **Etapa 01 – Reconhecimento / Identificação**

Nessa etapa, realizou-se a verificação dos dados fornecidos pelas listas Qualis (ISSN e nome do veículo) e fez-se o levantamento de informações preliminares sobre os títulos, a saber: temática principal, país de origem e unidade da federação (UF) da instituição editora (somente para veículos brasileiros).

O procedimento de reconhecimento e identificação dos títulos foi aplicado em cada uma das três listas separadamente (2001, 2002 e 2003). Durante a aplicação, os títulos foram normalizados e os ISSN que faltavam foram inseridos. Todas as entradas integralmente repetidas foram excluídas. Os títulos identificados, mas cujos ISSN não foram encontrados, foram mantidos nas listas. Já os títulos que não foram encontrados ou não puderam ser identificados receberam a observação “não identificado”.

Depois de reconhecidos e identificados todos os títulos, as três listas foram fundidas numa só. Trazendo as informações verificadas e coletadas, essa nova lista apresentou a situação dos veículos nas três avaliações: se foram mencionados ou não e, em caso positivo, que classificação obtiveram. Vale lembrar que títulos avaliados receberam conceitos A, B ou C e foram classificados quanto à circulação em internacional, nacional e local. Títulos reportados na lista mas não avaliados pela comissão receberam menção do tipo “sem classificação” e “sem circulação”. As etapas seguintes tomaram por base essa nova lista produzida.

## **Etapa 02 – Agrupamento**

Essa etapa consistiu da separação dos veículos em três grupos distintos:

- *Veículos de comunicação*, cujo assunto principal é objeto do campo da comunicação ou que são produzidos por instituições editoras da área;
- *Veículos de outras subáreas*, cujo assunto principal é objeto fora do campo da comunicação ou que são produzidos por instituições editoras de outra área que não a comunicação;
- *Veículos estrangeiros*, títulos produzidos em outros países.

A distinção entre veículos de comunicação e veículos de outras subáreas foi realizada observando-se a pertinência do assunto principal dos títulos ao campo da comunicação (se tratam de objetos da comunicação ou não). Essa tarefa foi por vezes complicada, devido à dificuldade em se localizar os objetos dentro de fronteiras disciplinares que são tênues e instáveis, como as que separam a comunicação de outras ciências sociais e humanas. Outro fator de dificuldade foi a existência de periódicos generalistas – geralmente de responsabilidade de unidades administrativas e acadêmicas de universidades, tais como pró-reitorias, coordenações de extensão e graduação, centros de ciências sociais e/ou humanas, etc. –, as quais editam regularmente conteúdos de várias áreas, incluindo-se os de comunicação. Destaca-se também, nesse sentido, a existência de edições temáticas em comunicação produzidas por veículos de outras áreas.

O enquadramento dos veículos baseou-se nas informações coletadas na primeira etapa e foram complementadas com informações fornecidas pelos próprios veículos (apresentações, editoriais, artigos) e pelas bases de dados, indexadores e catálogos de bibliotecas. Casos problemáticos, como, por exemplo, de veículos cujos objetos são fronteirços ou que são assumidamente multi ou interdisciplinares, foram resolvidos observando-se a área de especialização da instituição editora (se possui o campo da comunicação como área de atuação de suas atividades de pesquisa ou docência ou outra) e eventualmente a área de atuação dos membros do conselho editorial (dentro ou fora do campo). Foram enquadrados como veículos de comunicação apenas os títulos cujo assunto principal pertencia ao campo da comunicação e que eram produzidos por instituições editoras atuantes no campo.

Assim, a grande lista produzida na etapa anterior, que integrava as três listas originais de 2001, 2002 e 2003, foi novamente desmembrada em três – uma lista de veículos de comunicação, uma de veículos de outras subáreas e uma terceira, com veículos estrangeiros. Em cada uma delas, havia veículos classificados (A, B ou C; internacional, nacional e local) e veículos “sem classificação” / “sem circulação”.

### **Etapa 03 – Classificação**

Na etapa de classificação trabalhou-se apenas com a lista de veículos de comunicação produzida na etapa anterior. Resumiu-se à distinção, dentro dessa lista, entre os veículos

que obtiveram alguma classificação na avaliação do Qualis no triênio 2001-2003 e aqueles não obtiveram qualquer classificação, em nenhum dos três anos. Aqui, veículos classificados foram aqueles que, fechado o triênio, receberam no mínimo um conceito (A, B ou C) e no máximo três, obtendo também classificação quanto à circulação (internacional, nacional ou local). Veículos não classificados foram aqueles que não obtiveram qualquer classificação no triênio, obtendo apenas menções do tipo “sem classificação” e “sem circulação”. Daí produziu-se duas novas listas de títulos de comunicação, uma de veículos classificados e outra de veículos não classificados. A lista de veículos de comunicação classificados encontra-se no Anexo I.

#### **Etapa 04 – Caracterização**

A etapa de caracterização considerou apenas a lista de veículos classificados. Consistiu na confirmação ou no levantamento das seguintes informações sobre os títulos arrolados:

- ISSN
- Nome do veículo
- Tema principal, sendo: (i) comunicação, (ii) inter, trans ou bidisciplinares, (iii) especializadas
- Tipo de instituição editora, sendo: (i) universidade, faculdade ou departamento, (ii) associação profissional ou sociedade, (iii) programa de pós-graduação, (iv) grupo, núcleo, laboratório ou centro de pesquisa, e (v) grupo ou entidade empresarial
- Natureza da instituição editora, sendo: (i) pública (federal, estadual e municipal) e (ii) privada
- UF e região da instituição editora
- Periodicidade, sendo: (i) anual, (ii) semestral, (iii) quadrimestral, (iv) trimestral, e (v) bimestral
- Suporte, sendo: (i) eletrônico, (ii) impresso e eletrônico, e (iii) impresso
- Tempo de vida
- Regularidade
- Indexação



- Conceito obtido no Qualis (2001-2003), sendo A, B ou C

Com relação ao tipo de instituição editora, cabem alguns esclarecimentos. Como já discutido anteriormente, as instituições de ensino são as principais editoras de periódicos no Brasil. Devido ao grande número de publicações editadas por essas organizações, optou-se por dividir os editores que se vinculam ao sistema universitário em três grupos distintos. No caso de publicações de responsabilidade de unidades administrativas e organizacionais de instituições de ensino, tais como reitorias e pró-reitorias, secretarias, centros de ciências humanas e sociais e etc., utilizou-se a categoria de universidades, faculdades ou departamentos. Muitos grupos, centros e núcleos de pesquisa também assumem a edição de periódicos e possuem certa representatividade no universo de editores brasileiros; daí agrupá-los numa outra categoria, a de grupos, núcleos, laboratórios ou centros de pesquisa. E o mesmo se pode dizer dos programas de pós-graduação, que editam um percentual significativo de títulos no país, sendo, portanto, identificados como outro tipo de instituição editora.

Nesta etapa da pesquisa, além das informações supramencionadas, buscou-se também averiguar a presença ou ausência das publicações nas coleções das bibliotecas de 14 universidades que mantêm programas de pós-graduação em comunicação. São elas: UFRJ, PUC-RJ, UFMG, USP, UNESP, PUC-SP, UNICAMP, UTP, UFRGS, UNISINOS, PUC-RS, UNB e UFPE.

Dentro do universo de publicações classificadas, quatro títulos não puderam ser identificados. São eles: *Ensaio: comunicação em revista*, *Revista de pesquisas e estudos da Faculdade de Jornalismo e Radialismo Pinheiro Guimarães*, *Temas: ensaios de comunicação* e *Cadernos de comunicação*. Embora o segundo dos títulos listados já traga, em seu nome, a identificação da instituição editora (Faculdade Pinheiro Guimarães, da cidade do Rio de Janeiro), quando essa foi contatada não confirmou a existência do referido veículo. Na ausência de informações sobre ele, optou-se por classificá-lo como “não identificado”. No caso do primeiro e do quarto títulos mencionados, a ausência de ISSN e a inexistência deles nos catálogos e bases de dados consultados embasaram a decisão de classificá-los como “não identificados”. Já no caso dos *Cadernos de comunicação*, a inexistência do ISSN desse título nas listas tornou impossível sua identificação, uma vez

que há pelo menos dois títulos correntes com esse nome, um editado pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria e outro produzido pela Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

Todos os veículos identificados e classificados nesta etapa encontram-se descritos no Anexo II.

#### 4.4 Resultados e Discussão

No triênio 2001-2003, um total 118 veículos dedicados a temáticas do campo da comunicação foram mencionados nas listas do Qualis de ciências sociais aplicadas, como mostra a **tabela 4**.

Taabela 4: Publicações da área de comunicação / Qualis 2001-2003				
Categoria	2001	2002	2003	2001-2003
Publicações Classificadas	28	27	66	66
Publicações Não Classificadas	30	72	34	52
Total	58	99	101	118

O conjunto de 66 títulos classificados no ano de 2003 contém todos os outros veículos classificados nos dois anos anteriores. Como se pode observar nas listas contidas no Anexo I, todos os títulos classificados no Qualis de 2003 ou já haviam sido avaliados no(s) período(s) anterior(es) ou foram pela primeira vez avaliados nesse ano. O universo de veículos classificados corresponde, dado o papel que o Qualis assume no sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, ao de títulos reconhecidos pela comissão de área da CAPES como adequados à publicação da produção intelectual docente e discente dos programas de pós-graduação brasileiros. Assim, considerando as publicações que obtiveram classificação nas listas Qualis, o universo de títulos de comunicação nessa base compreendeu **66 veículos**, cujas características serão discutidas na sequência. Desse universo, 14 títulos ou cerca de 21% das publicações não constam no levantamento realizado por Romancini (2005) e apresentado na primeira parte deste capítulo.

A **tabela 5** mostra a distribuição dos títulos conforme o tipo de instituição editora.

**Tabela 5: Publicações classificadas - por tipo de instituição**

<b>Tipo de instituição editora</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>
Universidade, Faculdade, Deptos	28	42,4
Grupo, Núcleo, Lab, Centro de Pesquisa	13	19,4
Sociedade / Associação Científica	2	3,0
Programa de Pós-Graduação	17	25,8
Grupo ou Entidade Empresarial	2	3,0
Publicações Não Identificadas	4	6,1
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>100,0</b>

Aproximando-se dos resultados obtidos por Romancini (2005), também aqui a maioria dos títulos, cerca de 42% do total, é editada por universidades, faculdades ou departamentos de comunicação, incluindo-se aqui aquelas editadas por outras unidades administrativas de universidades, tais como pró-reitorias, secretarias e coordenações de extensão, cultura ou comunicação. É o caso dos seguintes títulos:

- *404notfound* (UFBA)
- *Alceu* (PUC-RJ)
- *Arte e comunicação* (UFPE)
- *Caderno Uniabc de comunicação social* (Faculdades Uniabc)
- *Cambiassú* (Universidade Federal do Maranhão – UFMA)
- *Comunicação e educação* (USP)
- *Comunicação e informação* (Universidade Federal de Goiás – UFG)
- *Comunicarte* (PUCCAMP)
- *Conexão* (UCS)
- *Contemporânea* (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ)
- *Devires* (UFMG)
- *Digitagrama* (Estácio de Sá)
- *Ecos* (Universidade Católica de Pelotas – UCPEL)
- *Em questão* (UFRGS)
- *Geraes* (UFMG)
- *Interface* (Fundação UNI/UNESP)
- *Lumina* (UFMG)

- *Novos Olhares* (USP)
- *Pré-textos para discussão* (Universidade de Salvador – UNIFACS)
- *Revista de biblioteconomia e comunicação* (UFRGS)
- *Revista de estudos da comunicação* (Universidade Federal do Paraná – UFPR)
- *Revista FAENAC de comunicação* (Faculdade Editora Nacional – FAENAC)
- *Revista IMES comunicação* (IMES), *Facom* (Fundação Alberto Álvares Penteado – FAAP)
- *Signo* (Universidade Federal da Paraíba – UFPB)
- *Sinopse* (USP)
- *Trama* (Estácio de Sá)
- *Verso e reverso* (UNISINOS).

As instituições de ensino com mais títulos no universo pesquisado foram a USP, com cinco, seguida da UFRGS, da UMESP, da UFRJ e da UFBA, com três cada uma. Outras nove instituições, dentre públicas e privadas, editaram cada uma dois títulos. São elas: PUC-SP, PUC-RS, UFF, UERJ, FACASPER, UFMG, Estácio de Sá, UNISINOS e UFPE. Outras universidades e faculdades como a UFJF, a UCS, a UFSM, a UNIMAR, a UNIFACS, a FAAP e a UNICAMP, editaram cada uma apenas um título. Ao todo, 37 instituições de ensino editaram periódicos dentro do universo pesquisado, mas dessas apenas cerca de 46% possuíam então programas de pós-graduação em comunicação. Esses, por sua vez, apareceram em segundo lugar enquanto instituição editora, publicando aproximadamente 25% dos títulos identificados. São as publicações editadas pelos referidos programas:

- *Ciberlegenda* (UFF)
- *Comunicação e espaço público* (UnB)
- *Comunicação e sociedade* (UMESP)
- *Comunicação: veredas* (Universidade de Marília – UNIMAR)
- *Contemporânea* (UFBA)

- *Contracampo* (UFF)
- *Eco* (UFRJ)
- *Fronteiras* (UNISINOS)
- *Galáxia* (PUC-SP)
- *Intexto* (UFRGS)
- *Ícone* (UFPE)
- *Líbero* (Faculdades Cásper Líbero – FACASPER)
- *FAMECOS* (PUC-RS)
- *Semiosfera* (UFRJ)
- *Sessões do imaginário* (PUC-RS)
- *Textos de cultura e comunicação* (UFBA)
- *Thesis* (FACASPER).

Já os grupos, núcleos, laboratórios ou centros de pesquisa apareceram em terceiro lugar enquanto instituição editora, produzindo cerca de 19% dos títulos identificados. São as publicações editadas por eles:

- *Animus* (Núcleo de Editoração Multimídia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM)
- *Anuário de comunicação regional* (Cátedra UNESCO-UMESP)
- *Atrator estranho* (Centro de Estudos e Pesquisas em Novas Tecnologias, Comunicação e Cultura – NTC / USP)
- *Comunicação e política* (Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos - CEBELA)
- *Eptic on-line* (Rede de Pesquisadores em Economia Política das Tecnologias de Informação e Comunicação)
- *Extraprensa* (Centro de Estudos Latino Americano sobre Cultura e Comunicação - CELACC / USP)
- *Ghrebh* (Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia – CISC / USP)
- *Logos* (Laboratório de Estudos Contemporâneos – LABORE / UERJ)

- *Lugar comum* (Rede Universidade Nômade)
- *PCLA* (Cátedra UNESCO-UMESP)
- *Rastros* (Núcleo de Estudos da Comunicação, Instituto Luterano de Santa Catarina – NECOM / IELUSC)
- *Significação* (Centro de Pesquisa em Poética da Imagem – CEPPI / USP / UTP)
- *Studium* (Laboratório de Media e Tecnologias de Comunicação – MEDIATEC / UNICAMP)

Sociedades científicas e associações profissionais são, junto com as entidades ou grupos empresariais, as instituições editoras que produziram menos títulos no universo pesquisado. Aquelas primeiras são responsáveis por apenas dois veículos ou 3% do total: o *Anuário internacional da comunicação lusófona*, editado pelo LUSOCOM, e a *Revista brasileira de ciências da comunicação*, publicação da INTERCOM. Já os grupos e entidades empresariais também editaram apenas dois títulos: *Cinemais*, da editora Aeroplano, e *Pauta geral*, publicação da editora Calandra.

Vale observar que, tirando esses dois títulos publicados por editoras comerciais, outros títulos são editados e/ou comercializados em parceria com editoras comerciais e universitárias. É o caso, por exemplo, da revista *Lugar comum*, da Rede Universidade Nômade, editado em parceria com a editora comercial *e-Papers*, e da revista *Significação*, publicação do CEPPI (USP/UTP), que é editada em parceria com a editora Annablume. Já o título *Comunicação e educação* é editado pelo curso de gestão de processos comunicacionais da Escola de Comunicação e Artes da USP e comercializado em parceria com a editora Paulinas.

As revistas *Conexão* (UCS) e *Revista de estudos da comunicação* (UFPR) são ambas publicações institucionais de universidades, editadas e distribuídas por suas respectivas editoras, a saber, EDUCS e editora Champanhat. Outras três editoras universitárias que incluíram em seus catálogos periódicos de comunicação produzidos pela instituição foram as da UMESP, da PUC-RS e da PUC-SP. A editora da UFMG mencionara a presença dos periódicos da instituição em seu catálogo *on-line*; contudo, não foram encontrados quaisquer periódicos no catálogo, tampouco os de comunicação. No caso das editoras da

UFRJ e da USP, também não foram encontrados em seus catálogos os periódicos editados por essas instituições.

Quanto à natureza da instituição editora, observou-se uma distribuição equitativa dos títulos entre instituições públicas e privadas. Contudo, dentre aquelas primeiras, registrou-se a predominância das universidades federais. Somente elas editaram mais de 32% de todos os títulos identificados, como mostra a **tabela 6**.

Tabela 6: Publicações classificadas - por natureza da instituição		
Natureza da instituição editora	Quant.	%
PÚBLICAS	32	48,5
Federais	22	33,3
Estaduais	9	13,6
Municipais	1	1,5
PRIVADAS	30	45,5
Publicações Não Identificadas	4	6,1
TOTAL	66	100,0

Quanto à distribuição geográfica das publicações, verificou-se grande concentração no sudeste, acompanhando a própria concentração das atividades de pesquisa nessa região. Mais da metade dos títulos foi editada em estados do sudeste, em especial em São Paulo, de onde se originaram mais de 34% das publicações arroladas. A **tabela 7** mostra a distribuição dos títulos por UF e região.

Tabela 7: Publicações classificadas - por UF e região				
UF	Quant.	Região	Quant.	%
RJ	12	SE	38	56,7
SP	23			
MG	3			
RS	10	SUL	12	17,9
SC	1			
PR	1			
BA	5	NE	10	14,9
PB	1			
PE	2			
SE	1			
MA	1	CO	1	1,5
GO	1			
DF	1	DF	1	1,5
N / I	4			6,1
TOTAL	66			100,0

Como mostram os dados da tabela 7, não há no universo pesquisado qualquer título proveniente da região norte do país e apenas um título do centro-oeste, a revista *Comunicação e informação*, da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG. Vale observar que não há, nessas duas regiões, programas de pós-graduação na área de comunicação. A região nordeste contou com quase 15% das publicações, dispersas por cinco estados diferentes, mas com maior concentração no estado da Bahia, onde há um programa de pós-graduação na área. Também nesse quesito, os resultados obtidos aproximam-se dos relatados por Romancini (2005), que averiguou, em sua investigação, que mais de 80% dos títulos eram editados em estados do sudeste e do sul do país. Também na referida pesquisa, não havia títulos provenientes de estados do norte.

Quanto ao suporte, verificou-se que coexistem publicações impressas e eletrônicas, havendo grande quantidade de títulos editados em ambos os suportes. A **tabela 8** mostra como ficou essa distribuição.

Tabela 8: Publicações classificadas - por suporte		
Suporte	Quant.	%
Eletrônicas	10	15,2
Impressas / Eletrônicas	17	25,8
Impressas	35	53,0
Não Identificadas	4	6,1
TOTAL	67	100,0

Seguindo as orientações de Castro e Targino (2001), para quem o periódico eletrônico é aquele exclusivamente editado e disseminado nesse meio, há no universo pesquisado 10 publicações que se encaixam nessa definição. São elas: *404notfound*, *Ciberlegenda*, *Contemporânea* (UERJ), *Digitagrama*, *Eptic on-line*, *Ghrebh*, *PCLA*, *Semiosfera*, *Stadium* e *Verso e reverso*. Essa última era originalmente editada no suporte impresso, mas migrou definitivamente para o meio eletrônico nos últimos anos.

Na categoria das impressas / eletrônicas, encontram-se as publicações que mantêm simultaneamente versões impressa e eletrônica. No geral, as versões eletrônicas encaixam-se na categoria dos periódicos de acesso livre, disseminando gratuitamente na Internet ou conteúdo integral das edições atual e anteriores, como o que ocorre com os títulos *Em questão*, *Intexto*, *Rastros* e *Líbero*, ou apenas o conteúdo das edições anteriores, como no caso dos títulos *Comunicação e espaço público* e *Contracampo*. A única exceção é a revista



*Lugar comum*, cuja versão eletrônica é comercializada pela editora *e-Papers*, como alternativa à versão impressa também ofertada.

A maioria dos títulos permanece, contudo, apenas no suporte impresso. Alguns desses utilizam a Internet para divulgar sumários, editoriais, resumos e informações sobre assinaturas, seja através de páginas eletrônicas próprias, como as revistas *Comunicação e educação* e *Eccos*, seja através da página da instituição (universidade, programa de pós-graduação, editora), como o caso das publicações *Comunicarte* e *Revista brasileira de ciências da comunicação*.

Quanto à periodicidade, verificou-se que a maioria dos títulos é semestral. Os que adotam a periodicidade anual são, além dos dois anuários inclusos no universo pesquisado, as revistas *Digitagrama*, *Pauta geral*, *Comunicação: veredas*, *Rastros* e a *Revista de biblioteconomia e comunicação*, atualmente encerrada e substituída pela *Em questão*, que é semestral. A **tabela 9** mostra como ficou essa distribuição.

Tabela 9: Publicações classificadas - por periodicidade		
Periodicidade	Quant.	%
Anual	7	10,6
Semestral	42	63,6
Quadrimestral	5	7,6
Trimestral	2	3,0
Periodicidade desconhecida	2	3,0
Periodicidade irregular	4	6,1
Publicações não identificadas	4	6,1
TOTAL	67	100,0

As publicações quadrimestrais são cinco ao todo, sendo que duas delas são eletrônicas (*Eptic on-line* e *Ghrebh*) e outras duas usam o meio eletrônico como suporte alternativo (*Comunicação e política* e *Famecos*). Trimestrais há apenas duas, também ambas disseminadas exclusivamente no meio eletrônico – *Studium* e *PCLA*. Essa última encontra-se atualmente suspensa, conforme informado pela instituição editora.

Os títulos com periodicidade irregular são quatro: um eletrônico (*404notfound*) e três impressos (*Cinemais*, *Cadernos Uniabc de comunicação social* e *Thésis*). No caso dessas publicações, o status da periodicidade foi confirmado por meio de informações fornecidas pelos próprios veículos pela Internet (páginas eletrônicas próprias ou institucionais) e pela instituição editora. Outros dois títulos não puderam ter sua periodicidade identificada:

*Atrator estranho e Extraprensa*. Conforme informado pelas respectivas instituições editoras e páginas institucionais, essas duas publicações encontram-se atualmente encerradas.

Dificuldades na identificação da periodicidade das publicações fez com que emergissem dúvidas quanto à regularidade das publicações. Constatou-se que todos os títulos aqui pesquisados, inclusive os eletrônicos, têm dificuldades para manter a regularidade das edições. Os veículos eletrônicos, contudo, são as que mais se aproximam da regularidade. Entre as 10 publicações eletrônicas arroladas, apenas duas não publicaram qualquer edição no ano de 2005: a *PCLA*, que se encontra encerrada, e a *Ghrebh*, cuja última edição publicada, até o momento, é de novembro de 2004. No caso das publicações que mantêm versões impressas e eletrônicas, a irregularidade das publicações repete-se, embora haja exceções, como o caso das revistas *Comunicação e política* e *Famecos*.

Quanto ao tempo de vida das publicações, constatou-se que a maioria, mais de 60%, constitui-se de títulos novos com menos de 10 anos de existência. O título mais antigo é a revista *Significação*, especializada em semiótica e criada em 1974. Depois dela vem a *Comunicação e sociedade*, criada em 1979. Outras nove revistas foram criadas na década de 1980, a maioria entre 1980-1985, com a exceção da *Revista de biblioteconomia e comunicação*, criada em 1986, mas encerrada em 2003. Tirando a *Verso e reverso*, todos os periódicos eletrônicos *stricto sensu* identificados foram criados entre 1999 e 2003. Ainda que o meio eletrônico venha, cada vez mais, se mostrando como a opção mais viável em termos financeiros para a disseminação das revistas, observa-se que 53% do total de títulos criados entre 2000 e 2003 tenham optado exclusivamente pelo meio impresso. A **tabela 10** mostra a distribuição de títulos conforme o tempo de vida.

Tabela 10: Publicações classificadas - por ano de criação		
Ano de Criação	Quant.	%
Entre 2000-2003	19	28,8
Entre 1996-1999	22	33,3
Entre 1990-1995	10	15,2
Entre 1980-1989	9	13,6
Entre 1970-1979	2	3,0
Publicações Não Identificadas	4	6,1
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>100,0</b>

No que concerne ao assunto principal da publicação, a despeito das inúmeras dificuldades que circundam a categorização dos títulos nessa matéria, chegou-se a resultados próximos daqueles produzidos por Romancini (2005). Também aqui predominam as publicações que, sem especialização, dedicam-se a temas diversos dentro da comunicação. É o caso de publicações como a *Famecos*, a *Ciberlegenda* e a *Líbero*. A **tabela 11** mostra a distribuição temática dos títulos.

Tabela 11: Publicações classificadas - por assunto		
Assunto	Quant.	%
Comunicação	38	57,6
Inter, trans ou bidisciplinares	11	16,7
Especializadas	13	19,7
Publicações não identificadas	4	6,1
TOTAL	66	100,0

Dentre as publicações especializadas, verifica-se a existência de cinco títulos dedicados às temáticas do cinema – *Cinemas*, *Devires*, *Trama*, *Digitagrama* e *Sinopse*. Em segundo lugar, aparecem os especializados em semiótica, que são dois (*Ghrebh* e *Significação*). Outros temas como a cultura eletrônica (*404notfound*), a economia política dos meios de comunicação (*Eptic on-line*), o jornalismo (*Pauta geral*), a fotografia (*Studium*), os estudos de mídia (*Fronteiras*) e a recepção de produtos midiáticos (*Novos olhares*), contam cada um com uma publicação no universo pesquisado.

Quanto à circulação dos títulos, a classificação do Qualis aponta à predominância de publicações locais e nacionais. Apenas duas são classificadas como internacionais – *PCLA*, da Cátedra UNESCO-UMESP, e *Famecos*, da PUC-RS. A **tabela 12** mostra como ficou distribuída a circulação conforme classificação do Qualis.

Tabela 12: Publicações classificadas - por circulação		
Circulação	Quant.	%
Local	33	50,0
Nacional	31	47,0
Internacional	2	3,0
TOTAL	66	100,0

Como observou Bonini (2004), a classificação quanto à circulação empreendida pelo Qualis não leva em conta a circulação efetiva das publicações, mas a abrangência de

autores e membros do conselho editorial dos veículos. Ainda assim, observa-se que a comissão da área de ciências sociais aplicadas estipulou, como um dos critérios materiais a serem observados nos veículos avaliados, “a circulação efetiva do periódico, com presença de coleções em pelo menos todas as bibliotecas dos programas de pós-graduação da área, em caso de periódicos nacionais” (CAPES, 2004; grifo nosso). Assim, resolveu-se verificar a presença ou a ausência de exemplares dos títulos pesquisados nos catálogos das bibliotecas de 14 das 19 universidades que desenvolvem programas de pós-graduação em comunicação no país.

A única publicação presente no catálogo de todas as bibliotecas pesquisadas é o título *Comunicarte*, editado pelo Instituto de Artes, Comunicações e Turismo da PUCCAMP, que é um periódico local conforme classificação do Qualis. O título *Comunicação e política*, classificado como nacional, é o segundo mais presente nos catálogos pesquisados: encontra-se disponível em aproximadamente 93% das bibliotecas consultadas. Outras três publicações têm edições disponíveis em 12 das 14 bibliotecas pesquisadas; são elas *Lugar Comum*, *Comunicação e sociedade* e *Revista de biblioteconomia e comunicação* – as duas primeiras são “nacionais” e a última, “local”. Edições da revista editada pela INTERCOM, classificada como “nacional”, encontram-se disponíveis em 11 bibliotecas, assim como de outras três publicações: *Comunicação e educação*, *Geraes* e *Interface*, todas publicações com circulação nacional conforme Qualis. No total, 28 títulos têm exemplares disponíveis em no máximo cinco bibliotecas e no mínimo uma.

Das 31 publicações classificadas como nacional pelo Qualis, 16 têm edições em pelo menos metade das bibliotecas consultadas; o restante aparece nos catálogos de menos de sete bibliotecas. Quatro títulos não foram encontrados em quaisquer das bibliotecas pesquisadas: *Revista de estudos e pesquisa da Faculdade de Radialismo e Jornalismo Pinheiro Guimarães*, que foi sequer encontrado na biblioteca da própria instituição, e *Ensaio: comunicação em revista*, ambas publicações locais segundo o Qualis; *Temas: ensaios de comunicação* e *Pauta geral*, ambas com circulação nacional. Apenas 12 dos 66 títulos pesquisados encontram-se disponíveis em mais de 10 das 14 bibliotecas consultadas, mas nenhuma das bibliotecas pesquisadas possui a coleção completa de um mesmo título, desde seu primeiro número.

No quesito indexação, confirmando as constatações de Romancini (2005), as revistas dedicadas às temáticas da comunicação não desfrutam de muita visibilidade junto a fontes secundárias e terciárias. Verificou-se que há no país poucas fontes desse tipo especializadas na área de comunicação e que abrem espaço para títulos dessa área. Há o Catálogo de Revistas Acadêmicas em Comunicação, organizado pela profa. Ida Stumpf, junto ao Núcleo de Pesquisa em Informação, Tecnologias e Práticas Sociais da UFRGS. Esse catálogo, disponível *on-line*, encontra-se em sua terceira edição e registra 33 publicações, das quais 26 estão inclusas no universo de títulos aqui pesquisado. Isso significa que apenas 39% dos títulos de comunicação listados no Qualis estão registrados nesse catálogo.

Outra fonte que registra periódicos brasileiros dessa área é o Latindex, sigla para o Sistema Regional de Informação Em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. No catálogo do Latindex encontram-se registrados 24 títulos do universo pesquisado, correspondendo a 36% do total de publicações arroladas. Outra fonte, também na Internet, é o REVCOM, coleção eletrônica de revistas de ciências da comunicação organizado pela Rede de Informação em Comunicação dos Países de Língua Portuguesa (PORTCOM), ligada à INTERCOM. Até 2005, o REVCOM disponibilizava acesso ao conteúdo “antigo” de seis títulos nacionais, todos inclusos no universo pesquisado, representando nesse menos de 10% das publicações. Seis também era o número de títulos de comunicação incluídos no Portal dos Periódicos da CAPES em 2005.

Apenas três títulos dentro de todo o universo pesquisado são indexados em bases regionais e estrangeiras: a revista *Interface*, que consta no CLASE, LILACS, LLBA e SciELO, dentre outros, sendo esse o título mais presente em indexadores nesse universo; a revista *Comunicação e educação*, indexada no Portal Infoamerica, da Espanha; e a *Revista brasileira de ciências da comunicação*, registrada no CENEDIC (México) e no IFCA–Indicator (Canadá). Os títulos *Líbero* e *Comunicarte* são os únicos do universo pesquisado presentes na Rede IberoAmericana de Revistas de Comunicação. Tirando o título *Interface*, não há nenhuma outra publicação dedicada à área indexada no SciELO. No geral, observa-se que 21 títulos ou aproximadamente 32% do total não constam em quaisquer catálogos ou indexadores disseminados pela Internet.

Quanto ao conceito obtido no Qualis, a **tabela 13** mostra como ficou a classificação dos títulos em cada ano de avaliação. Sobre a tabela, é oportuno esclarecer que “publicações

com 02 conceitos” referem-se àquelas que obtiveram dois conceitos num mesmo ano de avaliação. Isso ocorre quando um mesmo título é relatado tanto por programas de pós-graduação em comunicação quanto por programas em ciência da informação; daí ser avaliado no ponto de vista de cada uma dessas subáreas e obter dois conceitos numa mesma lista. Como as listas, da forma como são liberadas pela CAPES, não especificam qual dos conceitos foi atribuído por que subárea, incluíram-se os títulos duplamente conceituados como uma categoria à parte. Quanto ao percentual calculado para cada conceito, esse diz respeito à razão entre o número de títulos que obtiveram determinado conceito e o número total de títulos conceituadas naquele ano de avaliação.

Tabela 13: Publicações classificadas – por conceito obtido no Qualis									
Ano de Avaliação	Publicações "A"		Publicações "B"		Publicações "C"		Pub. 02 Conceitos		TOTAL
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
2001	11	39,3	6	21,4	10	35,7	1	3,6	28
2002	10	37,0	9	33,3	7	25,9	1	3,7	27
2003	21	31,3	25	37,9	20	30,3	0	0	66

Embora não se tome aqui o Qualis como objeto de estudo, mas antes como fonte de pesquisa, pode-se tecer algumas observações a respeito dos conceitos atribuídos aos títulos no triênio 2001-2003. Apenas 20 títulos dentro do universo pesquisado obtiveram classificação nos três anos de avaliação: oito só obtiveram notas “A”, outros quatro obtiveram três “B” e mais três foram conceituados com “C” nos três anos consecutivos. Entre os títulos que só receberam “A”, apenas um deles é classificado como “local” e um como “internacional”, sendo esse título a revista *Famecos*. Entre os títulos que, tendo obtido tripla conceituação, só receberam “B”, a metade é de publicações “locais” e a outra metade de “nacionais”. No caso das publicações com três “C”, uma é “local”, outra “nacional” e a terceira “internacional”.

Os únicos dois títulos com duplo conceito num mesmo ano foram as publicações *Verso e reverso*, conceituada em “B” e “C” em 2001, e *Geraes*, com “A” e “C” em 2002, sendo aquela primeira classificada como “local” e essa última, como “nacional”. Dependendo de quais desses conceitos foram os atribuídos no ponto de vista da comunicação, a contagem geral se modifica. Além dessas duas publicações, outras três mudaram de nota no triênio,

todas para melhor – *Comunicação e espaço público* (C-B-B), *Eptic on-line* (C-A-A) e *Eco* (C-B-B).

Outros 15 títulos só receberam dois conceitos no triênio 2001-2003: 46,7% deles foram mencionados nas três listas, mas só obtiveram classificação em duas avaliações, constando na terceira como “sem classificação”; os 53% restantes estiveram ausentes em uma das três listas no triênio 2001-2003. Para completar, 30 publicações só obtiveram um conceito nesse período: oito títulos foram mencionados nas três listas, mas não obtiveram classificação em duas delas; 11 títulos entraram na lista de 2002, mas só foram conceituados em 2003, e os 12 títulos restantes somente foram mencionados na lista de 2003, quando obtiveram o único conceito que receberam.

Com relação aos quatro títulos que não puderam ser identificados, um deles, *Cadernos de Comunicação*, esteve presente nas três avaliações, recebendo três conceitos “B”; os outros dois títulos obtiveram apenas dois conceitos, tendo entrado na lista de 2002, e o quarto e último, a *Revista de estudos e pesquisas* (Pinheiro Guimarães), esteve presente nas três avaliações, tendo somente obtido classificação na última delas (“C”). Tal distribuição de títulos e conceitos pode ser observada na lista contida no Anexo I.

Posto isso, deve-se tecer algumas considerações sobre as publicações nacionais dedicadas às temáticas da comunicação listadas no Qualis no triênio 2001-2003. Seguindo a tendência geral do periodismo científico e técnico-científico no Brasil, as revistas de comunicação foram predominantemente editadas por instituições de ensino, quer sob a responsabilidade de programas de pós-graduação, quer de unidades acadêmicas e administrativas. Essas, inclusive, foram o tipo de instituição editora mais comum no universo pesquisado. Além disso, quase a metade das instituições de ensino envolvidas na publicação dos periódicos não possuía pós-graduação *strictu sensu* na área de comunicação. Por isso, ao contrário do que fez Romancini (2005), não se pode afirmar que há aqui um protagonismo por parte dos programas de pós-graduação na edição dos títulos.

Associações profissionais e sociedades científicas contribuíram muito pouco para a edição de periódicos na área (apenas dois veículos), e surpreendeu o fato de a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPOS) não possuir nenhum título no universo pesquisado. Também pequena foi a contribuição das editoras comerciais enquanto responsáveis pelas publicações, fato que não fugiu à realidade do

periodismo científico e técnico-científico nacional. Essas organizações foram mais atuantes como parceiras de instituições de ensino na edição e comercialização dos títulos, mas percebeu-se, contudo, haver muito espaço e demanda para que essas parcerias cresçam.

Também muito tímida foi a participação das editoras universitárias. Não apenas editaram poucos periódicos, mas também apoiaram muito pouco a publicação dos títulos a cargo de unidades acadêmicas ou administrativas das instituições a que se vinculavam. É surpreendente, se não decepcionante, o parco apoio dessas organizações à edição e comercialização dos títulos, uma vez que em geral já possuem *know-how* no ofício editorial e acesso mais facilitado a canais de distribuição e pontos de venda. Aqui no Brasil, a fraca articulação entre editores de periódicos e editoras universitárias é muito prejudicial à cadeia de produção dessas publicações.

Cabe, contudo, questionar as razões do afastamento entre essas instâncias. Será que se deve a fatores de mercado, sendo os periódicos científicos e técnico-científicos produtos pouco rentáveis no mercado editorial brasileiro? Ou será que se trata de um problema político dentro das instituições de ensino, que não incentivam suas editoras a participar na publicação dos periódicos? Não há aqui respostas conclusivas, pois tais questionamentos demandam uma investigação mais aprofundada e espaço próprio para reflexão. Entretanto, sabendo que a disponibilidade de infraestrutura adequada à distribuição é fator crítico de sucesso na edição de periódicos, deve-se buscar aproximar essas instâncias, hoje tão afastadas ou pouco articuladas.

Quanto à distribuição geográfica dos títulos, observou-se grande concentração de títulos no sul e sudeste, acompanhando, claramente, a maior concentração das instituições de ensino e atividades de pesquisa nessas regiões. Ainda que não se tenha constatado o protagonismo dos programas de pós-graduação na edição dos periódicos de comunicação, observou-se que houve maior incidência de títulos em estados e regiões onde existem programas de pós-graduação na área, pondo em evidência uma correlação entre pós-graduação, pesquisa e publicação de periódicos.

No que concerne aos suportes adotados para distribuição e disseminação das revistas, verificou-se que o meio eletrônico já é bastante utilizado, pois há um número razoável de periódicos exclusivamente eletrônicos e outro bastante significativo de títulos que circulam nesse suporte e no impresso. A produção de periódicos *on-line* tem se mostrado alternativa



financeiramente viável em face dos altos custos com impressão e distribuição; contudo, parece que o periódico impresso ainda goza de maior credibilidade e legitimidade junto à comunidade científica e aos financiadores. Isso explicaria o fato de novos títulos terem surgido exclusivamente no meio impresso e também o de muitos veículos optarem por circular em ambos suportes.

A distribuição dos títulos de comunicação permanece um problema, como em outras áreas do conhecimento. Praticamente nenhuma das revistas pesquisadas recebeu apoio de agências de fomento; as únicas exceções foram os títulos *Lugar comum*, contemplado por dois editais do CNPq consecutivos (2000 e 2001), e *Eptic on-line*, apoiado no edital de 2003. Além disso, poucas trabalham em parceria com editoras comerciais e universitárias. Sem recursos e sem apoio especializado, os editores não conseguem publicar os títulos dentro da periodicidade definida e fazer os exemplares circular efetivamente. Isso fica evidente na predominância de periódicos irregulares (mesmo os eletrônicos) e na escassez de exemplares e coleções completas nas bibliotecas das universidades que desenvolvem programas de pós-graduação em comunicação. No mínimo essas universidades deveriam dispor de boa parte desses títulos em suas coleções, o que está longe da realidade.

Contribui também para isso a atual política da CAPES de apoio à aquisição de periódicos. Privilegiando a aquisição de títulos eletrônicos via Portal dos Periódicos, tal política vem deixando de atender, pelo menos como deveria, a demanda por veículos impressos por parte das instituições de ensino e pesquisa. Como a expansão do referido portal veio acompanhada do encolhimento das verbas repassadas às instituições de ensino, diminuiu o poder aquisitivo das bibliotecas. Em diminuindo o poder de compra dos principais consumidores, o mercado de periódicos encolhe. Todas as áreas foram e serão ainda prejudicadas, não apenas a comunicação.

Ainda com relação à circulação, cabe questionar a classificação do Qualis nessa matéria. Deve-se concordar com Bonini (2004) que nesse aspecto o Qualis é malsucedido, pois não leva em conta a efetiva circulação dos títulos. A consulta às bibliotecas das universidades deixou bastante evidente que não há uma correlação muito forte entre a circulação atribuída na avaliação e a circulação propriamente dita das publicações. Isso é surpreendente, uma vez que a presença de exemplares dos títulos pelos menos nas bibliotecas de instituições que desenvolvem programas de pós-graduação (que foram as

pesquisadas aqui) é critério de qualidade do próprio Qualis. Há, nesse aspecto, muito o que melhorar na avaliação da CAPES.

O quesito da visibilidade é tão ou menos problemático. Boa parte dos títulos identificados já se encontra registrada em pelo menos uma fonte secundária ou terciária, mas poucos são os títulos que se encontram em mais de duas. No Portal de Periódicos da CAPES, os títulos de comunicação representaram em torno de 1% dos 549 títulos brasileiros ali disponíveis. No SciELO, era apenas um. Ademais, quase um terço dos periódicos pesquisados não constava em quaisquer fontes secundárias e terciárias. Provavelmente, os títulos brasileiros de comunicação não obtêm acesso aos principais indexadores, catálogos e bases de dados pelas mesmas razões dos títulos nacionais de outras áreas: irregularidade, falta de normalização, qualidade duvidosa. Mas cabe também questionar se o status (menor) do campo da comunicação também influencia.

Outrossim, constatou-se haver poucas fontes brasileiras atuando na disseminação dos títulos das ciências sociais, especialmente a comunicação, e que as existentes têm ainda cobertura muito limitada. Projetos como o REVCOM e o Catálogo de Revistas Acadêmicas em Comunicação, organizado por pesquisadores da UFRGS, deveriam incorporar mais títulos, de forma a cobrir um percentual maior do universo de publicações da área. O campo da comunicação ainda carece de mais iniciativas como essas, para ampliar o número de fontes secundárias e terciárias. Por outro lado, os editores devem ser incentivados a buscar o registro de suas publicações nessas fontes, entendendo que isso faz parte de seu trabalho à frente de um periódico.

Com relação aos conceitos atribuídos aos títulos no âmbito do Qualis, pode-se tecer alguns comentários. No geral, observou-se uma distribuição mais ou menos equilibrada dos títulos conforme os conceitos obtidos; contudo, o percentual de publicações “A” em relação ao total diminuiu progressivamente nos três anos de avaliação. Isso pode significar que a avaliação se tornou mais rigorosa ou que a qualidade dos títulos caiu ao longo do triênio, na percepção da comissão permanente. Para resolver essa questão, seria necessário avaliar a crítica e comparativamente a forma e o conteúdo dos títulos nos três anos de avaliação. Pela grande quantidade de títulos “B” e “C”, percebe-se que há muito espaço para a melhora dos títulos. Igualmente, observa-se, sobretudo no tocante à classificação quanto à circulação, que há também espaço para a melhora da sistemática de avaliação do Qualis, quem sabe

incorporando outros procedimentos que dêem conta de averiguar a real circulação dos títulos no território nacional.

Por fim, pelo constante contato com as instituições editoras em busca de informações sobre os veículos, constatou-se que esses são no geral mal estruturados. Contam com equipes enxutas e recursos humanos pouco capacitados. Conseqüentemente, são pouco profissionalizados no ofício editorial. Muitos veículos sequer possuem infraestrutura própria e reconhecimento no nível institucional, tendo por vezes sido difícil identificar e localizar os responsáveis pelas publicações ao se contatarem as instituições editoras. Nesses aspectos, como em outros já discutidos, os periódicos de comunicação não fugiram à regra do periodismo científico e técnico-científico nacional. Há muito o que fazer e alguns apontamentos são apresentados na conclusão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os periódicos constituem um dos principais canais da comunicação formal entre pesquisadores. Assumem, dentro do contexto social de produção da ciência, inúmeras funções, tais como a disseminação de informações, o registro público de conhecimentos científicos, a legitimação dos resultados das pesquisas, a institucionalização de áreas e disciplinas e a atribuição de prestígio a autores. Ainda que, comprovadamente, nem todas as áreas de conhecimento e disciplinas utilizem e valorizem os periódicos da mesma maneira e com a mesma intensidade, essas publicações permanecem importantes instâncias de consagração e legitimação de pesquisas e pesquisadores, tendo se tornado objeto de estudo e preocupação de estudiosos de inúmeras áreas, assim como de editores, bibliotecários, leitores e financiadores. E as preocupações só aumentam à medida que se intensificam os problemas relacionados com a produção e a difusão dessas publicações, tanto no contexto nacional, quanto no internacional.

Lá fora, o problema principal é a alta dos preços dos periódicos, especialmente dos editados por editoras comerciais. Nos países desenvolvidos, grande parte dos títulos, inclusive dos de maior prestígio, está concentrada nas mãos de um pequeno grupo de grandes editoriais comerciais, que cobram preços muito elevados em comparação aos preços estabelecidos por outras instituições editoras, que não visam o lucro com a edição dos periódicos. Outro problema é o recrudescimento no poder aquisitivo das bibliotecas, o que, somado à alta de preços e à proliferação de títulos nas últimas décadas, vem acirrando a competição entre veículos / instituições editoras e diminuindo a capacidade de as bibliotecas constituírem coleções, quiçá coleções completas. No Brasil, a alta de preços dos títulos estrangeiros apresenta-se como um problema menor em comparação às inúmeras dificuldades que os editores de periódicos enfrentam.

Aqui o mercado dessas publicações é incipiente e o movimento de negócios nesse segmento é fraco, não chegando sequer a constar nos relatórios ou estudos setoriais sobre a indústria editorial brasileira produzidos por órgãos públicos, entidades de classe e associações profissionais. Há pouca participação de editoras comerciais na edição de títulos nacionais, sendo aqui as instituições de ensino, através de suas unidades acadêmicas e administrativas, os maiores editores de periódicos. O mercado pouco desenvolvido reflete o quadro geral de instabilidade e amadorismo que governa o periodismo científico e técnico-

científico nacional: editores pouco capacitados, processos editoriais pouco formalizados, subdimensionamento da produção e da gestão, carência de infraestrutura física e tecnológica adequada, carência de recursos humanos suficientes e falta de apoio institucional à edição são alguns dos problemas verificados. Outros são a pouca originalidade e o baixo impacto da produção científica nacional em relação à ciência *mainstream* produzida nos países desenvolvidos, de onde emanam os padrões de qualidade para a produção científica e a publicação. No geral, os periódicos brasileiros não conseguem atingir tais padrões, gozando de pouca projeção internacional e penetração nos indexadores de prestígio. Tais problemas também acarretam a perda de consumidores para as publicações estrangeiras, fazendo com que os títulos brasileiros contem com número reduzido de assinaturas.

O mercado consumidor torna-se ainda mais limitado devido a problemas na distribuição e no modelo de financiamento do setor no país. A distribuição é um problema que afeta toda a indústria editorial nacional, em decorrência da pulverização das operações logísticas e comerciais, dentre outros fatores. No caso dos periódicos, a distribuição fica ainda mais prejudicada devido à pouca profissionalização da edição, a carência de recursos financeiros e a fraca articulação com as editoras universitárias e comerciais.

O financiamento é problema crônico num mercado subdesenvolvido, que só se agrava com a atual política de apoio à editoração e à aquisição de coleções por parte das agências de fomento, especialmente o CNPq, as FAPs e a CAPES. No geral, contando com número reduzido de assinantes, as instituições editoras não conseguem financiar a produção com a comercialização dos títulos, ficando dependentes de subsídios institucionais e públicos para manter suas operações.

Mas a política das agências de fomento tende a privilegiar veículos consolidados, buscando aproximá-los dos padrões internacionais de qualidade. Para a maior parte dos títulos, que não consegue se habilitar para receber os recursos das agências, há poucas alternativas: contar com o apoio institucional, que é escasso, buscar parcerias com editoras comerciais ou, simplesmente, seguir sem apoio, contando com o esforço gratuito de editores e colaboradores e operando em infraestruturas precárias. No caso do financiamento à aquisição das publicações, as políticas de apoio vêm, cada vez mais, restringindo-se à aquisição de publicações estrangeiras e privilegiando aquelas em suporte eletrônico,

deixando as instituições de ensino e pesquisa sem muitas alternativas à compra de veículos impressos e nacionais além do uso de verbas de seus próprios orçamentos. Sem financiamento à produção e à aquisição das publicações, a atividade de edição de periódicos enfrenta enormes dificuldades no Brasil.

Ainda assim a CAPES incentiva os programas de pós-graduação a editarem periódicos, como critério de qualidade na avaliação. Além disso, conduz anualmente a avaliação dos veículos adotados pelos programas para publicar sua produção discente e docente. Inventariando e analisando as publicações de comunicação avaliadas pela CAPES no triênio 2001-2003, verificou-se que, mesmo gozando de condições precárias de produção e distribuição e enfrentando a escassez de verbas, as instituições de ensino e pesquisa continuam lançando novos títulos – e isso numa área de conhecimento onde o principal canal formal de comunicação é o livro e não o periódico. Por que isso acontece? Seria reflexo da política dessa agência de incentivar a edição dessas publicações? Seria reflexo da importância que esses veículos assumem no contexto social de produção da ciência? Ou ambos?

Outros questionamentos também surgem quando se consideram, de um lado, os inúmeros problemas que as instituições editoras enfrentam para produzir e distribuir seus títulos e, de outro, as políticas públicas para a ciência e a comunicação científica. Como se espera que as instituições de ensino e pesquisa, assim como as sociedades e associações, publiquem bons títulos ou melhorem a qualidade dos que já editam se não há recursos para a produção e a aquisição dos periódicos? Se não se apóiam os periódicos, qual o sentido de um sistema nacional de publicações periódicas? A quem nossas publicações se destinam prioritariamente? *E como contornar os graves problemas enfrentados pelos editores?*

Essa é uma pergunta que muitos estudiosos, editores, bibliotecários e formuladores de políticas públicas devem se fazer a respeito dos periódicos nacionais. Que se destinem mais verbas à produção e aquisição de periódicos é primeira solução que se cogita, além de ser a mais óbvia e a menos viável em tempos atuais. Mas não se trata apenas de um problema de falta de dinheiro; além disso, qualquer solução deve funcionar num quadro de permanente escassez de verbas. Há soluções alternativas que podem funcionar e contribuir para a melhoria das condições de produção dos periódicos, enquanto os recursos públicos não abundam.

Deve-se buscar a capacitação dos recursos humanos envolvidos na edição dos periódicos. A produção editorial é matéria do campo da comunicação, de forma que esse dispõe internamente das competências para formar profissionais que atuam no mercado editorial. As faculdades e escolas de comunicação das instituições de ensino poderiam elas mesmas prover treinamento aos editores, se possuem a produção editorial como matéria ou área de formação. Também aqui a ABEC poderia contribuir, expandindo seus *workshops* e encontros, buscando arregimentar um número maior de editores.

É preciso haver mais articulação e interação dos editores de periódicos com outros atores da indústria editorial. Para melhorar a distribuição e comercialização dos títulos, devem ser estimuladas parcerias com editoras comerciais, agentes de assinaturas e representantes comerciais. Juntos, esses atores podem incrementar as ações de comercialização e expandir a carteira de assinantes dos periódicos. Além disso, é fundamental que as editoras universitárias apóiem a edição e a comercialização dos títulos. Essas organizações já se encontram muito bem articuladas entre si, e os editores de periódicos devem se beneficiar da infraestrutura de distribuição de que elas gozam atualmente.

Para melhorar a visibilidade dos títulos, é preciso que surjam novas fontes secundárias e terciárias. A atualização e a expansão dos catálogos e índices já existentes são necessárias e não eximem a comunidade de criar novas fontes. Assim, deve-se estimular a criação de portais de informação, diretórios, catálogos e afins, e não apenas no meio eletrônico.

A venda de espaço publicitário nas edições pode ser uma alternativa viável à captação de recursos. Visto que os recursos públicos destinados à editoração podem não aumentar nos próximos anos (ou mesmo diminuir), os editores devem considerar a veiculação de propaganda. Como argumentado anteriormente, isso não necessariamente implica na perda de qualidade da publicação.

Quanto ao fomento público à edição de periódicos, deveria haver uma política que atendessem os veículos menores e emergentes. A política atual privilegia títulos consolidados, enquanto publicações mais novas ou em consolidação minguam sem recursos. Dado o papel fundamental que a informação científica assume no contexto de produção da ciência, o governo federal deveria considerar a criação de um fundo setorial voltado à disseminação da informação científica, a exemplo dos fundos criados para áreas

prioritárias, como a energia, a informática e os recursos hídricos. Essa matéria não pode continuar marginalizada na pauta das políticas públicas.

Encerra-se esta pesquisa com a certeza de que, se não é possível resolver todos os problemas dos periódicos brasileiros, pelo menos alguns têm saída. E fica a expectativa de que este trabalho contribua para a compreensão dos periódicos na ciência contemporânea e a melhoria das condições de produção desses veículos no Brasil.



## REFERÊNCIAS

ALLISON, P. D.; STEWARD, J. A. Productivity differences among scientists: evidence for accumulative advantage. **American Sociological Review**, v. 39, n. 8, p. 596-606, 1974.

ALTBACH, P. G. The role of journals in knowledge distribution. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON THE DEVELOPMENT OF SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL RESEARCH EFFECTIVENESS. Rio de Janeiro, jan., 1985. Rio de Janeiro, 1985.

ARAÚJO, V. M. R. H. de. Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 79-100, jul./dez., 1979.

ARELLANO, M.; FERREIRA, S.; CAREGNATO, S. "Editoração eletrônica de revistas científicas com suporte do protocolo OAI". In: FERREIRA, S.; TARGINO, M. (Org.). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005, p. 125-229.

ATKINSON *et al.* **Management accounting**. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1997.

BAER, L. **Produção gráfica**. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

BARBOSA, G; RABAÇA, C. **Dicionário de comunicação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BERGSTROM, C.; BERGSTROM, T. The economics of scholarly journal publishing. **Bergstrom Lab**, 2001. Disponível em: <http://octavia.zoology.washington.edu/publishing/>. Acesso em: 28 out. 2005.

BINMAN, J.; KIRBY, R.; APT, K. Comparative prices of Math journals. **UC Berkeley Department of Mathematics**, 27 maio 1997. Disponível em: <http://math.berkeley.edu/~kirby/journals.html>. Acesso em: 30 set. 2005.

BIOJONE, M. **Os periódicos científicos na comunicação da ciência**. São Paulo: EDUC, Fapesp, 2003.

BISHOP, C. T. **How to edit a scientific journal**. Philadelphia: ISI Press, 1984.

BOMFA, C.; CASTRO, J. Desenvolvimento de revistas científicas em mídia digital: o caso da Revista Produção On-line. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 39-48, maio/ago. 2004.

BONINI, A. Qualis de Letras/Linguística: uma análise de seus fundamentos. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, p.141-159, nov. 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2003a.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003b.

\_\_\_\_\_. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2001.

BRADFORD, S. C. Sources of information on specific subjects. **Engineering**. v. 137, 1934.

BRAGA, G.; OBERHOFER, A. Diretrizes para a avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Rev. Lat. Doc.**, v. 2, n. 1, p. 27-31, 1982.

BRASIL. Ministério de Ciência e Tecnologia. Estatísticas de Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/estat/ascavpp/Default.htm>. Acesso em 16 set. 2005.

CAMPELLO, B.; CAMPOS, C. **Fontes de informação especializada**: características e utilização. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993.

CAPPARELLI, S.; STUMPF, I. R. C. A constituição da comunicação no Brasil como campo do conhecimento multidisciplinar. In: KRIEGER, M. (Org.) **Rumos da pesquisa**: múltiplas trajetórias. Porto Alegre: UFRGS, Propesp, 1998.

CASTRO, R.; FERREIRA, M.; VIDILI, A. Periódicos latino-americanos: avaliação das características formais e sua relação com a qualidade científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 3, 1996. Paginação irregular.

CERQUEIRA NETO, E. P. de. **Mobilizando para o futuro**: a reunião do dia D. São Paulo: Bookmark, 1999.

CHING, H. Y. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

COHN, S. The emerging crisis in scholarly publishing. **Duke University News and Communications**, 14 abr. 2003. Disponível em: <http://www.dukenews.duke.edu/2003/04/cohn0403.html>. Acesso em: 27 out. 2005.

COIMBRA JR, C. A confidencialidade no processo editorial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, abr./jun., 1998. Paginação irregular.

COLE, J.; COLE, S. **Social stratification in science**. Chicago: University of Chicago, 1973.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Estatísticas da Pós-Graduação**. 2005. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/EstatisticasPG.htm>. Acessado em: 25 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. **Critérios de classificação do Qualis por área:** área de ciências sociais aplicadas I. 2004. Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/>. Acesso em: 26 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. **Documento de Área:** período de avaliação 2001-2003, área de avaliação 31 - comunicação / ciência da informação. 2003a. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Documentos\\_Area\\_01\\_03.htm](http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Documentos_Area_01_03.htm). Acesso em: 28 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. **Critérios de avaliação 2004**, ano base 2001-2002-2003, área de avaliação 31 - comunicação / ciência da informação. 2003b. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/CriteriosAvaliacao\\_2001\\_2003.htm](http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/CriteriosAvaliacao_2001_2003.htm). Acesso em: 28 jan. 2005.

\_\_\_\_\_. **Qualis:** sistema de classificação de periódicos, anais e revistas. [s/d] Disponível em: <http://qualis.capes.gov.br/>. Acesso em: 26 nov. 2005.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). 2005. **Sinopse Estatística do CNPq**. Disponível em: <http://www.cnpq.br/servicos/estatisticas/index.htm>. Acesso em 13 out. 2005.

CORREA, C.; MESQUISA, R.; GALDINO, K.; CRESPO, I. Periódicos da área de Comunicação: mapeamento das temáticas e autoria dos artigos. In: ENCONTRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 17. 2005, Rio de Janeiro. **Anais**, Rio de Janeiro: 2005.

COSTA, A. **Estrutura da produção editorial de periódicos biomédicos brasileiros**. 1988. [s. n.] Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica, Rio de Janeiro, 1988.

CRANE, D. **Invisible colleges:** diffusion of knowledge in scientific communities. Chicago: University of Chicago, 1972.

CRESPO, I.; CAREGNATO, S. Periódicos científicos eletrônicos: identificação de características e estudo de três na área de comunicação. In: ENCONTRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 16. 2004. Porto Alegre. [on-line]. Disponível em: [http://www.portcom.intercom.org.br/institucional/a\\_rede/endocom/2004/Crespo.PDF](http://www.portcom.intercom.org.br/institucional/a_rede/endocom/2004/Crespo.PDF). Acesso em: 12 nov. 2005.

DAVYT, A.; VELHO, L.; A avaliação de ciência e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro. **Historia, Ciências Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, maio/junho, 2000. Paginação irregular.

DE MEIS, L.; LETA, J. **O perfil da ciência brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

DILL, J. The creative role of the Professional or STM Publisher. **International Publishers Association**. Disponível em: <http://www.ipa-uie.org/>. Acesso em: 24 nov. 2005.

DUBINI, P. **Voltare pagina**: economia e gestione strategica nel settore dell'editoria libraria. 2 ed. Milão: Etas Libri, 2001.

EARP, F.; Kornis, G. **A economia da cadeia produtiva do livro**. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.

ELSEVIER. Elsevier's comments on evolutions in scientific, technical and medical publishing and reflections on possible implications of Open Access journals for the UK. **Elsevier**, fev. 2004. Disponível em: [http://www.elsevier.com/authored\\_news/corporate/images/UKSTIElsevier\\_position\\_paper\\_on\\_stm\\_in\\_UK.pdf](http://www.elsevier.com/authored_news/corporate/images/UKSTIElsevier_position_paper_on_stm_in_UK.pdf). Acesso em: 8 out. 2005.

FAUSTO NETO, A. Condições da pesquisa em comunicação no Brasil. **Famecos**, Porto Alegre, n. 5, nov., 1996. Paginação irregular.

FERREIRA, S. Critérios de qualidade para revistas científicas em Comunicação. In: FERREIRA, S.; TARGINO, M. (Org). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005, p. 269-293.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 9 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

FURTADO, J. Metamorfoses da edição na era digital. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE O LIVRO E A HISTÓRIA EDITORIAL, 1. 2004. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/joseafonsofurtado.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2005.

GARFIELD, E. **Citation indexing**: its theory and application in science, technology and humanities. New York: John Wiley and Sons, 1979.

GARVEY, W. **Communication, the essence of science**: facilitating information exchange among librarians. Oxford: Pergamon, 1979.

GASTON, J. The reward in British science. **American Sociological Review**, v. 35, n. 4, p. 718-732, 1970.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GORINI, A.; BRANCO, C. Panorama do setor editorial brasileiro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 3-26, mar. 2000.

GREENE, L. O dilema do editor de uma revista biomédica: aceitar ou não aceitar. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 230-232, maio/ago. 1998.

GRUPP, H. On the supplementary functions of science and technology indicators: the case of West German telecommunications r&d. **Scientometrics**. n. 19, 1990. Paginação irregular,

HAGSTROM, W. O. **Estudos sobre sociologia da ciência**. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

HOUSE OF COMMONS. **Scientific publications: free for all?** Tenth Report of Session 2003-04. v. 1. London: The Stationery Office Limited, 2004. Disponível em: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200304/cmselect/cmsctech/399/399.pdf>. Acesso em: 05 set. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Indicadores Sociais Mínimos**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 out. 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/>. Acesso em: 30 set. 2005.

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER (ISSN). **ISSN Statistics**. Disponível em: <http://www.issn.org:8080/English/pub/tools/statistics>. Acesso em: 12 ago. 2005.

JONES, D. Revistas científicas de comunicação e a realidade iberoamericana. In: FERREIRA, S.; TARGINO, M. (Org). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005, p. 233-268.

KAPLAN, N., STORER, N. W. Scientific communication. In: SILLS, D. L. (Ed.) **International encyclopedia of the social sciences**. v. 14. New York: Macmillan, 1968.

KASER, R. The future of scientific communication; the view from chemical abstracts service. (Seminar on the Future of the Scholarly Journal). **Library Acquisitions: Practice & Theory**, New York, v. 14, n. 1, p. 31-42, 1990.

KEAN, G. 18<sup>th</sup> annual study of journal prices for scientific and medical society journals. **The Newsletter for Journal Publishers**, n. 3, 2005. Paginação irregular.

KING, D.; TENOPIR, C. A publicação re revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 176-182, maio/ago. 1998.

KRZYŻANOWSKI, R.; FERREIRA, M. Periódicos científicos: critérios de qualidade. **Pesqui Odontol Bras**, v. 17, suppl. 1, p. 43-48, 2003.

\_\_\_\_\_. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 1998.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

KUNSCH, W. O editor científico. **Revista Acadêmica do Grupo Comunicacional de São Bernardo**, ano 1, n. 1, jan./jul. 2004. Disponível em: [http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/Artigo1\\_Editor\\_Cientifico.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/GCSB/Artigo1_Editor_Cientifico.pdf). Acesso em: 08 ago. 2005.

LAMBERT, J. **Scientific and technical journals**. London: Clive Bingley, 1985.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LE COADIC, Y. **A Ciência da Informação**. Brasília: Brinquet de Lemos, 1996.

LEMOS, A. As revistas brasileiras do setor de saúde. **Comunicação e sociedade**, n. 7, março, 1982. Paginação irregular.

LEMOS, B. Análise crítica de uma revista institucional: as Memórias do Instituto Oswaldo Cruz. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 161-169, abr./jun., 1993.

LEON OROZCO, E. **Sistema de recompensa na ciência**: especificidades e condicionantes em algumas áreas de conhecimento. 1998. [s.n.]. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, 1998.

LIEVROUW, L. Communication, representation, and scientific knowledge: a conceptual framework and case study. **Knowledge and Policy**, New Brunswick, v. 5, n. 1, p. 6-28, 1992.

LIMING, L.; LIHUA, L. Scientific publications activities of 32 countries: Zipf-Pareto distribution. **Scientometrics**. n. 26, 1993. Paginação irregular.

LITERATURA LATINO-AMERICANA E DO CARIBE EM CIÊNCIAS DA SAÚDE (LILACS). **Lilacs**: estatísticas de contribuição. Disponível em: [http://www.bireme.br/abd/P/esta\\_menu1.htm](http://www.bireme.br/abd/P/esta_menu1.htm). Acesso em: 22 nov. 2005.

LYOTARD, F. **A condição pós-moderna**. 7 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

LOTKA, A. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**. n. 16, 1926. Paginação irregular.

MACEDO, M. **Do texto ao hipertexto**: argumentação e legibilidade de revistas de divulgação científica. 2002. 263 fls. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Multimídia, Instituto Metodista de Educação Superior, São Bernardo do Campo. Laboratoire de Recherche sur la Communication et l'Information Scientifique et Technique, Université de Poitiers, Poitiers, 2002.

MACHLUP, F.; LESSON, K. *et al.* **Information through the printing world: the dissemination of scholarly, scientific and intellectual knowledge.** v. 2. New York, Praeger, 1978.

MARCUSCHI, L. **A análise da conversação.** São Paulo: Ática, 1986.

MARCUSCHI, L. Revistas brasileiras em letra e lingüística. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 17, n. esp., p. 83-120, 2001.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, M. Avaliação da normalização de periódicos brasileiros nas áreas de ciência e tecnologia. **Revista de Biblioteconomia**, v. 14, p. 197-208, 1986.

MATTELART, A.; MATTELART M. **História das teorias da comunicação.** 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MCCABE, M. Journal prices and mergers: a portfolio approach. **American Economic Review**, v. 92, n. 1, março, 2002. Paginação irregular.

MEADOWS, A. **A comunicação científica.** Brasília, DF: Brinquet de Lemos, 1999.

MENZEL, H. Scientific communication: five themes from social science research. **American Psychologist**, Washington, v. 21, n. 10, p. 999-1004, 1966.

MERTON, R. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, J. (Org.). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. **La sociologia de la ciencia.** Madrid: Alianza Editorial, 1977.

MIRANDA, A. Revistas especializadas brasileiras em biblioteconomia e ciência da informação com ênfase na experiência da ABDF. **Boletim ABDF.** Nova série, v. 4, n. 4, p. 30-42, 1981.

MIRANDA, D.; PEREIRA, M. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez., 1996.

MULKAY, M. The mediating role of scientific elite. **Social Studies of Science.** v. 6, 1976. Paginação irregular.

\_\_\_\_\_. **The social process of innovation: a study of the sociology of science.** London: British Sociological Association, 1972.

MULLER, S. A publicação na ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **DataGramaZero**, v. 6, n. 1, fev. 2005. Paginação irregular.



\_\_\_\_\_. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **DataGramaZero**, n. zero, dez. 1999. Paginação irregular.

OFFICE OF FAIR TRADING (OFT). **The market for scientific, technical and medical journals**. set. 2002. Disponível em: <http://www.oft.gov.uk/NR/rdonlyres/A56C7602-C0BD-428D-BED2-36784363243B/0/oft396.pdf> . Acesso em: 30 ago. 2005.

OKERSON, A. Electronic journals: current issues. **IAALD Quarterly Bulletin**, v. 37, n. 1/2, p. 46-54, 1992.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (OCDE). **Science and Technology Statistical Compendium 2004**. Paris: OCDE, 2004. Disponível em: [http://www.oecd.org/document/8/0,2340,en\\_2825\\_497105\\_23654472\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/8/0,2340,en_2825_497105_23654472_1_1_1_1,00.html) . Acessado em: 03 out. 2005.

\_\_\_\_\_. **OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2003: towards a knowledge-based economy**. Paris: OCDE, 2003. Disponível em: <http://www1.oecd.org/publications/e-book/92-2003-04-1-7294/index.htm> . Acesso em: 15 set. 2005.

\_\_\_\_\_. **The measurement of scientific and technological activities: manual on the measurement of human resources devoted to S&T. (Cambera Manual)**. Paris: OCDE, 1995.

PACKER, A. SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 109-121, maio/ago. 1998.

PERUZZO, C. Em busca dos objetos de pesquisa em Comunicação no Brasil. In: WEBER, M.; BENTZ, I.; HOHLFELDT, A. (Org.). **Tensões e objetos da pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre: Sulina/COMPÓS, 2002.

PESSANHA, C. Critérios editoriais de avaliação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 226-229, maio/ago. 1998.

PINHEIRO, L. Comunidades científicas e infraestrutura tecnológica no Brasil para uso de recursos eletrônicos de comunicação e informação na pesquisa. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 32, n. 3, 2003. Paginação irregular.

POBLACIÓN, D.; GOLDBERGER, S.; MONTERO, E. *et al* Revistas brasileiras publicadoras de artigos científicos em cirurgia II: terminologia e atribuições adotadas pelo editores, proposta de organograma de periódico e fluxograma de artigo. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 18, n. 6, p. 497-501, 2003.

POPPER, K. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. São Paulo: USP, 1975.



- PORTER, M. What is strategy? **Harvard Business Review**, p. 61-78, nov./dez., 1996.
- PRICE, D. **Little science, big science**. New York: Columbia University Press, 1963.
- PRICE, D.; BEAVER, D. Collaboration in an invisible college. **American Psychologist**. v. 21, 1966. Paginação irregular.
- ROBERTSON, K. Mergers, acquisitions and access: STM publishing today. **Library and Information Services in Astronomy IV**, jul. 2002. Disponível em: <http://www.eso.org/gen-fac/libraries/lisa4/Robertson.pdf> . Acesso em: 13 ago. 2005.
- ROMANCINI, R. Periódicos brasileiros em Comunicação: histórico e análise preliminar. **Verso e reverso**, v. 18, n. 39, 2004. Disponível em: <http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=3&s=9&a=30>. Acesso em: 03 out. 2005.
- ROSETTO, M. Os novos materiais bibliográficos e a gestão da informação: livro eletrônico e biblioteca eletrônica na América Latina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 54-64, jan./abr. 1997.
- RUSHTON, J.; MELTZER, S. Research productivity, university revenue, and scholarly impact citations of 169 British, Canadian and United States Universities. **Scientometrics**. n. 3, 1981. Paginação irregular.
- SCHWARTZMAN, S. A política brasileira de publicações científicas e técnicas: reflexões. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 3, p.25-32, 1984.
- \_\_\_\_\_. Uma política científica para as ciências sociais. In SIMPÓSIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. 1988, Teresópolis. Disponível em: [www.schwartzman.org.br](http://www.schwartzman.org.br). Acesso em: 16 mar. 2005.
- \_\_\_\_\_. Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 24 março de 1979. Disponível em: [www.schwartzman.org.br](http://www.schwartzman.org.br). Acesso em: 18 maio 2005.
- SCIENTIFIC LIBRARY ON-LINE (SCIELO). **Site usage**. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 18 out. 2005.
- SILVEIRA, M.; ODDONE, N. Livre acesso à literatura científica: realidade ou sonho de cientistas e bibliotecários? In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6. 2005. Salvador. **Anais**. Disponível em: [http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/martaenanci.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/martaenanci.html). Acesso em: 24 nov. 2005.
- SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SPBC). UFRJ reclama da CAPES a falta de recursos para a compra de revistas científicas. **Jornal da Ciência**, 04 out. 2005. Disponível em: [www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=9590](http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=9590) . Acesso em: 23 out. 2005.

SOUZA, E. **Qualis**: a base de dados de qualificação dos veículos utilizados para divulgação da produção científica dos programas de pós-graduação avaliados pela capes. 2001. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília DF. 2001.

SOUZA E.; PAULA, M.. Qualis: a base de classificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação da CAPES. **InfoCAPES**, v. 10, n. 2, p. 6- 24, abr./jun., 2002.

SPINAK, E. Indicadores cientimetricos. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 141-148, maio/ago., 1998.

STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

STORER, N. **The social system of science**. New York: Holt, Hinehardt and Winston, 1966.

STUMPF, I. Avaliação de originais nas revistas científicas: uma trajetória em busca do acerto. In: FERREIRA, S.; TARGINO, M. (Org). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 103-123.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre as revistas brasileiras. **Intexto**, v. 3, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.oft.gov.uk/NR/rdonlyres/A56C7602-C0BD-428D-BED2-36784363243B/0/oft396.pdf> . Acesso em: 18 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996. Paginação irregular.

TARAPANOFF, K. (Org). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

TARGINO, M. Artigos científicos: a saga da autoria e co-autoria. In: FERREIRA, S.; TARGINO, M. (Org). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p. 35-54.

\_\_\_\_\_. Novas tecnologias e produção científica: uma relação de causa e efeito ou uma relação de muitos efeitos? In: SEMINÁRIO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12, 2002, Recife. **Anais**. Recife: UFPE, 2002. Mesa redonda. Disponível em: <http://www.ufpe.br/snbu/>. Acesso em: 10 ago. 2005.

\_\_\_\_\_. Ciência brasileira na base de dados do Institute for Scientific Information (ISI). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, jan./abr. 2000. Paginação irregular.

\_\_\_\_\_. **Comunicação científica**: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro de pós-graduação. 1998. 387 fls. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília DF, 1998.

TARGINO, M.; CASTRO, M. Perfil dos títulos e artigos dos periódicos do grupo de publicações eletrônicas em medicina e biologia (Grupo e-pub). **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 27-56, 2001.

TELECO. **UTI**: índice de acesso digital. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/uitdai.asp>. Acesso em: 03 out. 2005.

TESTA, J. A base de dados do ISI e seu processo de seleção de revistas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 233-235, maio/ago., 1998.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TUROFF, M.; HILTZ, S. The electronic journal: a progress report. **Journal of the American Society for Information Science**, jul. 1982, p. 192-202. Disponível em: <http://eies.njit.edu/%7Eturoff/Papers/ElectronicJournal.html>. Acesso em: 18 nov. 2005.

UNIÃO INTERNACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES (UIT). **Digital Access Index: DAI**. Disponível em: <http://www.itu.int/ITU-D/ict/dai/index.html>. Acesso em: 03 out. 2005.

\_\_\_\_\_. **Internet indicators**: hosts, users and number of PCs. Disponível em: <http://www.itu.int/ITU-D/ict/statistics/>. Acesso em: 03 out. 2005.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). Reitoria Informa: não há ciência ou inovação sem informação. **Linha Direta UnB**, Brasília, n. 8, 12 out. 2000. Disponível em: [www.unb.br/reitor/reitoria-informa/linha\\_direta8.htm](http://www.unb.br/reitor/reitoria-informa/linha_direta8.htm). Acesso em: 04 out. 2005.

VALERIO, P. **Avaliação do Programa Setorial de Publicações em Ciência e Tecnologia**: perfil, controle de qualidade e divulgação das revistas científicas. 1991. 163 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

VAN ORSDEL, L.; BORN, K. Choosing sides: periodical price survey 2005. **LibraryJournal.Com**. 15 abr. 2005. Disponível em: <http://www.libraryjournal.com/article/CA516819.html>. Acesso em: 25 nov. 2005.

VILHENA, V.; CRESTANA, M. Produção científica: critérios de avaliação de impacto. **Rev. Assoc. Méd. Bras.**, São Paulo, v. 48, n. 1, jan./mar. 2002. Paginação irregular.

WEITZEL, S. *E-prints*: modelo da comunicação científica em transição. In: FERREIRA, S.; TARGINO, M (Org). **Preparação de revistas científicas**: teoria e prática. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005. p.161-193.

WIEERS, L. A vision on the library of the future. In: GELEIJNSE, H.; GROOTAERS, C. **Developing the library of the future: the Tiburg experience**. Tiburg: Tiburg University, 1994.

YAMAMOTO, O.; MENANDRO, P.; KOLLER, S. *et al.* Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área de psicologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 163-177, maio/ago., 2002.

ZIMAN, J. **An introduction to science studies**: the philosophical and social aspects of science and technology. New York: Cambridge University Press, 1984.

ZIMAN, J. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

## ANEXO I

## Lista de veículos classificados

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO					
Veículos classificados					
ISSN		TÍTULO	QUALIS		
			2001	2002	2003
1	1676-2916	404not found	C	C	C
2	1518-8728	Alceu	--	--	B
3	1518-8833	Anuário de comunicação regional	s/c	s/c	C
4	----	Anuário internacional da comunicação lusófona	--	--	C
5	1677-907X	Animus	--	s/c	C
6	----	Arte e comunicação	--	s/c	B
7	----	Atrator Eetranho	s/c	s/c	B
8	----	Cadernos de comunicação	B	B	B
9	1516-6155	Caderno Uniabc de comunicação social	--	s/c	C
10	0102-3853	Cambiassú	--	s/c	A
11	1519-0617	Ciberlegenda	A	A	A
12	1413-7135	Cinemais	B	B	B
13	0104-6829	Comunicação e educação	--	B	B
14	1518-6946	Comunicação e espaço público	C	B	B
15	1415-5842	Comunicação e informação	--	--	A
16	----	Comunicação e política	--	s/c	B
17	0101-2657	Comunicação e sociedade	A	A	A
18	1413-7941	Comunicação: veredas	--	C	B
19	0102-0242	Comunicarte	--	s/c	B
20	1677-0943	Conexão	--	C	C
21	1414-7483	Contracampo	A	A	A
22	1806-0269	Contemporânea	--	--	A
23	1809-0498	Contemporânea	--	--	B
24	1679-8503	Devires	--	--	C
25	----	Digitagrama	--	--	B
26	0104-6160	ECO	C	C	B
27	1518-188X	Ecos	C	s/c	A
28	0103-0361	Em questão	--	--	A
29	----	Ensaio: comunicação em revista	--	C	C
30	1518-2487	Eptic <i>on-line</i>	C	A	A
31	----	Extraprensa	C	C	C
32	1676-8221	FACOM	C	s/c	A / C
33	1415-0549	FAMECOS	A	A	A
34	1518-6113	Fronteiras	A	A	A
35	1519-311	Galáxia	A	A	A
36	0102-4000	Geraes	A	C / A	C

37	1679-9100	Ghrebh	--	s/c	A
38	1516-6082	Ícone	--	--	A
39	1414-3283	Interface: comunicação, saúde, educação	--	--	B
40	1807-8583	Intexto	--	s/c	C
41	1517-3283	Líbero	B	s/c	B
42	0104-9933	Logos	A	--	B
43	1415-8604	Lugar comum	A	A	A
44	1516-0785	Lumina	B	s/c	C
45	1516-5981	Novos olhares	B	s/c	A
46	1677-0595	Pauta geral	--	s/c	C
47	1518-9406	PCLA	C	C	C
48	1415-7470	Pré-textos para discussão	s/c	s/c	B
49	1517-9524	Rastros	C	s/c	A
50	0102-6453	Revista brasileira de ciências da comunicação	A	A	A
51	0103-0361	Revista de biblioteconomia e comunicação	B	B	B
52	1518-9775	Revista de estudos da comunicação	--	s/c	C
53	----	Revista de pesquisa e estudos acadêmicos da Faculdade de Radialismo e Jornalismo Pinheiro Guimarães	s/c	s/c	C
54	1677-8456	Revista Faenac de comunicação	--	--	C
55	1518-5958	Revista IMES comunicação	s/c	s/c	B
56	1679-0995	Semiosfera	--	s/c	A
57	1516-9294	Sessões do imaginário	s/c	s/c	B
58	1516-4330	Significação	B	B	B
59	0104-4915	Signo	--	s/c	C
60	9787-1397	Sinopse	--	A	A
61	1519-4388	Studium	s/c	s/c	C
62	----	Temas: ensaios de comunicação	--	B	B
63	0104-0324	Textos de cultura e comunicação	A	s/c	B
64	----	Thésis	--	--	C
65	1519-9347	Trama	--	B	B
66	0103-1414	Verso e reverso	B / C	B	B

## ANEXO II

### Lista de veículos classificados: Perfil dos títulos

VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO							
Veículos Classificados							
ISSN	TÍTULO (nome e ano de início)	Instituição Editora	UF	Suporte	Periodicidade	Status	Página Eletrônica
1676-2916	404not found (2001 - )	UFBA - Centro de Estudos e Pesquisas em Ciberultura	BA	eletrônico	sem period.	ativo	<a href="http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOIF0und/index.html">http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOIF0und/index.html</a>
1518-8728	Alceu (2000 - )	PUC-RJ - Departamento de Comunicação Social	RJ	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu">http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu</a>
1518-8833	Anuário de comunicação regional (1997 - )	UMESP - Cátedra UNESCO-UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional	SP	impresso	anual	ativo	não tem página própria
---	Anuário internacional da comunicação lusófona (2003 - )	LUSOCOM - Federação Lusófona de Ciências da Comunicação	SP	impresso	anual	ativo	não tem página própria
1677-907X	Animus (2002 - )	UFSM - Núcleo de Editoração Multimídia	RS	impresso	semestral	desconhecido	não tem página própria
	Arte e comunicação	UFPE - Centro de Artes e Comunicações	PE	impresso	semestral	desconhecido	não tem página própria
	Atrator estranho	USP - ECA - Centro de Est e Pesq em Novas Tecnologias, Comunicação e Cultura	SP	impresso	mensal	encerrado	<a href="http://www.eca.usp.br/nucleos/ntc/ntc.htm">http://www.eca.usp.br/nucleos/ntc/ntc.htm</a>
	Cadernos de comunicação	TÍTULO NÃO IDENTIFICADO	N / I	N / I	N / I	N / I	TÍTULO NÃO IDENTIFICADO
1516-6155	Caderno Uniabc de comunicação social (1999 - )	Universidade do Grande ABC - Faculdade de Comunicação Social	SP	impresso	sem period.	ativo	não tem página própria
0102-3853	Cambiassú (1983 - )	UFMA - Departamento de Comunicação Social	MA	impresso	semestral	desconhecido	não tem página própria
1519-0617	Ciberlegenda (1998 - )	UFF - Programa de PG em Comunicação	RJ	eletrônico	semestral	ativo	<a href="http://www.uff.br/mestcii/repant2.htm">http://www.uff.br/mestcii/repant2.htm</a>

12	1413-7135	Cinemas (1996 - )	Editora Aeroplano	RJ	impresso	sem period.	ativo	<a href="http://www.aeroplaneditora.com.br/livro_cinemais.html">http://www.aeroplaneditora.com.br/livro_cinemais.html</a>
13	0104-6829	Comunicação & Educação (1994 - )	USP - ECA - Curso de Gestão de Processos Comunicacionais	SP	impresso	quadrimestral	ativo	<a href="http://www.eca.usp.br/comeduc/">http://www.eca.usp.br/comeduc/</a>
14	1518-6946	Comunicação e Espaço Público (1985 - )	UnB - Programa de PG em Comunicação	DF	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www.unb.br/fac/posgraduacao/revista.html">http://www.unb.br/fac/posgraduacao/revista.html</a>
15	1415-5842	Comunicação e informação (1999 - )	UFG - Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia	GO	impresso	semestral	ativo	não tem página própria
16		Comunicação e política (1983 - )	Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos	RJ	impr / eletr	quadrimestral	ativo	<a href="http://www.cebela.org.br/CBrevistaCeP.asp">http://www.cebela.org.br/CBrevistaCeP.asp</a>
17	0101-2657	Comunicação e sociedade (1979 - )	UMESP - Programa de PG em Comunicação	SP	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://revcom2.portcom.intercom.org.br/cs_umes/p/ojs/">http://revcom2.portcom.intercom.org.br/cs_umes/p/ojs/</a>
18	1413-7941	Comunicação: veredas (2002 - )	UNIMAR - Programa de PG em Comunicação	SP	impresso	anual	ativo	não tem página própria
19	0102-0242	Comunicarte (1982 - )	PUC-Camp - Instituto de Artes, Comunicações e Turismo	SP	impresso	semestral	ativo	não tem página própria
20	1677-0943	Conexão (2002 - )	UCS - Editora UCS	RS	impresso	semestral	ativo	não tem página própria
21	1414-7483	Contracampo (1997 - )	UFF - Programa de PG em Comunicação	RJ	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://revcom2.portcom.intercom.org.br/contracampo/ojs/">http://revcom2.portcom.intercom.org.br/contracampo/ojs/</a>
22	1806-0269	Contemporânea (2003 - )	UFBA - Programa de PG em Comunicação	BA	impr / eletr	semestral	desconhecido	<a href="http://www.assimcomunicacao.com.br/contemporanea">http://www.assimcomunicacao.com.br/contemporanea</a>
23	1809-0498	Contemporânea (2003 - )	UERJ - Faculdade de Comunicação Social	RJ	eletrônico	semestral	ativo	<a href="http://www2.uerj.br/~fcs/contemporanea/index.htm">http://www2.uerj.br/~fcs/contemporanea/index.htm</a>
24	1679-8503	Devires (2003 - )	UFMG - FAFICH - Secretaria de Cultura de BH	MG	impresso	semestral	ativo	não tem página própria
25		Digitagrama (2003 - )	Estácio de Sá - Faculdade de Cinema	RJ	eletrônico	anual	ativo	<a href="http://www.estacio.br/graduacao/cinema/digitagrama/">http://www.estacio.br/graduacao/cinema/digitagrama/</a>
26	0104-6160	ECO (1993 - 2002)	UFRRJ - Programa de PG em Comunicação	RJ	impresso	semestral	encerrado	não tem página própria
27	1518-188X	Ecos (1997 - )	UCPEL - Escola de Comunicação Social	RS	impresso	semestral	ativo	<a href="http://ecos.ucpel.tche.br/ecosrevista/">http://ecos.ucpel.tche.br/ecosrevista/</a>



28	0103-0361	Em questão (2003 - )	UFRGS - Faculdade de Bibliote e Comunicação	RS	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www6.ufrgs.br/emquestao/">http://www6.ufrgs.br/emquestao/</a>
29		Ensaio: comunicação em revista	TÍTULO NÃO IDENTIFICADO	N / I	N / I	N / I	N / I	TÍTULO NÃO IDENTIFICADO
30	1518-2487	Eptic <i>on-line</i> (1999 - )	UFS / REPTIC - Rede de Economia Política das Tecnologias de Informação e Comunicação	SE	eletrônico	quadrimestral	ativo	<a href="http://www.eptic.com.br/">http://www.eptic.com.br/</a>
31		Extraprensa (1997 - 2003)	USP/ECA - Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação	SP	impresso	desconhecida	encerrado	não tem página própria
32	1676-8221	FACOM (1994 - )	FAAP - Faculdade de Comunicação Social	SP	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/introducao.htm">http://www.faap.br/revista_faap/revista_facom/introducao.htm</a>
33	1415-0549	FAMECOS (1994 - )	PUC-RS - Programa de PG em Comunicação	RS	impr / eletr	quadrimestral	ativo	<a href="http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/index.htm">http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/index.htm</a>
34	1518-6113	Fronteiras (1999 - )	UNISINOS - Programa de PG em Comunicação	RS	impresso	semestral	ativo	não tem página própria
35	1519-311	Galáxia (2001 - )	PUC-SP - Programa de PG em Comunicação	SP	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www.pucsp.br/pos/cos/galaxia/">http://www.pucsp.br/pos/cos/galaxia/</a>
36	0102-4000	Geraes (1982 - )	UFMG - FAFICH - Depto de Comunicação Soc	MG	impresso	semestral	ativo	não tem página própria
37	1679-9100	Ghrebh (2002 - )	PUC-SP - Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia (CISC)	SP	eletrônico	quadrimestral	ativo	<a href="http://revista.cisc.org.br/ghrebh6/index2.html">http://revista.cisc.org.br/ghrebh6/index2.html</a>
38	1516-6082	Ícone (1995 - )	UFPE - Programa de PG em Comunicação	PE	impresso	semestral	ativo	não tem página própria
39	1414-3283	Interface (1997 - )	Fundação UNI - UNESP	SP	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www.interface.org.br/">http://www.interface.org.br/</a>
40	1807-8583	Intexto (1997 - )	UFRGS - Programa de PG em Comunicação	RS	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www.intexto.ufrgs.br/">http://www.intexto.ufrgs.br/</a>
41	1517-3283	Líbero (1998 - )	Faculdade Cásper Líbero - Programa de PG em Comunicação	SP	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www.facasper.com.br/pos/publicacoes/index.php#">http://www.facasper.com.br/pos/publicacoes/index.php#</a>
42	0104-9933	Logos (1990 - )	UERJ - Laboratório de Editoração Eletrônica	RJ	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www2.uerj.br/~fcs/publicacoes/logos.htm">http://www2.uerj.br/~fcs/publicacoes/logos.htm</a>

43	1415-8604	Lugar comum (1996 - )	Rede Universidade Nômade	RJ	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_categoria=11">http://www.e-papers.com.br/produtos.asp?codigo_categoria=11</a>
44	1516-0785	Lumina (1998 - )	UFJF - Faculdade de Comunicação Social	MG	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www.facom.ufjf.br/luminaon.htm">http://www.facom.ufjf.br/luminaon.htm</a>
45	1516-5981	Novos olhares (1998 - )	USP - ECA - Depto de Rádio, Cinema e TV	SP	impresso	semestral	desconhecido	não tem página própria
46	1677-0595	Pauta geral (1993 - )	Editora Calandra	BA	impresso	anual	ativo	<a href="http://www.editoracalandra.com.br/">http://www.editoracalandra.com.br/</a>
47	1518-9406	PCLA (1999 - 2003)	UMESP - Cátegra UNESCO-UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional	SP	eletrônico	trimestral	encerrado	<a href="http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/index_new.htm">http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/index_new.htm</a>
48	1415-7470	Pré-textos para discussão (1996 - )	UNIFACS - Coordenação de Pesq e Extensão	BA	impresso	semestral	desconhecido	<a href="http://www.unifacs.br/pesquisa/pretextos/">http://www.unifacs.br/pesquisa/pretextos/</a>
49	1517-9524	Rastros (1999 - )	IELUSC - Núcleo de Estudos em Comunicação	SC	impr / eletr	anual	ativo	<a href="http://redebonda.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/">http://redebonda.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/</a>
50	0102-6453	Revista brasileira de ciências da comunicação (1984 - )	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)	SP	impresso	semestral	ativo	<a href="http://www.intercom.org.br/revista/capa.shtml">http://www.intercom.org.br/revista/capa.shtml</a>
51	0103-0361	Revista de biblioteconomia e comunicação (1986 - 2003)	UFRGS - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	RS	impresso	anual	encerrado	não tem página própria
52	1518-9775	Revista de estudos da comunicação (2000 - )	PUC-PR - Faculdade de Comunicação Social	PR	impresso	semestral	ativo	não tem página própria
53		Revista de pesquisa e estudos acadêmicos da Faculdade de Radialismo e Jornalismo Pinheiro Guimarães	TÍTULO NÃO IDENTIFICADO	N / I N / I		N / I	N / I	TÍTULO NÃO IDENTIFICADO
54	1677-8456	Revista Faenac de comunicação (2002 - )	FAENAC - Faculdade Editora Nacional	SP	impresso	semestral	ativo	<a href="http://www.facenac.edu.br/com_revista2.asp">http://www.facenac.edu.br/com_revista2.asp</a>
55	1518-5958	Revista IMES comunicação (2000 - )	Universidade Municipal de São Caetano do Sul	SP	impresso	semestral	ativo	<a href="http://www.imes.edu.br/revistasacademicas/index.php?idpag=0">http://www.imes.edu.br/revistasacademicas/index.php?idpag=0</a>
56	1679-0995	Semiosfera (2001 - )	UFRJ - Programa de PG em Comunicação	RJ	eletrônico	semestral	ativo	<a href="http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/">http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/</a>

57	1516-9294	Sessões do Imaginário (1996 - )	PUC-RS - Programa de PG em Comunicação	RS	impr / eletr	semestral	ativo	<a href="http://www.pucrs.br/famecos/pos/sesoes/">http://www.pucrs.br/famecos/pos/sesoes/</a>
58	1516-4330	Significação (1974 - )	USP - UTP - Centro de Pesquisa e Poética da Imagem (CEPPI)	SP	impresso	semestral	ativo	<a href="http://www.annablume.com.br">www.annablume.com.br</a>
59	0104-4915	Signo (1993 - )	UFPA - Departamento de Comunicação Social	PB	impresso	semestral	desconhecido	não tem página própria
60	9787-1397	Sinopse (1999 - )	USP - CINUSP	SP	impresso	semestral	ativo	não tem página própria
61	1519-4388	Studium (2000 - )	UNICAMP - IAR - Laboratório de Mídia e Tecnologias de Comunicação	SP	eletrônico	trimestral	ativo	<a href="http://www.studium.iar.unicamp.br/">http://www.studium.iar.unicamp.br/</a>
62		Temas: ensaios de comunicação	TÍTULO NÃO IDENTIFICADO	N / I	N / I	N / I	N / I	TÍTULO NÃO IDENTIFICADO
63	0104-0324	Textos de cultura e comunicação (1985 - )	UFBA - Programa de PG em comunicação	BA	impr / eletr	semestral	desconhecido	<a href="http://www.facom.ufba.br/textos/">http://www.facom.ufba.br/textos/</a>
64		Thésis (1998 - )	Faculdade Cásper Líbero - Programa de PG em Comunicação	SP	impresso	desconhecida	desconhecido	<a href="http://www.facasper.com.br/pos/publicacoes/index.php#">http://www.facasper.com.br/pos/publicacoes/index.php#</a>
65	1519-9347	Trama (2000 - )	Estácio de Sá - Faculdade de Comunicação Social	RJ	impresso	semestral	desconhecido	não tem página própria
66	0103-1414	Verso e reverso (1986 - )	UNISINOS - Centro de Ciências da Comunicação / Editoria de Periódicos Científicos	RS	eletrônico	semestral	ativo	<a href="http://www.versoereverso.unisinos.br/">http://www.versoereverso.unisinos.br/</a>